



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CINTIA GLORIA LIMA

**“PRECISA-SE DE UMA MENINA DE COR PARA OS SERVIÇOS DOMÉSTICOS”: A
INFÂNCIA E O MERCADO DE TRABALHO DOMÉSTICO EM SALVADOR (1890-
1918)**

SALVADOR
2023

CINTIA GLORIA LIMA

**“PRECISA-SE DE UMA MENINA DE COR PARA OS SERVIÇOS DOMÉSTICOS”: A
INFÂNCIA E O MERCADO DE TRABALHO DOMÉSTICO EM SALVADOR (1890-
1918)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Escravidão e a Invenção da Liberdade

Orientadora: Prof. Dra. Gabriela dos Reis Sampaio

SALVADOR
2023

CÍNTIA GLÓRIA LIMA

**“PRECISA-SE DE UMA MENINA DE COR PARA OS SERVIÇOS DOMÉSTICOS”: A
INFÂNCIA E O MERCADO DE TRABALHO DOMÉSTICO EM SALVADOR (1890-
1918)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Garbiela dos Reis Sampaio (Orientador)
Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a Iacy Maia Mata
Universidade Federal da Bahia

Prof.^o Dr.^a Karine Teixeira Damasceno
PUC-Rio

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732 Lima, Cintia Gloria
Precisa-se de uma menina de cor para os serviços domésticos”: a infância e o mercado de trabalho doméstico em Salvador (1890-1918) / Cintia Gloria Limas, 2023.
153 f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dar^a. Gabriela dos Reis Sampaio

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Menores - Trabalho escravo – 1890- 1918. 2. Menores – Trabalho doméstico.
3. Meninas – Escravidão - 1890 e 1918. I. Sampaio, Gabriela dos Reis. II.
Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.

CDD: 326



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH), realizada em 15/01/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado em História no. 2, área de concentração História Social do Brasil, do(a) candidato(a) CINTIA GLÓRIA LIMA, de matrícula 2022108980, intitulada PRECISA-SE DE UMA MENINA DE COR PARA OS SERVIÇOS DOMÉSTICOS: A INFÂNCIA E O MERCADO DE TRABALHO DOMÉSTICO EM SALVADOR (1890-1918). Às 14:30 do citado dia, FFCH (online), foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. IACY MAIA MATA, Profª. Dra. GABRIELA DOS REIS SAMPAIO e Profª. Dra. KARINE TEIXEIRA DAMASCENO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. KARINE TEIXEIRA DAMASCENO, PUC - RJ

Examinadora Externa à Instituição

Dra. IACY MAIA MATA, UFBA

Examinadora Interna

Dra. GABRIELA DOS REIS SAMPAIO, UFBA

Examinadora Interna

CINTIA GLÓRIA LIMA

Mestrando(a)



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 2

Autor(a): CINTIA GLÓRIA LIMA

Título: “PRECISA-SE DE UMA MENINA DE COR PARA OS SERVIÇOS DOMÉSTICOS”: A INFÂNCIA E O MERCADO DE TRABALHO DOMÉSTICO EM SALVADOR (1890-1918)

Banca examinadora:

Prof(a). KARINE TEIXEIRA DAMASCENO Examinadora Externa à
Instituição

Prof(a). IACY MAIA MATA Examinadora Interna

Prof(a). GABRIELA DOS REIS SAMPAIO Examinadora Interna

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. [] INTRODUÇÃO

2. [] REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3. [] METODOLOGIA

4. [] RESULTADOS OBTIDOS

5. [] CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

Prof(a). GABRIELA DOS REIS SAMPAIO

Orientador(a)

*Dedico a meu pai, Valmir, e ao meu primo Sandrinho –
In memoriam.
Obrigada por tudo!*

AGRADECIMENTOS

Dentro do candomblé, existe um cântico sagrado entoado durante as cerimônias de axexê que diz *Sě awó kiku, awó krun*, que em português significa: aqueles iniciados no mistério não morrem. Não poderia começar meus agradecimentos de outra forma, sem agradecer aquele que iniciou tudo isso, aquele que, para a eterna criança que vive e viverá afetivamente dentro de mim, sempre será o melhor historiador, afinal, foi ele quem me ensinou a amar as fontes, a narrativa, os sujeitos históricos, enfim, o que é história. Foi meu pai quem iniciou esse projeto ancestral, e eu apenas dei seguimento a essa missão, a essa paixão que também é minha herança, que é meu sonho. Um sonho que, desde o final da graduação, eu sabia que estava longe do fim – e hoje estou aqui, escrevendo a sessão de agradecimentos, de uma pesquisa que me levou ao grau de mestra. Escrevo isso com a certeza de que estamos longe do fim. Eu te agradeço, Valmir Gomes de Lima, pelas tardes em que sentados no banquinho de madeira no quintal de casa, você me falou sobre Karl Marx, sobre March Bloch e sobre Lucien Febvre. Eu te agradeço, pai, a você e a sua ancestralidade que me trouxe até aqui. Você, que além de historiador era *ogan* e filho de Oxossi. Eu saúdo a você a sua ancestralidade. *Olorum modupe!* Eu serei leal a você e a sua memória até o final dos meus dias.

De fato, a conclusão de uma dissertação não é uma tarefa simples, muito pelo contrário; mas foi em meio a toda essa complexidade de desafios que encontrei chão firme para continuar minha caminhada. Adupé meu pai Obaluaiê, que foi firmeza para que eu pisasse nesse terreno de epistemologias. À minha mãe Oxum, por ter sido mel nos dias e noites amargos em frente a tela do computador, por ter sido brilho nos dias sombrios, por ter sido meu porto seguro. A meu pai Oxossi, minha ancestralidade, a flecha certa que me conduziu a caminhos que nem eu mesma pensei que iria percorrer. *Adupé!* Eu agradeço meus mais velhos e mais velhas, aos meus mais novos e mais novas, à Lyam, Juliana, Rahfa, Lorena, Kézia, Antônio, Vera e Nicolas. *Adupé!*

Minha mãe, Dione, foi fundamental para a conclusão dessa jornada. Eu te agradeço muitíssimo por todos os conselhos, pelas orientações, por ter me confortado nos momentos em que eu queria jogar tudo para cima, por ter me dado colo, por ter acreditado nos meus sonhos desde o dia que eu saí de Eunápolis para fazer História. Nós fizemos isso juntas. Nós fizemos História. Obrigada a Geovane, meu irmão querido que tanto admiro, por ter me inspirado tanto, obrigado a Breno, o programador da família, e a Bryan, meu caçulinha. Eu amo vocês!

Não posso deixar de agradecer a memória do meu querido primo Sandro, o nosso “Sandrinho”, por ter me acolhido em sua casa em Salvador nos meses em que precisei por dificuldades financeiras, por ter me encorajado a terminar o mestrado e a tentar a seleção do

doutorado. A cerveja que você prometeu que tomaríamos juntos após a minha aprovação não acontecerá nessa vida, mas saiba que eu irei vibrar todos os dias e fazer isso tudo valer a pena pela nossa família. Eu te amo, primo, como você mesmo dizia: “aqui é Cabula...”. Agradeço também a minha tia-prima Josi, a prima Juliana, Samara “Chuça” e Denise, a minha tia Lucinha, a meu primo Alan e meu primo Pi, enfim, a todos da família Lima que me reconectaram com as histórias e lembranças do meu pai sempre que eu precisei. Valeu família!

A conclusão desse trabalho não teria sido possível sem as contribuições de minha orientadora, a professora Gabriela Sampaio, que me indicou importantes rotas e itinerários metodológicos para a construção dessa dissertação. Obrigada por tudo professora, a você e ao PPGH – Programa de Pós-graduação em História, em especial a linha de escravidão e invenção da liberdade, que contribuiu fundamentalmente para essa dissertação. Agradeço, também, aos amigos que fiz ao longo desses dois anos de mestrado, agradeço a Mona Lisa, Alessandro, Giovanna, Gustavo e Tiago. Obrigada pessoal!

Um agradecimento muito especial a Peppo, pelos valiosos conselhos, pelo acalanto, pela força quando precisei e por trilhar essa jornada comigo. Obrigada a professora Iami Rebouças pelos meses que trabalhamos juntas, por ter me possibilitado crescer profissionalmente e espiritualmente. Obrigada a professora Karine Damasceno, pelas sugestões de bibliografia e de fontes, por ter vibrado comigo com a minha aprovação. Obrigada a Maélli Arali por ter sonhado comigo, por ter acreditado em mim, pelo apoio e pelo aconchego.

Agradeço, por fim, e não menos importante, a toda palavra de afeto, todo incentivo, todo apoio e toda admiração que recebi durante esses anos. Apesar dos pesares, luz no que funciona, e eu só pude brilhar até hoje pelas redes que construímos, pelos sonhos que sonhamos em coletivo, pelo projeto ancestral tocado por tantas mãos – alguma delas nem pertencem mais a este plano. Agradeço ao futuro, aos meus caminhos, ao que há de vir, ao incerto. Que a ventania sempre me leve nos lugares que jamais pensei em estar, mas que sempre sonhei. Axé.

RESUMO

LIMA, Cintia Gloria. “Precisa-se de uma menina de cor para os serviços domésticos”: a Infância e o Mercado de Trabalho Doméstico em Salvador (1890-1918). Orientadora: Gabriela dos Reis Sampaio. 140 f. il. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2023.

O presente estudo teve como objetivo analisar as experiências de meninas no mercado de trabalho doméstico em Salvador, entre 1890 e 1918, buscando compreender as relações entre menores e seus patrões, demonstrando sua agência, as formas de negociação, a subalternização, conflitos e estratégias de resistência em busca de sua própria liberdade e protagonismo. Foi observado que uma série de meninas fugiram das casas em que trabalhavam, algumas com auxílio de seus familiares, outra com o apoio de amigos e outras redes de solidariedade. Buscamos compreender os motivos que levaram a esse gesto de abandono de seus postos de trabalho, e, para isso, foi necessário a realização de um estudo sobre o mercado de trabalho doméstico, destacando como se deu a entrada dessas menores e quais as formas de precarização e exploração da mão de obra delas. O estudo desses casos nos possibilita identificar qual o lugar que as meninas ocupavam dentro da sociedade, suas características, suas relações construídas, os vínculos com seus familiares, amigos e relacionamentos amorosos, bem como os lugares por onde circulavam, seus pensamentos, entre outros aspectos. Essas características presentes nos anúncios de fuga, descritas pelos patrões, demonstram valores e costumes de determinados segmentos da sociedade. Embora a vida das meninas esteja regulamentada pelos contratos de tutela e de solada, pelas orientações médicas e jurídicas, ou pelos acordos informais entre a família delas e os patrões, elas fugiam, denunciavam e até arriscavam a própria vida. Isso revela uma contradição nas relações de trabalho estabelecidas no período do pós-abolição: quando elas fugiam, provocavam um desarranjo na sociedade e se constituíam como sujeitos ativos, elaborando sua própria experiência, a partir de seus gestos de desobediência. Percebemos, nos documentos, a necessidade que havia de descrevê-las, de singularizá-las, de contê-las.

Palavras-chave: Pós-abolição; Infância; Trabalho Doméstico.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the experiences of girls in the domestic labor market in Salvador between 1890 and 1918, seeking to understand the relationships between minors and their employers, highlighting their agency, forms of negotiation, subordination, conflicts, and resistance strategies in pursuit of their own freedom and agency. It was observed that a number of girls fled from the homes where they worked, some with the help of their families, others with the support of friends and other solidarity networks. We aimed to understand the reasons behind this act of abandoning their jobs, and to do so, it was necessary to conduct a study on the domestic labor market, emphasizing how these minors entered it and the forms of precarization and exploitation of their labor. The study of these cases allows us to identify the place girls occupied within society, their characteristics, the relationships they built, their ties with family, friends, and romantic partners, as well as the places they frequented, their thoughts, and other aspects. These characteristics, present in the runaway advertisements described by employers, reveal the values and customs of certain segments of society. Although the lives of these girls were regulated by guardianship and service contracts, medical and legal guidelines, or informal agreements between their families and employers, they fled, denounced, and even risked their own lives. This reveals a contradiction in the labor relations established during the post-abolition period: when they fled, they disrupted society and became active subjects, shaping their own experiences through acts of disobedience. The documents show the need to describe them, to individualize them, to contain them.

Keywords: Post-abolition, Childhood, Domestic Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| AHSCMBA | Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Bahia |
| APEB | Arquivo Público do Estado da Bahia |
| BPEB | Biblioteca Pública do Estado da Bahia |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| PPGH | Programa de Pós-graduação em História |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Imagem 1. <i>As Forças da Pátria</i> | 33 |
| Imagem 2. <i>Meninas Do Orfanato Pia Da União</i> | 35 |
| Imagem 3. <i>Frente do Orfanato Pia da União</i> | 40 |
| Imagem 4. <i>Infância e Trabalho Doméstico</i> | 49 |
| Imagem 5. <i>Anúncio de um Fogão</i> | 88 |
| Imagem 6. <i>Menor Maria Margarida, subdelegado, policial que prendeu o infrator e o patrão de sua mãe</i> | 102 |
| Imagem 7. <i>Linhas Ferroviárias do Estado da Bahia (1892-1909)</i> | 119 |
| Imagem 8. <i>Praça Xavier Marques, Painel Jana e Joel feito em 1980</i> | 122 |

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. *Distribuição de menores por profissão de acordo com os Anúncios e Procura e Ofertas (1891-1918)*

.....87

Tabela 2. *Cor das órfãs do sexo feminino alugados para serviços domésticos pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1893-1904)*

.....92

Tabela 3. *Remuneração Estabelecida para as órfãs nos contratos de locação (1893-1904)*

.....95

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 SER CRIANÇA E SER MENOR: LUGARES DE INFÂNCIA NO PÓS- ABOLIÇÃO | 25 |
| 1.1. “O menino é a esperança”: Infância, Nacionalismo e Trabalho | 26 |
| 1.2. Rumo Ao Trabalho: A Infância Desvalida..... | 35 |
| 1.3. “Prefere-se menor e de côr”: Infância e Trabalho Doméstico | 47 |
| 2 DA EXPLORAÇÃO E PRECARIIDADE | 59 |
| 2.1. “Doenças de Creadas”: As Trabalhadoras domésticas nos termos da <i>Gazeta Médica da Bahia</i> | 63 |
| 2.2. “Procura-se uma crioulinha que durma no ofício” | 72 |
| 2.3. Remuneração e Ordenado | 82 |
| 2.4. Denúncias de Importunação Sexual..... | 95 |
| 2.5. Castigos Físicos e Acidentes de Trabalho | 104 |
| 3 DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS | 109 |
| 3.1. Meninas fugitivas..... | 110 |
| 3.2. Suicídio | 126 |
| 3.3. Denúncias de Tutores..... | 135 |
| 3.4. Gestos de desobediência | 139 |
| EPÍLOGO | 144 |
| FONTES | 146 |
| REFERÊNCIAS | 148 |

INTRODUÇÃO

Em 5 de março de 1906, a menor Laura de Mattos, parda, de 16 anos de idade, foi contratada para prestar serviços domésticos na residência de Antônio Candido da Silva Pimentel, na cidade de Salvador. As condições estabelecidas pelo contrato de trabalho determinavam que ela deveria receber, em troca de sua mão de obra, a quantia de vinte mil réis, e desse valor deveriam ser deduzidos gastos relativos a sua vestimenta, alimentação e tratamento em casos de moléstia. A menina deveria residir na casa de Antônio Pimentel até seus 21 anos de idade quando, ao atingir a maioridade, poderia decidir seu próprio destino.¹

Contudo, apenas um mês depois do acordo entre a Santa Casa da Misericórdia da Bahia e Antônio Pimentel, a menor Laura de Mattos fugiu da casa seu patrão. Os motivos não são explicitados pelo relatório da instituição que realizou o contrato. Apesar da busca de seu locatário e da Santa Casa da Misericórdia, nos é informado que ela não foi encontrada. Esse fato curioso não estava isolado naquele período: muitas jovens que trabalhavam em casas de família abandonaram seus postos de trabalho. Desta forma, nos questionamos: quais os motivos poderiam ter levado Laura de Mattos, assim como outras meninas, a abandonarem a casa de seus patrões?²

De fato, as fugas de menores foram uma das características constantes do trabalho doméstico no pós-abolição. Nos jornais republicanos, bem como nos relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, encontramos a presença de “meninas fugitivas” que decidiram abandonar as casas de seus patrões. Para entender os motivos que levaram a esse ato, torna-se necessário fazer um estudo sobre as condições de trabalho infantil no pós-abolição, buscando entender as formas de precarização dessa mão de obra.

Para as meninas trabalhadoras, a remuneração nem sempre foi uma regra. Não raro encontramos anúncios de patrões demandando trabalhadoras que não “fizessem questão de ordenado”³ ou que prestassem serviço em troca de educação, comida e moradia. Muitas famílias enxergavam no trabalho de suas filhas uma possibilidade de complemento da renda da família, ou, também, uma garantia de sustento, teto e educação para seus filhos.⁴ Desta forma, o trabalho

¹ AHSCMBA, Termo de Locação da Exposta Laura de Mattos. 5 de março de 1906, Salvador, Bahia.

² Em 6 de abril de 1906, a exposta fugiu da casa de seu patrão. O relatório da Santa Casa da Misericórdia informa que ela não foi restituída e nem remetida ao Hospital Santa Isabel. AHSCMBA, Termo de Locação da Exposta Julia de Mattos. 17 de dezembro de 1898, Salvador, Bahia

³ “Precisa-se de uma negrinha para casa séria, não se fazendo questão de ordenado e dormindo no serviço”. Rua dos Barris, n. 166. Jornal de Notícias, 16 de março de 1891, p. 8.

⁴ Peçanha, op. cit., 2018; SILVA, Lucia Helena Oliveira. "Dos afazeres de meninas de cor": trabalho doméstico, infância e situação de exploração 1920-1950. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Silva Felix Airton. *Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero, corpo, memória e trabalho*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: São Paulo, 2023, pp. 65-77.

infantil foi muito lucrativo para os patrões, pois, além do salário ser inferior às demais categorias, as meninas poderiam receber como vencimentos educação, vestimenta, alimento e um teto, em troca da prestação de seus serviços.⁵ Fica evidente o quanto essas relações de trabalho eram bastante precarizadas: uma menor poderia vender sua força de trabalho em troca de proteção e de um teto pra morar.⁶

A presente pesquisa busca refletir sobre esse tema, desenvolvendo um estudo sobre a História Social do Trabalho e da Infância na Bahia. Argumentamos que a condição da infância abandonada no espaço urbano estava entrecruzada pelo serviço doméstico. Nosso ponto de partida é o ano de 1890, compreendido aqui como um período em que a estrutura de Leis no Brasil sofreu uma série de modificações, oriundas de intervenções diretas de juristas, políticos, militares e médicos. Essas modificações resultaram, também, na aprovação do Código Penal Republicano de 1890 para substituir o antigo Código Criminal Monárquico de 1830. Esse documento serviu como base jurídica sobre as leis brasileiras por cinquenta anos, ou seja, se 1890 a 1940. Podemos afirmar que esse código era acessível principalmente para membros da elite letrada, e priorizou, durante as primeiras décadas do século XX, o privilégio desse grupo, que, diga-se de passagem, soube interpretar e aplicar as leis de acordo com seus próprios interesses.⁷

Não devemos ignorar que o Código Penal Republicano de 1890 foi introduzido numa sociedade que, dois anos antes, havia recentemente abolido a escravidão, logo, a população negra e mestiça demandou do plano político judiciário brasileiro novos limites de jurisprudência, sobre as mais várias formas de enquadramentos sociais. Novas formas de disciplina social, de reorganização do trabalho e da mão de obra foram instauradas, pautadas em novas ideias de higiene social, de trabalho e de costumes. Dentro dessas modificações nas questões jurídicas do Estado Brasileiro, destacamos a figura do menor, que continuou visto a partir de antigos ideais repressivos, agora legitimados pelos discursos de muitos juristas, que, através das expressões "menor" e "menoridade", determinaram o fator idade como um dos critérios que definiriam a responsabilidade penal dos sujeitos pelos seus atos.

Notícias criminais protagonizadas por menores tornaram-se cada vez mais comuns na cidade de Salvador. Por isso, apontamos que a intenção da nossa pesquisa é, também,

⁵ SILVA, op. cit., 2023.

⁶ LIMA, Henrique Espada. *Op.cit.* e LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo. Ensaios para uma história Global do trabalho*. São Paulo: Editora Unicamp. 2013; GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

⁷ Sevcenko, N. (1992). Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, SP: Companhia das Letras, p. 31.

apresentar, interpretar e contextualizar alguns dos debates que eram feitos sobre a infância, as condições de trabalho e as ações de resistência, especialmente na região de Salvador. Não podemos deixar de lembrar que, conforme nos lembrou Luis Ferla, a empregada doméstica é um personagem que, sobretudo no pós-abolição, tem muito a contar sobre padrões de disciplinarização, de controle e vigilância. O binômio raça-doença buscou sintetizar o trabalho doméstico como uma ameaça às casas de família, como Ferla demonstrou que, para São Paulo, até 1920, de acordo com determinado grupo de médicos metade dos furtos da cidade de São Paulo era praticada pelos criados.⁸

Assim, a escolha temporal do ano de 1890 tem fundamentação no fato de que a alteração na legislação da menoridade penal provocou novos rearranjos sociais, inclusive, na perspectiva de criminalização da infância desvalida. Até 1918, a relação entre as instituições e a menoridade pautou-se sobretudo numa perspectiva de disciplinarização e contenção desse grupo, considerado, sobretudo, uma “classe perigosa”. Sendo assim, a escolha do período justifica-se pela quantidade de fontes, seja por meio da imprensa, da literatura ou das teses médicas, que foram produzidas sobre o tema da infância, tendo em vista a necessidade de disciplinar os menores oriundos das classes subalternas.⁹

No final do século XIX, a infância passou a ser considerada essencial, vista como o futuro da nação. De fato, muitos esforços foram empreendidos para a construção de um tipo ideal de infância no pós-abolição, inserindo os pequenos brasileiros no cerne dos debates nacionalistas. Seja pela rubrica dos doutores da Faculdade de Medicina da Bahia, pelos catálogos literários ou pelos manuais de criminologia, a infância foi, sem dúvida, uma das grandes preocupações do início do período republicano. Ser criança tornou-se objeto de estudo de diversos intelectuais, que, empenhados na construção de um projeto de nação, apostavam nos pequenos como o futuro do Brasil.¹⁰

⁸ FERLA, Luis. “Cuerpos extraños en la intimidad del hogar: las empleadas domésticas en el Brasil de la primera mitad del siglo XX”. In: VALLEJO, Gustavo e MIRANDA, Marisa (directores); *Derivas de Darwin: Cultura y política en clave biológica*, Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2010.

⁹ Para o conceito de classes perigosas, ver, especialmente: GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008.

¹⁰ Ver: HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. RAIANE, Maihara Marques Vitoria. *Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)*. 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23403>. Acesso em 08 jun 2023; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O trabalho, nitidamente racializado, determinou diferentes lugares para os pequenos e pequenas da nação brasileira. Se ser criança era uma etapa especial do desenvolvimento humano, ele não era reservado ao ser menor: os dois lugares de infância foram forjados em oposição, demonstrando, assim, que o que era produzido para a infância branca e para a infância negra, pobre e desvalida era bem diferente.¹¹

A infância desvalida moldou e foi moldada pelos novos sentidos e significados sobre o trabalho. As experiências dos menores eram marcadas por especificidades de gênero e raça, o que determinava os diversos itinerários percorridos. Um dos serviços mais acessíveis a essa população nos espaços urbanos foi do ambiente doméstico. Se muitas das relações de trabalho do período da escravidão foram reinventadas no pós-abolição, isso se deu de forma ainda mais visível no trabalho doméstico. As relações de trabalho, assentadas na hierarquia entre senhor e escravo, ganham no pós-abolição uma força nova, com o racismo assegurado como verdade científica.¹²

A historiografia vem discutindo esse tema nos últimos anos. O surgimento da História da Infância acompanhou o desenvolvimento do campo da História Social, com reflexões sobre o mundo infanto-juvenil. De fato, a chegada dos estudos de E.P. Thompson nos anos 1980, em território nacional, provocou a reelaboração de uma série de debates que envolviam a população escravizada e seus descendentes, dentre eles a experiência dos menores no território nacional. Torna-se importante destacar, também, que a década de 80 foi fundamental para os estudos sobre a infância, uma vez que diversos setores da sociedade, sobretudo os movimentos sociais, exigiram a aprovação de legislações que amparassem a infância, resultando, assim, na criação da Lei Federal 8.069 em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente.¹³

Desde então, os estudos sobre o mundo infanto-juvenil foram determinantes para a consolidação do estatuto de amparo à infância. Com efeito, diversos autores foram fundamentais para o aprofundamento da temática no país. Destacamos as contribuições de Esmeralda Moura, que escreveu *Trabalho feminino e condição social do menor em São Paulo*. Ao levantar problematizações sobre o trabalho de menores nas fábricas em São Paulo, a autora

¹¹ SILVA, Caroline Santos. Representação e Subjetividades Infantis nos Livros para Crianças em Salvador no Início do Século XX.. 2017. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185396>. Acesso em 08 jun 2023.

¹² Ver: SOARES, Aline Mendes Precisa-se de um pequeno: o trabalho infantil no pós-Abolição no Rio de Janeiro 1888-1927. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017 (Dissert. Mestrado em História); SOUZA, Flavia Fernandes de e SILVA, Maciel Henrique. “Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas”. *Mundos do Trabalho*, v.10, n.20: 2018, p. 9-14. SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. De que lado você samba? Campinas: Editora da Unicamp (Coleção História@ Ilustrada), 2021...Ver, especialmente, capítulo 4: Navegadores Cientistas.

¹³ Thompson, E. P. A formação da classe operária inglesa. 3 vols. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

explorou o cenário social do universo infantil no mundo industrial, mostrando como as condições de trabalho foram impostas as crianças.

Não podemos deixar de mencionar, também, os estudos de Irma Rizzini sobre as representações da infância nas camadas populares na passagem do século XIX para o XX, destacando o protagonismo e as ações de resistência das jovens trabalhadoras. Do mesmo modo, os trabalhos de Renato Venâncio foram de fundamental importância para discutir a infância desvalida, apresentando reflexões sobre o universo social de meninas e meninos pobres que, muitas vezes, eram abusados e explorados nas casas de seus patrões.¹⁴

A pesquisa pioneira de Martha Abreu, publicada em 1989, traz questões bastante atuais para a historiografia. O debate sobre o gênero no campo jurídico foi importante para entender como os discursos sobre honra e moralidade determinavam a forma com que médicos e a jurisdição lidaram com as meninas, com destaque para os crimes de defloração e estupro. Em sua pesquisa, fica evidente que muitas vezes as meninas se tornaram, mais que os acusados, o centro de análise dos julgamentos.¹⁵

Merecem destaque também os estudos de Katia Mattoso sobre *O Filho da Escrava*, que apresentou importantes contribuições em torno dos *ingênuos*, filhos de escravizadas nascidas após a Lei n. 2040, a lei do ventre livre, bem como *Mendigos, Moleques e Vadios Na Bahia Do Século XIX*, do historiador Walter Fraga Filho, que discutiu as estratégias de sobrevivência da infância desvalida, tendo como centralidade a mendicância e a vadiagem das camadas sociais mais pobres na Bahia no século XIX.¹⁶

Em Salvador, uma série de pesquisas recentes foram feitas, tangenciando debates em torno da infância pobre e trabalhadora, buscando compreender de que forma o fim da escravidão interferiu e transformou as condições de trabalho e modificou a experiência social e racial da população infantil. Embora a centralidade das reflexões apresentadas pela historiadora Karine Damasceno não sejam apenas as jovens trabalhadoras, os debates apresentados pela autora foram de fundamental importância para compreender a negação da infância e a subalternidade

¹⁴ RIZZINI, Irma. Guia de instituições que produzem conhecimento sobre a infância e adolescência no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995; A assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993; Bibliografia sobre a história da criança no Brasil. Marília: UNESP Marília Publicações, 2001; VENANCIO, R. P. Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. 1. ed. Campinas: Papyrus, 1999.

¹⁵ ABREU, Martha. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

¹⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. O filho da escrava. In: PRIORE, M. Del (org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004; _____. Família e solidariedade na Bahia do século XIX. Bahia: Corrupio, 1988; FILHO, Walter Fraga. Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, 1994

da experiência de meninas pobres, trabalhadoras e negras em Feira de Santana, constatando, assim, que muitas vivenciavam experiências consideradas impróprias para as meninas de família. Assim como Karine Damasceno, destacamos as contribuições da historiadora Marina Barreto, que analisou um conjunto de posturas para disciplinar o trabalho doméstico em Salvador, destacando as profissões mais comuns, bem como as encruzilhadas de gênero, classe e raça, que organizaram os diferentes postos de trabalho nesse universo. Com efeito, os apontamentos da autora contribuíram para compreender a empregabilidade de meninas no serviço doméstico, que cada vez mais foi se apresentando como alternativa na vida de muitas crianças.¹⁷

Dentro desse universo, a Santa Casa da Misericórdia foi uma importante instituição responsável por encaminhar os menores para trabalhadores produtivos, com a finalidade de transformar a população pobre e afastá-la da prostituição e vadiagem. Destacamos o trabalho de Alan Cerqueira, de 2016, que realizou uma análise da trajetória de crianças que estavam no Asilo da Nossa Senhora da Misericórdia, reconstruindo um panorama acerca das políticas da infância que se desenvolveram durante o fim do regime escravista e o pós-escravidão. Na mesma direção, Mahiara Vitória pesquisou diferentes trajetórias de crianças enjeitadas na Roda dos Expostos no período de 1870 a 1893, demonstrando e descrevendo quem eram esses menores e como eram classificados na Santa Casa da Misericórdia em relação a sua cor.¹⁸

Nesse mesmo caminho, merece ser citada, também, a dissertação de José Pedro Carrano, que realizou um estudo sobre as colônias agrícolas no final da escravidão até o pós-abolição, demonstrando quais as políticas de orientação engendradas para o controle e disciplina dos menores na Bahia.¹⁹

A presente pesquisa caminha juntamente com esses estudos, buscando investigar e compreender a experiência das meninas trabalhadoras na cidade de Salvador no período de 1890 a 1918. Nesse período, compreendemos que a infância desvalida foi duramente criminalizada e o trabalho considerado uma forma de disciplinarização dessa população. Por exemplo, agora, as crianças poderiam ser colocadas em celas com adultos; a vadiagem, o ócio

¹⁸ CERQUEIRA, Alan Costa. De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889). Dissertação de mestrado em História (UFBa), 2016. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2016._cerqueira_alan_costa._de_orfaos_a_trabalhadores_trajetorias_das_crianças_expostas_do_asilo_nossa_senhora_da_misericordia_1861-1889_0.pdf. Acesso em 08 jun 2023. VITÓRIA, op. cit.

¹⁹ SILVA, José Pedro Carrano da. As crianças e o cativo do trabalho: Políticas de orientação de ingênuos e menores desvalidos ao trabalho na Bahia, 1871-1900. Dissertação de mestrado em História (UFBa), 2016. Universidade Federal da Bahia, Salvador

e a mendicância foram criminalizados, e, para a infância desvalida, bastava a presença nas ruas para justificar a vadiagem²⁰.

O recorte temporal, embora extenso, justifica-se pela necessidade de refletir sobre as mudanças ocorridas no cenário do trabalho urbano na capital urbana. Destacamos, também, as reflexões médicas publicadas na *Gazeta Médica da Bahia*, os debates da criminologia jurídica presentes nos jornais analisados, em destaque para *Jornal de Notícias* e *O Imparcial*, que desenvolveram interpretações e mecanismos de controle sobre a infância pobre e desvalida. Desta forma, ao relacionar esse movimento com os estudos feitos sobre o pós-abolição, tivemos a intenção de compreender de que formas essas novas concepções provocaram mudanças nas relações sociais e nas condições de trabalho.

Nossos caminhos metodológicos trilhados até aqui têm como finalidade compreender as relações entre infância pobre, raça e trabalho doméstico. Essa busca é bastante complexa, sobretudo quando nosso objetivo é, também, perceber a voz desses sujeitos, seu protagonismo e subserviência. Os jornais foram uma importante fonte para a realização dessa pesquisa, assim eles são encarados aqui como um importante indicador da transição do sistema escravista para o trabalho assalariado. Em diversos jornais era comum a presença de anúncios envolvendo crianças e adolescentes.²¹

Ao todo foram encontrados 102 anúncios para o período dessa pesquisa que demandavam ou ofertavam o trabalho de menores. Esses anúncios, após serem devidamente transcritos, formaram um Banco de Dados para a realização da pesquisa. Através deles, foi possível investigar a empregabilidade infanto-juvenil no trabalho urbano, compreendendo como funcionou a racialização de determinadas profissões, bem como as diferenciações de gênero em determinados serviços. Nosso objetivo ao apresentar essa fonte pode ser definido, também, como uma forma de demonstrar quais ocupações eram exercidas pelas trabalhadoras.

Através dos anúncios, destacamos aspectos relacionados à entrada das meninas no mundo do trabalho, seus laços de sociabilidade, a precariedade de suas vidas, as lutas e estratégias de resistência. Muito embora diversos estudos tenham se dedicado a investigar a temática, existem lacunas historiográficas sobre a experiência das pequenas trabalhadoras: Quais as formas de negociação, conflitos e estratégias de resistência empreendidos pelas menores em seus espaços de trabalho na cidade de Salvador, no período citado? De que forma

²⁰ SOARES, Aline Mendes. Precisa-se de um pequeno: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro 1888-1927. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 39.

²¹ PINHEIRO, Maria Cristina Luz, op. cit. 2005.

a família, presente na documentação, contribuiu para fugas, ações judiciais e outros conflitos entre tutores e tutelados, entre contratantes e contratados? Além disso, tratando-se do trabalho doméstico, como as divisões de gênero e raça organizaram as atividades laborais? Esses anúncios foram transcritos e analisados de forma qualitativa, que me possibilitou investigar a empregabilidade infanto-juvenil no trabalho urbano, compreendendo como funcionava a racialização de determinadas profissões, bem como as diferenciações de gênero em determinados serviços. Além dos anúncios, utilizei contratos de trabalho para demonstrar quais ocupações eram exercidas pelas meninas dentro de uma casa.

No rol de fontes da imprensa analisadas nesse estudo, destacamos os anúncios de fuga. Nesses anúncios, os patrões e tutores especificavam várias características físicas, morais e sociais das meninas fugitivas, e geralmente apontavam a urgência na captura delas por motivos diversos: pela necessidade de fazer valer a disciplina do trabalho, pelos riscos da prostituição, pelo perigo que representava o mundo das ruas, entre outros argumentos diversos. Ao todo, selecionamos uma amostragem de 17 casos em que as meninas fugiram de seus postos de trabalho.

Não podemos deixar de mencionar que a cidade de Salvador, no referido período, foi alvo de uma série de reformas urbanas, que tinham como finalidade o “embelezamento das ruas”: um projeto de remodelamento da capital baiana que objetivou favorecer a higiene pública.²² Nesse processo, uma série de debates sobre desenvolvimento e modernização colocaram a infância desvalida no centro desse remodelamento.²³ Limpar a cidade significava, também, remover a criança das ruas; assim uma série de orfanados e asilos foram criados²⁴, com a finalidade de direcionar essa população para o trabalho. Logo, a escolha pela cidade se deve à necessidade de observar os conflitos, as contradições, bem como as resistências a esse processo que ocorriam na capital da Bahia. A cidade é importante para a pesquisa pois possuía uma série de instituições em que os debates sobre infância, gênero e raça ocorreram e foram disputados por diferentes opiniões científicas.

Diversos interesses comerciais e políticos orientavam a relação que a imprensa estabelecia com o mundo das ruas. Cada jornal buscou construir seu público definindo o tipo de perfil de

²² FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937. *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998.

²³ “Doloroso e profundamente contristador é o espectáculo que se nos depara a cada instante, nas ruas que se remodelam, de um bando de meninas mal vestidas e despenteadas, implorando para seu bem [...] no pungente exercício de mendicidade [...]”. *A Notícia*, 28/01/1914.

²⁴ Asylo Bom Pastor em 25 de abril de 1915, a Escola de Menores Abandonados em 17 de maio de 1918 e a Despesa dos Pobres em 11 de maio de 1918. Ver: *Cidade de Salvador*, 25/04/1915; *Diário de Notícias*, 17/05/1918; *Diário de Notícias*, 30/06/1918.

leitores que objetivava alcançar.²⁵ Os jornais comerciais voltaram-se a seções e colunas que envolviam temas específicos, como crimes, esportes e vida urbana.²⁶ Assim, a imprensa se constituiu como um espaço múltiplo, aberto a diferentes testemunhos, que podiam fazer a viva condenação a certa prática de determinado grupo ou mesmo a sua defesa. Formavam uma variedade de perspectivas, que marcou o desenvolvimento comercial da imprensa e buscou abarcar o interesse de novos grupos de leitores.²⁷ Por esse motivo, acreditamos que os jornais por diversas vezes narraram experiências que não estavam presentes nos documentos oficiais, pois muitas relações de trabalho não foram oficializadas pelos contratos, assim como tutelas nem sempre foram levadas à justiça, e os jornais trazem um pouco desses contextos.

Não apenas as seções de *Procura e Ofertas* dos jornais são fontes desta pesquisa, mas também os anúncios de fugas dos menores da casa de seus patrões, bem como os debates que eram feitos sobre a infância e trabalho. A documentação às fugas nos ajudou a perceber as formas de resistência empreendidas, bem como os sentidos e significados de liberdade para os pequenos e pequenas. Em *Onda Negra, Medo Branco*, de Celia Azevedo, compreendemos que as fugas eram, quase sempre, o "não quero" dos escravos. Longe de serem vítimas passivas subitamente acordadas pelos abolicionistas, os negros e negras atribuíram sentidos políticos às suas ações de rebeldia, assumindo, entre si, uma consciência de classe por meio de fugas, assassinatos, revoltas coletivas nas fazendas e manifestações violentas nas cidades.²⁸

Acrescentamos, também, as publicações da *Gazeta Médica da Bahia*, que foi um jornal que circulou no estado, sobretudo na capital, e possuiu publicações estritamente científicas. Esse periódico contribuiu para a divulgação das pesquisas que eram feitas tanto de pensadores baianos, em nível nacional e até mesmo internacional, especialmente na Europa. A imprensa foi, decerto, um dos instrumentos necessários para o desenvolvimento desta ciência. Nesse processo, diversos casos foram descritos a fim de comprovar as teorias de um certo grupo de médicos. Nessa fonte em específico, percebemos que o ideal de civilização pregado pelos médicos os levou a elaboração de projetos que objetivavam o controle da sociedade, incluindo o corpo das mulheres.²⁹

²⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. 2016. Disponível: <https://www.scielo.br/j/his/a/WtS867DVMvyQgSsGRzY6s9z/?format=pdf>. Acesso em 04 set 2023.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ *Ibid.*

²⁸ AZEVEDO, Cecília Maria Marinho. O "não quero" dos escravos. In: AZEVEDO, Cecília Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004..

²⁹ SILVA, Caroline Santos. *Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2001, p. 12.

Argumentamos que, ao recuar para a bibliografia do período da escravidão, estabelecendo conexões com as pesquisas pós-abolição, compreendemos que a fuga foi, para os menores, uma forma de rejeitar um projeto de mundos do trabalho que estava pautado na precarização e subalternização. Para perceber essas ações de resistência, além dos jornais e contratos de trabalho já mencionados, foram utilizados também como fontes alguns com textos literários e ações de tutela.³⁰

Os contratos de trabalho foram uma importante documentação para a viabilidade dessa pesquisa. Foram transcritos ao todo uma amostra de 106 documentos desse tipo, buscando responder uma série de questões levantadas por esse estudo. Os termos nos revelam importantes indícios do que era menoridade e maioridade na época, e escapava, diversas vezes, aos limites etários determinados pela legislação vigente, bem como as condições de trabalho estabelecidas, a remuneração, as fugas, entre outros aspectos.

Nem sempre as condições estabelecidas nos contratos eram cumpridas. Essas situações eram reportadas à Santa Casa da Misericórdia e nem sempre os menores eram reembolsados. Muitos optaram por fugir da casa de seus locatários e aventuraram-se no mundo das ruas, ou se direcionaram à casa de familiares ou amigos feitos durante o período em que viveram na Santa Casa da Misericórdia.³¹

Buscaremos, também, apresentar uma definição de infância que foi se consolidando no período do pós-abolição com base nas fontes. Para isso, utilizaremos a imprensa e a literatura infantil. Não é estranho afirmar que a literatura infantil no Brasil surgiu como um projeto civilizacional disputado por diferentes projetos político-ideológicos, conforme escreveu Patricia Hansen. Muito embora a produção nacional buscasse ser gigante por sua própria natureza, exaltando símbolos nacionais na produção direcionada aos futuros cidadãos, o universo infantil que se forjou no meio literário entre o final do século XIX e começo do XX buscou suprimir a diversidade populacional, consolidando, assim, um tipo ideal de infância que almejava a construção da imagem de brasileiros e brasileiras como uma nação branca.³²

O que a sociedade esperava dos meninos e meninas, quando se tornassem mulheres e homens? Longe de ser uma fase puramente biológica, a infância é, na verdade, uma construção social e histórica. A elaboração de um tipo ideal de infância, nos moldes europeus, excluiu boa

³⁰ OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (Orgs.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018. Disponível em <https://bit.ly/2Xe4omk>.

³¹ *Ibid.*

³² HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

parte da população infantil e juvenil no Brasil, negando os mais fundamentais direitos e cidadania à população pobre e de cor, num país que havia recém-abolido a escravidão.³³

Juntamente com os Contratos de Trabalho, a Literatura, a Imprensa e as Ações de Tutela abrem caminhos para reconstruirmos os cotidianos nos mundos do trabalho. Entender também o perfil dos patrões é fundamental para essa reflexão. Afinal, ter um menor em sua companhia era uma prática de vários segmentos das sociedades, não apenas das famílias mais abastadas.

A análise dessas fontes foi realizada mediante uma abordagem quantitativa e qualitativa, objetivando compreender de que forma os menores envolvidos experienciaram, interferiram e construíram respostas dentro de suas respectivas realidades históricas. Dentro desse panorama, o *paradigma indiciário* se constitui enquanto um importante instrumento de análise, na medida em que possibilita ao historiador recompor tramas, cenários e trajetórias com base em indícios, vestígios e sinais: elementos aparentemente negligenciáveis, mas de suma importância no processo de interpretação das fontes.³⁴

Não podemos deixar de mencionar que esta pesquisa tem a intenção e o interesse de reconstruir fragmentos da história das meninas trabalhadoras no Brasil, contribuindo para o entendimento, a reflexão e a transformação da realidade, e por isso tem um valor social. Infelizmente, o trabalho infantil ainda é uma realidade. Casos recentes demonstram a existência de trabalhadores domésticos que, enclausurados nas casas dos seus patrões desde a infância, são mantidos em condições de trabalho análogos à escravidão³⁵. Sendo assim, discutir esse tema é contribuir para os debates sobre as contradições do processo de pós-emancipação do país, não somente na perspectiva da dor das crianças, de seu sofrimento e da falta, mas, sobretudo, a partir da complexidade de suas experiências de luta, escolhas, alegrias, desafios e conquistas.

36

Mediante o exposto, essa dissertação foi elaborada da seguinte forma: No primeiro capítulo, intitulado *Ser criança e ser Menor: Lugares de Infância no Pós-Abolição*, em que apresentamos uma definição de infância com base nas fontes, considerando a literatura, as teses médicas publicadas na *Gazeta Médica da Bahia* e os jornais entre 1890 e 1918. Posteriormente, no segundo capítulo, intitulado *Da Exploração e Precariedade*, traçamos um panorama sobre

³³ LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003

³⁴ GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁵ <https://www.terra.com.br/nos/puxao-de-cabelo-quarto-mofado-massagem-nos-pes-da-patroa-como-vivia-a-mulher-sob-escravidao-em-sc,041db6462c57e242c102bc3d3d5d3cffeojz6dg0i.html>

³⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/ibge-brasil-tem-46-das-criancas-e-adolescentes-em-trabalho-infantil>

os contextos do trabalho doméstico no pós-abolição, destacando as formas de precarização dessa mão de obra, de controle e de disciplina. Por fim, a conclusão desse trabalho ocorre no capítulo 3, intitulado *Das Lutas e Resistências*, cuja finalidade é discutir as formas de resistência das menores, com destaque para as fugas, suicídio e denúncias contra seus tutores, apontando de que forma elas se insurgiram contra o controle patronal. Na perspectiva da História Social, foi possível acessar as experiências vividas das menores, buscando interpretá-las a partir da análise da documentação mencionada. A partir do diálogo com a bibliografia da área, foi possível compreender a complexidade das ações e das relações construídas, prestando atenção para a maneira como a singularidade de cada experiência influenciou e foi até mesmo responsável pela reelaboração de normas sociais, políticas e econômicas.³⁷

³⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

1 SER CRIANÇA E SER MENOR: LUGARES DE INFÂNCIA NO PÓS-ABOLIÇÃO

Seja pela rubrica dos doutores da Faculdade de Medicina da Bahia, pelos catálogos literários ou nos manuais de criminologia, a infância foi, sem dúvida, uma das grandes preocupações republicanas. Ser criança tornou-se objeto de estudo de diversos intelectuais, que, empenhados na construção de um projeto de nação, buscavam, também, resolver o diagnóstico do que era considerado o problema do Brasil: o elemento racial.³⁸

As teses e teorias sobre raça e nação orientaram diversas rotas sobre o que era produzido para os pequenos. Amélia Rodrigues³⁹, Lemos Britto⁴⁰ e Virgílio Cardoso⁴¹, dentre outros escritores, se empenharam na construção de um campo literário dedicado à infância, com enfoque no trabalho, na família e na instrução pública. Ao mesmo tempo em que a literatura infantil ganhava contornos, num nítido esforço de formar o futuro da nação, um conceito de infância era forjado.⁴²

Nas folhas dos catálogos infantis, o trabalho, nitidamente racializado, determinou diferentes lugares para os pequenos e pequenas da nação brasileira. Se ser criança era uma etapa especial do desenvolvimento humano, ele não era reservado ao ser menor: os dois lugares de infância foram forjados em oposição, demonstrando, assim, que o que era produzido para a infância branca e para a infância negra e pobre era bem diferente.

O mercado de trabalho era considerado uma estratégia de disciplinarização desses corpos, uma vez que, com o fim da escravidão, a população negra deveria ser controlada a fim de evitar o ócio, a vadiagem e os vícios morais⁴³. Essa alternativa ao trabalho escravo gerou, para as famílias soteropolitanas, quase sempre uma mão de obra de baixo custo, uma vez que a

³⁸ Ver: RAIANE, Maihara Marques Vitoria. Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostas na santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890). Orientadora: Gabriela Sampaio. 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23403>. Acesso em 08 jun 2023; SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁹ RODRIGUES, Amélia. Mestra e mãe: Educação cívica e moral. Bahia: Typ. Salesiana, 1929.

⁴⁰ BRITTO, Lemos. Oração às crianças. Salvador: Livraria Catilina, 1913.

⁴¹ OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. Mosaico infantil. Bahia: Livraria Catilina, 1911.

⁴² SILVA, Caroline Santos. Representação e Subjetividades Infantis nos Livros para Crianças em Salvador no Início do Século XX. Orientadora: Ana Lize Brancher. 2017. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185396>. Acesso em 08 jun 2023.

⁴³ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botuequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2 Edição. 1 reimpressão. Campinas/ SP: Editora da Unicamp, 2005. 367p.

remuneração dos pequenos e pequenas, na maioria das vezes, se deu através de vestimentas, de alimentação e de moradia.⁴⁴

Nas páginas seguintes, apresentaremos uma definição de infância com base na Literatura Infantil, bem como nos jornais, nos códigos penais e nas teses e teorias da Faculdade de Medicina da Bahia. Nos aprofundaremos na infância desvalida, com a finalidade de entender os sentidos e significados do que era ser menor no período republicano.

Seguiremos os itinerários percorridos pelos menores nas ruas de Salvador, nos orfanatos e na Santa Casa da Misericórdia, sem excluir, contudo, da nossa rota, as encruzilhadas entre gênero, raça e classe. Os caminhos delineados para a infância desvalida obedeciam a papéis de gênero muito bem definidos. A educação para os serviços domésticos foi o foco para o trabalho das meninas, portanto, nos dedicaremos no fim deste percurso a analisar o trabalho doméstico.

1.1. “O menino é a esperança”: Infância, Nacionalismo e Trabalho

O organismo das crianças não suporta impunemente o demasiado trabalho, e a força e inteligência exclusivamente desenvolvida prejudica o desenvolvimento físico. É um erro de muitos pais, que aliás o amor explica. Desculpe a franqueza das minhas palavras.⁴⁵

Maria, Euphrosina e Caboclinha são três das personagens do livro *Mestra e Mãe*⁴⁶, de Amélia Rodrigues, publicado em 1898. Juntas, as meninas protagonizaram uma série de situações marcadas por conflitos que deveriam ser resolvidos pela família, pela mestra e por elas mesmas. As situações narradas possuíam, em suma, um aspecto moralizante; eram como fragmentos que, combinados, formavam uma colcha de retalhos: o conceito de infância.

Definido pela própria escritora como um manual de educação moral e cívica para as meninas⁴⁷, *Mestra e Mãe* tinha como finalidade ensinar comportamentos específicos: o modo correto de falar, de se vestir, como se portar e qual a relação deveria ser estabelecida com os estudos, afinal, para Amélia Rodrigues as meninas deveriam estudar e ocupar lugares públicos, desde que estivessem em consonância com a moral religiosa e cívica da época.

⁴⁴ FILHO, Walter Fraga. Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, 1994; PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-188. Afro-Ásia. Salvador, n. 32, 2005; RAIANE, Mahiara Marques Vitória, op. cit., 2017.

⁴⁵ RODRIGUES, Amélia. *Mestra e mãe: Educação cívica e moral*. Bahia: Typ. Salesiana, 1929, p. 112.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ SILVA, Caroline Santos. A Escritora Amélia Rodrigues Através das Páginas de Mestra e Mãe. VII Simpósio Nacional de História Cultural, São Paulo, p. 1. Novembro, 2014. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Caroline%20Santos%20Silva.pdf>. Acesso em: 08 jun 2023.

Na narrativa da escritora as personagens devem ser compreendidas dentro de uma dimensão cultural e histórica, em que suas atuações literárias são elementos importantes para investigação do conceito de infância do período. Percebemos, ao ler *Mestra e Mãe*, quais eram as expectativas republicanas sobre a educação das crianças, em especial das mulheres, bem como os anseios, as promessas, as noções de honra feminina e masculina, entre outras coisas. Não só ela, mas também uma série de intelectuais republicanos, dentre eles literatos, médicos e juristas, se aventuraram pelo campo das histórias infantis, engendrando, assim, uma literatura atrelada ao universo das crianças, contribuindo para a criação de um ideal de infância fortemente marcado por temáticas relacionadas à família, à escola e à nação.

Não é estranho afirmar que a literatura infantil no Brasil surgiu como um projeto civilizacional disputado por diferentes projetos políticos-ideológicos, conforme escreveu Patricia Hansen⁴⁸. Muito embora a produção nacional buscasse ser gigante por sua própria natureza, exaltando símbolos nacionais na produção direcionada aos futuros cidadãos, vale salientar que esse universo infantil que se forjou no meio literário entre o final do século XIX e começo do XX buscou suprimir a diversidade populacional, consolidando, assim, um tipo ideal de infância que almejou a construção da imagem de brasileiros e brasileiras como uma nação branca.

Não podemos esquecer que esse projeto civilizacional foi forjado, sobretudo, pelos médicos, pela criminologia e pelos literatos.⁴⁹ Concomitante a publicação de *Mestra e Mãe* e outros livros destinados às crianças, ocorria, também, uma tentativa de redimir o Brasil de seu maior problema: o elemento racial.⁵⁰ É nessa esquina entre racismo científico e infância que as hierarquias raciais se entrecruzaram, construindo lugares de infância.

Longe de ser uma fase puramente biológica, a infância é, na verdade, uma construção social e histórica.⁵¹ A elaboração de um tipo ideal de infância, nos moldes europeus, excluiu boa parte da população infantil e juvenil no Brasil, negando os mais fundamentais direitos e cidadania a população pobre e de cor, num país que havia recém-abolido a escravidão.

De fato, a literatura dirigida às crianças foi uma moda internacional do século. Esses "livros-nação" eram, na verdade, verdadeiros manuais cívico-pedagógicos. De acordo com

⁴⁸ HANSEN, Patrícia Santos. Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

⁴⁹ SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. De que lado você samba? Campinas: Editora da Unicamp (Coleção Históri@ Ilustrada), 2021... Ver, especialmente, capítulo 4: Navegadores Cientistas.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003

Patrícia Hansen o final do século XIX resultou numa mudança na percepção do tempo, tornando a infância um momento de grande importância social: era a fase da vida que deveria encarnar o futuro da nação⁵².

A expansão dos sistemas escolares e as mudanças ocorridas no campo da educação possibilitaram à educação pública tornar-se um dos maiores promotores da padronização da língua, objetivando, assim, a construção de um passado comum e formando cidadãos de acordo com a política em vigência. Somado a isto, destacamos, também, o fortalecimento da indústria e do comércio editorial, que permitiu a ampliação da circulação de mídias impressas pelos territórios nacionais.⁵³

Esses fatores levaram a um gigantesco investimento intelectual nas literaturas infantis nacionais, que resultaram em reformas educacionais que objetivaram a nacionalização do ensino. Muito longe de representar "interesses infantis", essa produção deveria informar o passado e formar o futuro: a criança tornou-se um "ser social". Aqui, a infância não era mais restrita à privacidade doméstica: o filho não pertencia apenas aos pais, ele era o futuro da nação e da raça.⁵⁴

Diversos livros estrangeiros serviram de modelo para os escritores de literatura infantil. Esses livros são impactantes na estrutura literária nacional, pois, apesar de incorporarem os modelos pedagógicos dos romances de formação, fornecendo a instrução cívica, possuíam uma narrativa que dialogava com o universo infantil, remetendo, assim, a experiência dos próprios escritores. Destaca-se o livro *Cuore*⁵⁵, do autor Italiano Edmondo De Amicis, publicado em 1886, e *Le tour de la France par deux enfants*, da escritora Augustine Fuiée.

Não se pode perder de vista, também, que a literatura infantil brasileira surgiu num contexto internacional de crescimento do nacionalismo, um dos elementos que contribuiu para ocorrência da Primeira Guerra Mundial. Podemos afirmar que uma característica desse cenário foi a presença de uma abundante produção de bens culturais e simbólicos sobre a nação, evocando, assim, signos e símbolos de amor à pátria, como os soldados que dão a vida pelo país, meninos que se comportam com "virilidade", ideais de honra e virtuosidade feminina, a importância do trabalho e dos trabalhadores. A literatura infantil incorporou esses elementos a partir de um ideal cívico-pedagógico.⁵⁶

⁵² HANSEN, op. cit.

⁵³ ROCHA, Mateus Vinícios Afonso. Como a poesia das laranjeiras: o projeto político e pedagógico da intelectual Júlia Lopes de Almeida. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

⁵⁴ HANSEN, op. cit., ROCHA, op. cit.

⁵⁵ AMICIS, Edmondo de. *Coração*. São Paulo: CosacNaify, 2011.

⁵⁶ HANSEN, op. cit.

Não podemos esquecer que o Brasil possuía altíssimos índices de analfabetismo nesse período.⁵⁷ Isso nos sugere que os livros eram direcionados a um determinado público, que possuía acesso à educação para aprender a ler e escrever, bem como poder aquisitivo para adquirir a produção e tempo para lê-la. Embora seja, de certa forma, evidente que a produção literária e infantil não era direcionada às crianças das classes populares e de cor, não podemos deixar de questionar: que imagem de nação e de nacionalidade era apresentada às crianças? Além disso: qual o lugar das crianças pobres e de cor na construção do futuro da nação?

Debaixo de uma árvore, lido em voz alta por um adulto, ou num quarto silencioso: pouco se sabe sobre a circulação e recepção da literatura infantil. Não se pode dizer, de fato, como os livros eram lidos pelos pequenos. Porém a linguagem, bem como os textos curtos, normalmente em forma de poemas, com rimas, entre outros modelos, podem nos levar a formular hipóteses sobre a recepção e circulação das obras, atrelados a um mapeamento do processo de produção e circulação dos livros infantis na cidade de Salvador.

Os livros infantis do período, dentre os quais se inclui *Mestra e Mãe*, receberam muito investimento editorial para se tornarem atrativos para as crianças. Caroline Santos Silva, quando analisou a circulação desse material na capital baiana⁵⁸, a partir dos anúncios presentes em diversos periódicos, dentre eles *O Petiz*, *Revista do Ensino Primário* e *Diário da Bahia*, constatou que a maioria dos anúncios literários pertenciam a editora Catalina⁵⁹, uma das mais importantes da época. O catálogo dos livros infantis não apenas possuía informações básicas como nome do autor, ano de publicação e o resumo da obra, mas também sugeria de que forma o conteúdo poderia ser útil para a formação das crianças.⁶⁰

Muitos dos livros presentes no catálogo da Catalina foram indicados para a utilização nas escolas. Também os livros indicados para o entretenimento das crianças possuíam elementos moralizantes. Além de Amélia Rodrigues, outros escritores se dedicaram a temática da infância. Destacamos o livro *Mosaico Infantil* (1911), de Virgílio Cardoso de Oliveira; *O pomo de Ouro e outros contos maravilhosos* (1913), de Almachio Diniz; *Oração às crianças* (1813), de Lemos Brito. Dentro dessas obras, procurou-se legimitar um tipo ideal de infância, uma representação de um universo ancorado sobre um projeto civilizacional muito bem

⁵⁷ ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁵⁸ SILVA, Caroline Santos. Representação e Subjetividades Infantis nos Livros para Crianças em Salvador no Início do Século XX. Orientadora: Ana Lize Brancher. 2017. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185396>. Acesso em 08 jun 2023.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Ibid.

delineado, que tinha como finalidade forjar noções sobre ser menino e menina na sociedade baiana.

A literatura infantil no período republicano pode ser definida como um campo de produção intelectual que buscou definir e redefinir a subjetividade das crianças, através de situações que narravam confrontos entre a experiência de ser criança e o mundo adulto.⁶¹ Por intermédio da ficção, diversos autores forjaram o que era infância no país, transmitindo normas e comportamentos que deveriam ser assimilados a fim de que os pequenos pudessem se inserir e consolidar seu lugar social na sociedade republicana.

Logo, ao tratar de literatura infantil, partimos do pressuposto de que seu surgimento se dá a partir do mundo adulto e de suas instituições. Não apenas das escolas, mas também da Medicina e do Direito. Destacamos literatura produzida por José Gabriel Lemos Britto⁶², um advogado que dedicou grande parte de sua trajetória para discutir a proteção jurídica à criança e ao adolescente.

Nascido em 1886, na cidade de Salvador, o jurista atuou fortemente na História do Direito brasileiro e publicou mais de trinta obras literárias sobre os mais diversos temas, que iam deste História à Literatura, Poemas, Economia, Sociologia, entre outros. Apesar da vasta produção do escritor, totalizando mais de 30 obras, é possível estabelecer assuntos pontuais em seus escritos, são eles: sistemas penitenciários do Brasil; assistência a menores e direito penal; crime e criminosos na sociedade brasileiro. O autor teve um grande impacto na reforma do sistema penitenciário brasileiro, com destaque para a reformulação do Código de Menores de 1927.⁶³

Publicado em 1913, o livro *Oração às Crianças*⁶⁴ demonstra uma das grandes preocupações da época: a quantidade de crianças abandonadas desde o fim da escravidão. Os pequenos e pequenas se tornaram temas de debates eugenistas. A construção do conceito de infância, atrelado a identidade nacional, num país racialmente plural foi um dos desafios que surgiram com a abolição da escravidão em 1888. Assim, numa nação na qual diversos intelectuais e pensadores propunham a manutenção dos valores morais brancos e católicos, era necessário debater qual o lugar que os menores ocupavam dentro da construção de uma ideia

⁶¹ ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2003.

⁶² HELBER, Renato Medeiros. Lemos Britto e a Questão dos Menores no Brasil (1920-1963). XIX Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, p.1, Setembro, 2019. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600452710_ARQUIVO_85e09389dcefc5163d2d22503760ab5e.pdf. Acesso em 08 jun 2023.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ BRITTO, Lemos. *Oração às crianças*. Salvador: Livraria Catilina, 1913.

de Brasil. A infância tornou-se um dos eixos principais dos debates elaborados pelos intelectuais brasileiros.

As teses e teorias sobre a infância sugeriam diferentes desdobramentos para o ser criança. Esses itinerários, naturalmente orientados por questões de raça e classe, objetivavam construir, também, o sentimento de patriotismo nos pequenos. Assim, as crianças deveriam amar a pátria, e os livros ensinavam isso.

O livro *Oração à Crianças*⁶⁵ nos descreve o quão racializada era a questão do trabalho na república. Os 10 capítulos presentes na obra orbitavam em torno do trabalho, na honra, na pátria e da família. Uma série de símbolos nacionais eram acionados:

Imagem 1.

As Forças da Pátria



Fonte: BRITO, Lemos. *Oração às crianças*. Salvador: Livraria Catilina, 1913.

Destacamos a reprodução do quadro *As Forças da Pátria*, de Carlos Oswald. A bandeira do Brasil está presente no fundo, e, apesar de a imagem não ser colorida, evidencia os lemas de Ordem e Progresso. A bandeira está posicionada de forma estratégica: apesar de existirem pessoas a frente, elas não impedem seus observadores de verem seu centro. Logo à

⁶⁵ Ibid.

frente, existe um importante símbolo, que está presente em todo o manual: a religião, no caso o catolicismo, religião oficial do Estado. O homem, que representa São Sebastião, está contemplando o plano acima dele, o céu, e, conseqüentemente, Deus. Junto a esta figura, existe uma mulher que lhe dá suporte, ela parece estar desatando suas mãos. Do lado direito, existe um homem abaixado. Dele nada se sabe, não se vê seu rosto, apenas as costas nuas. Contudo, este homem misterioso, apesar de não revelar sua face, revela um detalhe importante: sua cor. Se a presença do homem remete ao índio enquanto um importante elemento nacional, pouco se sabe, mas, ao estabelecer conexões com as teorias elaboradas no período sobre identidade nacional, entende-se que o índio era um elemento assimilado, imagético e politicamente, no projeto de nação moderna, ao passo que o enorme contingente populacional de origem africana, recém-liberto do jugo escravocrata, era considerado um perigo biológico para uma nação que se imaginava branca.⁶⁶

Não coincidentemente, a família presente na imagem é branca. Isso nos indica qual o tipo ideal de família que era buscado pelo contexto da época. Observamos, também, que no canto direito, existe uma figura posicionada de costas para quem observa o quadro, é uma criança: o menino está nu, representando sua inocência, e tem as mãos dadas a dois adultos, estes que possuem uma missão: guiar o pequeno aos valores cívicos e patrióticos. A figura demonstra, então, que os livros infantis tinham como finalidade não apenas informar o passado, mas, sobretudo, formar um futuro. Um futuro, uma missão em que as crianças possuíam um papel fundamental na construção de uma ideia de nação, eram elementos fundamentais e constituintes da “força da pátria”:

O bom cidadão é aquelle que não esmorece na prática das virtudes cívicas e privadas. Ama-se a patria nas tradições de seu passado, no Deus da sua religião, na lingua que os nossos paes falaram e que é a nossa língua, no seu governo, nas suas leis, na confiança do seu futuro.

Ame-a, pois, jovens bahianos, e jamais lhe recuseis a vossa cooperação, seja qual fôr o momento em que ella toque a rebate, chamando a postos todos os filhos dignos.⁶⁷

A moralidade cívica e a moralidade religiosa caminhavam juntas quando se tratava de um tipo ideal de infância. Logo, concluimos que ser criança era estar amparada pela igreja, pelo estado e pela família, conforme evidência Lemos Britto no capítulo “família”:

⁶⁶ DANTAS, Carolina V. (2010). O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos: Rio de Janeiro, 1903-1914. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa.

⁶⁷ BRITTO, op. cit., 27-28.

Pobre ou rica, no fausto ou na miseria, da plebe ou da fidalguia, na família o romanso da paz que nos recolhemos, batidos pelas tormentas da vida. A criança é uma flôr que desabrocha entre outras flores, à sombra do lar, cercada dos zelos paternos e das carícias maternas; a família é o casulo social, é o viveiro dos bons cidadãos.⁶⁸

No entanto, será que essa realidade se aplicava a todos os pequenos e pequenas? A todos os lugares de infância? Para responder essa pergunta, torna-se necessário destrinchar o sentimento de patriotismo que tentava ser formado na mente das crianças. Na obra de Lemos Britto, encontra-se um importante vestígio sobre a construção de um tipo ideal de infância: o amor a pátria era também o amor ao trabalho.

Vós que viveis ainda os brincos da infancia; que, da escola, passaes para a ridente vida doméstica; ainda não chegaste à idade em que o homem sente a necessidade impulsiva de trabalhar. Quando lá chegardes, verei quão delicioso é o trabalho!

Elle desenvolve o corpo e o espírito, avigora o ânimo, fortalece o caráter, evita a tentação da vida vagabunda. Raramente encontrei um criminoso repulsivo e odioso, num homem do trabalho; mas encontrareis centenas de delinquentes aos quaes elle regenerou.

O peralvilho, o homem sem officio nem profissão, o que não se peja de viver do suor alheio, é um campo aberto para a sementeira de todos os vícios. Ao contrário, o que labuta de sol a sol, na oficina, no gabinete, ou em qualquer ocupação honesta, não tem tempo para pensar nessas cousas aparentemente sedutoras [...] O desoccupado constitue sempre um perigo para a sociedade, enquanto o trabalhador se torna um elemento de progresso, de ordem e de justiça.⁶⁹

Aqui, observamos que para esse tipo ideal de infância, elaborado pela literatura infantil, trabalhar era um horizonte da vida adulta. “Quando lá chegardes”, conforme diz o escritor, isto é, na maioridade, caberia às crianças, agora adultas, desempenharem o trabalho, pois ele desenvolveria o corpo e o espírito e fortaleceria o caráter, evitando o ócio.

A criança era, então, o futuro da nação, e o Brasil contava com seu apoio para tornar-se um país desenvolvido como uma nação européia, espelhando-se no seu vizinho, Estados

⁶⁸ Ibid., p. 34.

⁶⁹ Ibid., p. 79-80.

Unidos.⁷⁰ Não raro encontramos imagens que se referiam aos *yankes* como um ideal de progresso. Para isso, os livros infantis ressaltavam a importância da construção de estradas, das linhas, e dos trilhos. O escritor de *Orações às Crianças* indaga: “Quem realizou esse progresso, completou essa obra, conseguiu essa transformação? O Trabalho”.⁷¹

Mas, para desenvolver a nação nos moldes estadunidenses, era necessário, assim como nossos vizinhos, resolver o problema dos trabalhadores indígenas e africanizados, aqui descritos como indolentes. Contudo, “apesar dos nossos erros, culpas e vícios, o Brasil tem prosperado muito”⁷². Diferente deles, os pequenos brasileiros deveriam estar atentos ao trabalho, distinguindo, inclusive, o trabalho especializado do não especializado: existiam ofícios que exigiam aprendizados para executá-los, ao passo que alguns não necessitavam das especializações.

Destacamos aqui a importância da especialização de determinados postos de trabalho, presente nos livros infantis, que associavam os estudos com determinados ofícios. Mas, em contrapartida, encontramos alguns livros que incentivavam o trabalho de crianças pobres. Destacamos a obra *Mosaico Infantil*⁷³, de Virgílio Cardoso, que fala de operários pobres:

Não basta que o menino estude; é preciso mais que se habitue ao trabalho, que é a fonte da vida, o princípio da ordem, a base da paz e do progresso. Uma profissão, qualquer que ela seja, é sempre nobre. O homem que vive do trabalho é feliz: só depende de sua atividade e energia.⁷⁴

Se para as crianças da elite o trabalho era um horizonte possível da vida adulta, para os pequenos e pequenas das classes populares o mesmo não acontecia. A concepção de infância como uma etapa ideal do desenvolvimento humano era restrita apenas a um tipo ideal de infância, que, conforme evidenciaremos, estava bastante distante da precariedade, da orfandade e da exploração que marcou a experiência da infância desvalida.

Não só Lemos Britto, como uma série de escritores de livros infantis se dedicaram ao trabalho infantil. É o caso de Virgílio Cardoso, autor de *Mosaico Infantil*. O escritor, nascido em 1868 na cidade de Salvador, era, também, um jurista brasileiro, profundamente engajado em tornar a República um projeto democrático capaz de promover inclusão política e justiça

⁷⁰ SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Navegadores Cientistas. In: _____. *De que lado você samba? Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição*. Campinas: Editora Unicamp, 2021. (Coleção História@ Ilustrada). e-book, p. 791.

⁷¹ BRITTO, op. cit., p. 91.

⁷² Ibid., p. 84.

⁷³ OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. *Mosaico infantil*. Bahia: Livraria Catilina, 1911.

⁷⁴ Ibid, p. 57.

social.⁷⁵ Em suas obras, o escritor incentivava o trabalho de crianças pobres, sobretudo em atividades agrícolas e fabris. No caso da infância desvalida, era preciso que o menino pobre trabalhasse, para ajudar a nação.

A valorização do trabalho dentro dos livros infantis direciona diversos desdobramentos. Nota-se que, ao narrar esse tema, os escritores estão, na verdade, forjando concepções ideais de infância, que, através do trabalho, tinha como finalidade inserir os pequenos e pequenas dentro das teses e teorias sobre a construção da nação. Contudo, enquanto para determinadas crianças a valorização do trabalho representava uma forma de patriotismo, para outras esse elemento era muito mais que uma missão, mas sim um projeto civilizador: falaremos, então, dos menores.

Enquanto as elites republicanas se empenhavam na criação de um tipo ideal de infância, percebemos, em contrapartida, a construção do ser menor. Muito longe do que era relatado no universo das histórias infantis, ao menor eram reservadas as ocorrências policiais, as matérias de jornais, as denúncias e processos crimes. Aos poucos, os intelectuais, que enxergavam na cultura do trabalho uma forma de disciplinar a população, iam criminilizando o ser menor, que foi construído em oposição ao ser criança. Mas, afinal, qual o significado do ser menor em um país que havia recém abolido a escravidão?

1.2. Rumo Ao Trabalho: A Infância Desvalida

O projeto de nação engendrado pelos médicos, juristas e literatos no pós-abolição buscou imprimir uma nova ordem social, que, com seus ventos de progresso, esbarraram nos fantasmas coloniais soteropolitanos. As cidades, com seus problemas de saneamento, ineficiência do transporte público, ruas estreitas e insalubres, mendicância da população e, somando a isso, a expressiva presença de pessoas de cor na sociedade, estavam na mira dos projetos de reforma urbana e suas bases ideológicas e morais.⁷⁶

O articulista do *Diário de Notícias* escreveu, em 3 de janeiro de 1913, que tais reformas urbanas repercutiriam feito o “som das trombetas civilizadoras do progresso”⁷⁷. O que o redator intitulou como “phase dos remodelamentos”⁷⁸ contou com “[...] um batalhão de inspectores, de

⁷⁵ DAMASCENO, Alberto; VIEIRA, Carlos Eduardo. Discurso republicano e o debate sobre a formação do povo brasileiro na trajetória de Virgílio Cardoso de Oliveira. Cadernos de História da Educação, Uberlândia, Brasil, vol. 22, pp. 163. Disponível em: <https://doaj.org/article/82eb67c37c224451b486fe40989bf685>. Acesso em 08 jun 2023.

⁷⁶ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937. *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998.

⁷⁷ *Diário de Notícias*, 03/01/1913.

⁷⁸ *Diário de Notícias*, 03/01/1913.

sub-inspectores, de auxiliares, de amanuenses, de continuos e serventes”⁷⁹ objetivando favorecer a higiene pública.

Em contrapartida, não compartilhava de seu entusiasmo o Instituto Geográfico e Histórico do Brasil que, no mesmo ano, em 11 de janeiro, publicou a crônica escrita pelo memorialista Antônio Vianna no *Diário de Notícias*:

Recordava-me um menor que a noitinha, em dias idos eu vira, à porta de um café, nesta mesma praça, maltrapilha, descaça, ostentando insistentemente os primeiros sintomas de criminoso. Mendicava e estendia a mão ao transeunte: - Oh! senhor, uma esmola, pelo amor de Deus. E, se era atendido: - Deus o ajude. Se lhe recusavam a esmola, não demorava o epíteto causticante. Oito annos, se tanto, orçavam os da existência do garoto. E nenhuma civilização lhe tolera o passo naquele officio. Era a criança estigmatizada, trocando a aureola da juventude pelo ferrete indicador do delinquente, substituindo o rubor da vergonha pela palidez do insensível [...].⁸⁰

O memorialista e sócio do IHGB Antonio Vianna, não foi o único a descrever a presença pequenos e pequenas nas ruas da capital baiana. O articulista do jornal *A Notícia*, em 28 de novembro de 1914, evidenciou a presença abundante de menores nas “ruas que se remodelam”:

Doloroso e profundamente contristador é o espectáculo que se nos depara a cada instante, nas ruas que se remodelam, de um bando de meninas mal-vestidas e despenteadas, implorando para seu bem [...] no pungente exercicio de mendicidade [...].⁸¹

Muito longe da expectativa de *Oração às Crianças, Mestra e Mãe e Mosaico Infantil*, o lugar de infância reservado aos menores estava intimamente relacionado à precariedade, à medicância e ao trabalho. Devido a rotina de trabalho das famílias da classe trabalhadora, cuja ausência de filhos era, muitas vezes, uma condição para empregabilidade, muitos menores foram abandonados nas ruas. A precariedade de suas vidas impunha diversas estratégias de sobrevivência, dentre as quais o furto, o roubo, a mendicância, além da entrada precoce no mercado de trabalho se transformaram em alternativas.⁸²

O projeto de nação republicana se traduziu, também, em uma tentativa de remodelamento da cidade de Salvador buscando seguir alguns padrões europeus, e foi acompanhado, sobretudo,

⁷⁹*Diário de Notícias*, 03/01/1913.

⁸⁰*Diário de Notícias*, 11/01/1913.

⁸¹*A Notícia*, 28/01/1914.

⁸²SILVA, Maciel Henrique. *Nem mãe preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador*. Jundiá: Paco Editorial, 2016

pelo surgimento de inúmeros asilos e abrigos para menores orfãos em situação de rua. É o caso do *Orphanato da Sagrada Família* mencionado no jornal *A Notícia* em 27 de novembro de 1914. A instituição, criada em 4 de outubro de 1907 pela professora jubilada Claudemira Dias Pitta, localizada na ladeira do Canto da Cruz, n. 81, funcionava "[...]à custa de sacrifícios diários dessa mulher, com o auxílio de pessoas caridosas que dão pequenas esmolas"⁸³. As condições do orfanato eram de precariedade: "as creancinhas passam fome e dormem no chão puro".⁸⁴

Num pardieiro sujo, que a higiene devia condenar à habitação, fui encontrar, aos cuidados de uma velha doente e caridosa, um punhado de crianças pobrezinhas, descalças, os vestinhos sujos, as faces opiladas denotando quanto sofrimento elas não passam - dias sem mais alimento que uma codea de pão.⁸⁵

Contudo, apesar de tais condições insalubres de habitação, o gesto de caridade da diretora foi elogiado pela redação do jornal. O que importava, na verdade, era "a proteção à infância desvalida"⁸⁶ e a retirada das crianças das ruas, pois isto não era admissível numa sociedade que buscava se civilizar.

Imagem 2.

Meninas Do Orfanato Pia Da União



Fonte: *A Notícia*, Bahia – 7 de outubro de 1914

⁸³ *A Notícia*, 27/11/1914.

⁸⁴ *A Notícia*, 27/11/1914.

⁸⁵ *A Notícia*, 27/11/1914.

⁸⁶ *A Notícia*, 27/11/1914.

A fotografia das meninas que residiam no Orfanato Pia da União nos sugere o perfil racial das meninas órfãs na cidade baiana. Apesar de visualizarmos algumas crianças brancas, é notório que a grande maioria das meninas possuem pele escura. Isso nos demonstra que ser menor era, em suma, não apenas uma questão de classe, mas também um lugar de infância fortemente marcado pelo fator racial. Se a infância dos livros infantis possuía cor, classe, nome e sobrenome, isso também se aplicava à infância nas ruas, em outro viés.

Os trânsitos identitários entre gênero, raça e classe constituíram as diferentes experiências da população negra recém-emancipada que, apesar do fim do sistema escravista, esteve inserida dentro de um projeto de precarização que ocasionou efeitos devastadores sobre a experiência dos menores. Portanto, na análise da experiência das crianças, é preciso relacionar as questões de gênero, raça e classe para que possamos entender seus múltiplos sentidos, bem como as formas de opressão vivenciadas pelas crianças pobres e de cor na capital soteropolitana.

Maihiara Raiane, ao estudar o perfil racial das meninas e meninos enjeitados na Roda dos Expostos do Asilo de Nossa Senhora da Misericórdia da Bahia⁸⁷, demonstrou que o final do século XIX foi marcado por inúmeras mudanças estruturais que modificaram a vida das crianças desvalidas na capital baiana. Nesse sentido, a criação de redes de assistencialismo para a infância desvalida se insere dentro de um contexto em que essa assistência possibilitava que o abandono deixasse de ser um mero assassinato de inocentes.⁸⁸ Não é sem motivo que uma série de médicos, como Joaquim Augusto Tanajura, que, em 1900, defendeu a criação de órgãos de assistência à criança pobre.⁸⁹

Em 7 de outubro de 1914, Idalino, articulista do jornal *A Notícia* visitou outro orfanato destinado a abrigar meninas órfãs: *Pia da União*. Sob o pretexto de investigar uma denúncia de que a instituição estaria servindo, na verdade, para a prostituição das menores, o redator tentou averiguar a veracidade da informação.

Imagem 3.

Frente do Orfanato Pia da União

⁸⁷ RAIANE, Maihara Marques Vitoria. Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostas na santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890). Orientadora: Gabriela Sampaio. 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23403>. Acesso em 08 jun 2023.

⁸⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. Famílias abandonadas: Assistência à criança das camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – Século XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

⁸⁹ RODRIGUES, Andréa da Rocha. A infância esquecida. Salvador 1900-1940. Dissertação de Mestrado. UFBA, 1998



Fonte: A Notícia, Bahia – 7 de outubro de 1914

A diretora da instituição, Maria do Espírito Santo, afirmou que o orfanato constitui uma “[...] verdadeira casa de caridade [...]”⁹⁰ e que desde o seu surgimento já teriam se casado 28 órfãs: “Isto aqui não é convento. Eu não criei clausura, mas uma casa decente, de onde cujas filhas pudessem sair amparadas por um bom esposo.”⁹¹ Contudo, ao interrogar a vizinhança, o articulista foi informado que “essas meninas são muito namoradeiras”⁹² e que “[...] ali dormem toda noite um motorista de um bonde e um músico de polícia”.⁹³

Se o *Pia da União* era uma instituição destinada a prostituição de menores jamais teremos certeza, contudo, dialogando com Martha Abreu Esteves⁹⁴ é possível perceber que na sociedade republicana existia uma série de representações no imaginário social acerca de meninas que eram abandonadas pela mãe e pelo pai – eram intituladas *meninas perdidas*:

O meio viciado, a devassidão dos costumes, os instintos perversos, a falta de honra e de educação, a inclinação à malícia e à liberalidade foram expressões que marcaram os julgamentos de médicos, juristas, membros do clero, literatos e jornalistas sobre as moças pobres, negras e brancas [...]”⁹⁵

⁹⁰ A Notícia, 07/10/1914.

⁹¹ A Notícia, 07/10/1914.

⁹² A Notícia, 07/10/1914.

⁹³ A Notícia, 07/10/1914.

⁹⁴ ABREU, Martha. Meninas Perdidas In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*, 2000.

⁹⁵ Ibid., p. 161.

De fato, o surgimento de uma série de instituições destinadas a abrigar órfãos no pós-abolição, como o Asilo Bom Pastor em 25 de abril de 1915⁹⁶, a Escola de Menores Abandonados em 17 de maio de 1918⁹⁷ e a Despensa dos Pobres em 11 de maio de 1918⁹⁸ sugerem que a construção de uma sociedade civilizada passava pela eliminação das crianças pobres e negras que viviam nas ruas, sem que isso significasse, necessariamente, removê-las das condições de precariedade.

Não podemos ignorar, certamente, a existência da Santa Casa da Misericórdia, uma das maiores instituições de acolhimento infantil do Brasil. Muitas Santas Casas surgiram juntamente com as cidades enquanto uma instituição religiosa, econômica e que administraria os bens de terceiros. Dessa importante instituição, destacamos o mecanismo da roda dos enjeitados, central de acolhimento das crianças órfãs na instituição. Funcionava da seguinte forma: diversas famílias enjeitavam crianças, e os motivos eram diversos: precariedade, carestia, relações ilegítimas, morte de um dos pais ou os dois, dentre outros.⁹⁹

Alan Cerqueira nos demonstra que até meados do século XIX, o discurso da Santa Casa da Misericórdia para o acolhimento de crianças estava relacionado ao religioso e de salvação da alma, estabelecendo alegorias entre crianças e anjos. No final do século XIX, um novo discurso sobre trabalho se construía no Brasil, e a política de acolhimento de crianças pobres e órfãs acompanhou este debate. Concomitante à aprovação da Lei do Ventre Livre, o perfil racial de crianças acolhidas pela instituição alterou-se, o que revela uma nova dinâmica de acolhimento.¹⁰⁰

Em concordância com Venâncio¹⁰¹, quando analisa as crianças enjeitadas nas cidades de Rio de Janeiro e Salvador, Cerqueira¹⁰² também corrobora que, na mesma medida em que o acolhimento de crianças de cor cresceu e ultrapassou o número de brancos acolhidos, o número de meninas aumentou também. Venâncio¹⁰³ também afirma que algumas crianças eram escolhidas para entrar na Misericórdia e isto seguia a demanda externa da época.

⁹⁶ *Cidade de Salvador*, 25/04/1915.

⁹⁷ *Diário de Notícias*, 17/05/1918.

⁹⁸ *Diário de Notícias*, 30/06/1918.

⁹⁹ CERQUEIRA, Alan Costa. De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889). Orientadora: Gabriela Sampaio, Dissertação de mestrado em História (UFBA), 2016. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em:

https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2016_cerqueira_alan_costa_de_orfaos_a_trabalhadores_trajetorias_das_crianças_expostas_do_asilo_nossa_senhora_da_misericordia_1861-1889_0.pdf. Acesso em 08 jun 2023.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 50.

¹⁰¹ VENÂNCIO, op. cit.

¹⁰² CERQUEIRA, op. cit.

¹⁰³ VENANCIO, op. cit.

Essa mudança na política de assistencialismo à infância desvalida é resultado do fim da escravidão, que culminou em uma nova dinâmica socioespacial na capital da Bahia, marcada, cada vez mais, por novos padrões de sociabilidade, bem como reorganizações dos núcleos familiares, do trabalho e dos costumes.¹⁰⁴ O mundo das ruas que, historicamente, sempre foi um território de disputa entre os diferentes agentes sociais e o poder público, tornou-se uma arena em que as diferentes concepções de infância confrontavam-se e interpelaram-se, e a população recém-emancipada constituía o principal alvo das políticas de disciplinarização e das intervenções civilizatórias, sanitaristas e militares.

Em linhas gerais, constatamos que a questão das crianças desvalidas foi considerada um problema social: “estas deveriam ser controladas visando à reformulação do espaço urbano, à propagação da higiene e, sobretudo, porque necessitavam reprimir a criminalidade.”¹⁰⁵ Neste contexto de reconfiguração da dinâmica social e racial no espaço urbano, surgiram novas regulamentações legais para a questão da infância, bem como para a disciplinarização do trabalho. Tais interferências na paisagem urbana da cidade de Salvador serão responsáveis por redefinir a relação entre público e privado, alterando, desta forma, o cotidiano de muitos trabalhadores.

O período pós-abolição foi modificando os sentidos e significados sobre o trabalho. Meire Reis¹⁰⁶, em sua análise acerca das trabalhadoras negras na cidade de Salvador entre os anos de 1888 e 1916, verificou que o trabalho, socialmente tido enquanto um exercício inferior e desqualificador na escravidão, foi valorizado no imaginário social com o advento da Primeira República. Os livros infantis, analisados no tópico anterior, demonstram isso: agora, amar a pátria era amar o trabalho.

Contudo, ainda que houvesse uma ressignificação positiva acerca do mundo do trabalho, a população negra permaneceu associada a inferioridade e degeneração. Percebemos a existência de uma hierarquização dos tipos de trabalho, conferidos aos subalternos, oriunda de uma diferenciação social entre trabalho físico e intelectual.¹⁰⁷ Enquanto o primeiro estava relacionado às classes mais pobres, vistas como irracionais e passíveis de atitudes impulsivas

¹⁰⁴ SAMPAIO; ALBUQUERQUE, op. cit.

¹⁰⁵ SOARES, Aline Mendes. *Precisa-se de um pequeno: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro 1888-1927*. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 39.

¹⁰⁶ REIS, Meire. *As mulheres negras trabalhadoras em salvador entre 1888 e 1916*. Anais do 30º Simpósio Nacional de História da ANPUH – Brasil. Recife: Anpuh, 2019. Ver também FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance! Mundos Femininos, Maternidade E Pobreza. Salvador, 1890-1940*. Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 2003.

¹⁰⁷ REIS, op. cit.

ou emocionais, o segundo estava associado as classes mais abastadas. Podemos afirmar que o trabalho era visto como uma forma de controlar os indivíduos da classe trabalhadora, na medida em que os inseria dentro de um sistema de controle dos corpos.¹⁰⁸

Não se pode perder de vista, também, os itinerários percorridos pela legislação abolicionista, até que se consolidasse, de fato, o fim do regime escravocrata. Para entender a infância desvalida é preciso compreender o impacto que a chamada lei do ventre livre causou na vida dos menores. Promulgada em 1871, a Lei nº 2.040 determinava a liberdade para os filhos de escravizadas nascidos a partir de sua aprovação. Nos dez artigos e 34 parágrafos, a lei estabelecia os mecanismos de controle, sua aplicação, prazos e penalidades em caso de descumprimento. Dentre os artigos, destacam-se o Art. 1º, § 1º, e o Art. 2º, §§ 1º e 2º:

Art. 1º, § 1º - Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção de receber do Estado a indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade com a presente lei.

Art. 2º - O Governo poderá entregar a associações, por ele autorizadas, os filhos das escravas nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores, ou tirados do poder destes em virtude do Art. 1º, § 6º.

§ 1º - As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas: 1º a criar e tratar os menores; 2º a constituir para cada um deles um pecúlio, consistente na quota que para este fim for reservada nos respectivos estatutos; 3º a procurar-lhes, findo o tempo de serviço, uma colocação apropriada.

§ 2º - A disposição deste artigo é aplicável às Casas dos Expostos e às pessoas a quem os juízes de órfãos encarregarem da educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim.¹⁰⁹

Esses artigos estabeleciam mecanismos de controle dos senhores sob os *ingênuos*. De acordo com a lei, o senhor deveria cuidar dos recém-nascidos das escravizadas até que eles completassem oito anos de idade e, após isso, poderiam escolher libertá-los e receber uma indenização de 600 mil réis, ou utilizá-los até os 21 anos como trabalhadores. Caso optasse por

¹⁰⁸ REIS, op. cit.

¹⁰⁹ Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP (Universidade de São Paulo). Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-do-ventre-livre.html>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

entregar o ingênuo ao Estado, estes menores ficariam sob tutela e eram entregues às associações.

Quando analisou as disputas em torno dos significados da liberdade e cidadania no pós-abolição, Camila Cowling¹¹⁰ utilizou o conceito emancipação gradual para caracterizar o período de aprovação de leis antiescravistas. A gestação da liberdade tornou-se um terreno em disputa, e coube “[...] às próprias mulheres tentar traduzir as promessas dessas leis em uma realidade para seus filhos e filhas.”¹¹¹ Portanto, ainda que a Lei do Ventre Livre tenha significado o fim próximo da escravidão, representou, na mesma medida, o angariamento de mão de obra infantil e de cor através da tutela, ou seja, uma forma de indenização aos senhores.

Na descrição da lei, existe a determinação do benefício recebido pelo menor, aqui considerado *ingênuo*, mas também as obrigações destes para com os senhores que lhe concedessem educação, alimentação e liberdade: criou-se, então, a tutela dos *ingênuos*. Estes fatores fizeram com que Robert Conrad¹¹² e Marcos Vinicius Fonseca¹¹³ evidenciassem que a legislação do ventre livre tinha caráter protelatório em termos de emancipação. Ademais, ao serem criados junto com os senhores de suas mães, estas crianças estariam imersas no cotidiano escravo, fato este que impactaria o restante de suas vidas.

Com efeito, não seria justo afirmar que a Lei do Ventre Livre inaugurou a instituição social da tutela no Brasil, uma vez que, conforme apontou Maria Beatriz Nizza da Silva¹¹⁴, essa prática foi corriqueiramente utilizada no Brasil, em todo o processo escravista e colonial. Contudo, enquanto anteriormente a tutela era uma forma de garantir a administração da criança e dos seus bens na ausência do pai, após 1871, durante o processo de emancipação gradual¹¹⁵ dos escravizados, seu uso adquiriu outro sentido, e os *ingênuos* foram incorporados a este mecanismo.

Esses desdobramentos nos sugerem que a mão de obra infantil foi um elemento central para o final do período escravista, quando começam a ser formalizadas novas maneiras de organizar o trabalho e controlar os trabalhadores. Compreender a infância desvalida no Brasil, bem como a utilização da mão de obra no pós-abolição, passa, também, pela compreensão de aspectos

¹¹⁰ COWLING, Camilla. *Concebendo a liberdade: Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

¹¹¹ *Ibid.*, op. cit., p.

¹¹² CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

¹¹³ FONSECA, Marcus Vinicius. *A Educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

¹¹⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*, 2ª edição, Editorial Estampa, 1993.

¹¹⁵ COWLING, op. cit.

relacionados a Lei do Ventre Livre, uma vez que tal lei se constituiu como um amplo mecanismo de angariamento de mão de obra infantil. Embora tenha significado o desmonte do sistema escravista e uma conquista de movimentos abolicionistas, a classe senhorial não tardou a engendrar novas práticas de obtenção de mão de obra livre, e o trabalho infantil é central para entender as alterações ocorridas no final da escravidão e no início do pós-abolição do ponto de vista do mundo do trabalho.

Não se pode negar que a população infantil exerceu um papel importante na reorganização do sistema escravista para a sociedade emancipada. Maciel Henrique descreve os anos finais do sistema escravista e o fim da escravidão como um período caracterizado pela consolidação da utilização dos menores para o trabalho.¹¹⁶

Para Irma Rizzini¹¹⁷, o trabalho de crianças no Brasil nunca foi de fato uma novidade. As crianças sempre trabalharam durante o período colonial e imperial, contudo as mudanças legislativas, institucionais e literárias que ocorreram no final do século XIX e começo do XX acabaram por assimilar o mecanismo de assistencialismo e proteção a infância com um sistema de agenciamento do trabalho infantil, e a criação de asilos, orfanatos e outras redes de assistência foi uma das principais expressões desta prática¹¹⁸.

A infância desvalida foi criminalizada, e os pressupostos raciais advindos da Europa foram fundamentais na criminalização da população de cor, devido a sua difusão na capital soteropolitana através das teorias raciais.¹¹⁹

Em linhas gerais, a Lei do Ventre Livre¹²⁰ determinou que os filhos das mulheres escravizadas nascidos após 28 de setembro de 1871 fossem livres, como foi visto. No entanto, a legislação possuía diversas ambiguidades e contradições, caracterizadas pelas cláusulas restritivas. De acordo com a lei, o senhor deveria cuidar dos recém-nascidos das escravizadas até que eles completassem oito anos de idade e, após isso, poderiam escolher libertá-los e receber uma indenização de 600 mil réis, ou utilizá-los até os 21 anos como trabalhadores.¹²¹

¹¹⁶ SILVA, Maciel Henrique Carneiro. Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910). 2011. Orientadora: Valdemir Donizette Zamparoni. 373 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

¹¹⁷ RIZZINI, Irene. *Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: Loyola Editora PUC-Rio, F. Terre des Hommes, CIESPI, 2003.

¹¹⁸ PEÇANHA, Natália Batista. “Precisa-se de uma menor para pequenos serviços de uma casa”: a mão de obra infanto-juvenil no serviço doméstico carioca (1880-1930). *Mundos do Trabalho*, v. 10, n. 20, p. 103-123, 2018.

¹¹⁹ CERQUEIRA, op. cit.

¹²⁰ Lei do ventre livre: Collecção das Leis do Império do Brasil de 1871, Tomo XXI, Parte I, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1871, p.148.

¹²¹ COWLING, op. cit.

Caso optasse por entregar o *ingênuo* ao Estado, estes menores ficariam sob tutela e eram entregues às associações.

De fato, poucos senhores optaram pela não utilização do trabalho dos *ingênuos*, pois dos 8 anos aos 21 anos isso significaria perder 13 anos de trabalho, o que tornava a indenização do Estado menos atrativa.

Em sequência, a abolição da escravidão em 1888, e a república instaurada no ano de 1889, repercutiram em alterações legislativas que culminaram no Código Penal de 1890¹²². Em comparação ao código de 1830, o Código Penal de 1890 foi considerado um retrocesso no que tange a questão do trabalho infantil. Ocorreu a diminuição da idade penal de 20 para 14 anos, e este fato foi considerado um grande retrocesso no período¹²³.

Com a promulgação deste Código Penal, sugere-se, portanto, que a infância não estava distante do mundo adulto, pois o código aceitava que crianças a partir dos nove anos responderiam pelos seus delitos.¹²⁴ Conforme aponta Lisiane Cruz Ribas, “Até final da década de 1920, a distinção do homem para a criança dentro da perspectiva do trabalho era a remuneração de menor aprendiz.”¹²⁵

Com base no Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891¹²⁶, observa-se que o limite etário para a menoridade foi fixado nos 18 anos. Contudo, como observou Aline Soares¹²⁷, a relação entre menoridade civil e de força de trabalho era inexistente, já que no mercado de trabalho não existiram critérios para a distinção entre maiores e menores de 18 anos.

Em 24 de maio de 1918, o articulista do jornal *O Imparcial A. de Queiroz*, em uma redação intitulada *Rumo ao Trabalho*, escreveu que:

A criança, que se cria ociosa e vadia, embora frequentando uma escola, torna-se um entre mais nocivo, a ai, à família e à sociedade, do que aquella que se conserva analphabeta, mas se occupa em qualquer trabalho, habilitando-se neste ou naquele officio.

Em contraste com A. de Queiroz, o *Diário de Notícias* apresentou em 11 de janeiro de 1913 que

¹²² Presidência da República Casa Civil. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em 20 de jan de 2020.

¹²³ CRUZ, Lisiane Ribas. “Precisa-se de uma menina de 12 anos de idade para cuidar de creança”: *O trabalho Infantil na Primeira República (Porto Alegre/RS)*. AEDOS, v. 7, n. 17, p. 303-321, 2015.

¹²⁴ Ibid.

¹²⁵ Ibid., p. 315.

¹²⁶ Presidência da República Casa Civil. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em 20 de jan de 2020.

¹²⁷ SOARES, op. cit.

As crianças de hoje serão os homens e mulheres de amanhã. Estão destinadas a formar lares domésticos no futuro, com uma missão a cumprir ou deveres a preencher [...] Educa-se-lhes a intelectualidade, mandam-se à escola, depois ao colégio ou à universidade, ali adquirem conhecimentos que servirão mais tarde para abrir-lhes caminho na vida e preencherem cabalmente os cargos da profissão ou ofício que seguirem.

Muito mais do que uma simples discordância, a disparidade entre a forma com que *O Imparcial* e o *Diário de Notícias* compreendem o mesmo tema suscita um questionamento: A concepção de infância enquanto um momento especial no desenvolvimento humano, que já circulava em Salvador desde o século XIX, não se aplicava a todas as crianças. As acepções de crianças enquanto corpos frágeis e que necessitavam de cuidados constantes dos pais não se aplicava em determinadas configurações.

Katia Mattoso já havia nos alertado que, no período da escravidão, "[...] a criança de cor livre pode ter seu prazo de ingresso na vida ativa protelado, enquanto a criança escrava, que tenha atingido certa idade, entra compulsoriamente no mundo do trabalho".¹²⁸ Ao passo que a infância negra e pobre no pós-abolição, como lembrou Araujo, "[...] começava a circular pelas ruas da cidade, vendendo doces e frutas ou trabalhando onde conseguisse emprego. [...] As crianças pobres raramente frequentavam a escola".¹²⁹ Assim, percebe-se que a principal diferença entre estas e as crianças da elite econômica é que, enquanto a segunda recebia instrução escolar, as negras e pobres deveriam trabalhar desde tenra idade.¹³⁰

Em *Rumo ao Trabalho* observamos que, numa sociedade recém-emancipada, a questão do trabalho assumia, para além de uma questão meramente econômica, um aspecto moralizador, constituinte de um projeto civilizacional. Numa sociedade que havia recentemente abolido a escravidão, tornou-se necessário, para a classe senhorial, construir novas estratégias de disciplinarização e controle dos corpos e mentes, das quais, sem dúvida, o trabalho ocupou um lugar central.

A infância desvalida foi criminalizada, construída como um alvo de perseguições e preconceitos. Enquanto a concepção de criança versava sobre os pequenos das famílias bem estabelecidas, o menor tornou-se responsabilidade "[...] do Estado e de instituições religiosas, passando pela curiosidade de médicos higienistas".¹³¹

¹²⁸ MATTOSO, Kátia de Q. O filho da escrava (Em torno da lei do ventre livre). Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 8 nº 16, pp. 37 – 55, mar. 88/ago. 88, p. 39.

¹²⁹ ARAUJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 168.

¹³⁰ SOARES, op. cit.

¹³¹ CERQUEIRA, op. cit., p. 26.

1.3. “Prefere-se menor e de côr”: Infância e Trabalho Doméstico

Imagem 4.

Infância e Trabalho Doméstico



Fonte: RODRIGUES, Amélia. *Mestra e mãe: Educação cívica e moral*. Bahia: Typ. Salesiana, 1929.

Muito embora os livros infantis destinados ao público feminino ressaltassem a importância de uma série de aptidões e habilidades relacionadas ao trabalho doméstico, era a cozinha o ambiente que recebia maior destaque desta literatura. Na imagem 4, retirada do livro *Mestra e Mãe*, de Amélia Rodrigues, observamos a mestra ensinando as meninas a cortar legumes e vegetais. A cena ilustra o diálogo de Maria Clara e Gabriela: a primeira zombava da segunda que, aparentemente, não tinha talento para a atividade. Ao passo que Gabriela retrucou: “Vovó diz que mãe de família que não se vale a cozinha e deixa tudo por conta das criadas é a

verdadeira culpada dos descuidos delas.”¹³² E em seguida, conclui “as mães de família devem estar na cozinha, fiscalizando”.

A brincadeira entre as meninas nos demonstra que dentro do ambiente doméstico, as relações entre senhora e criada estavam muito delineadas, cujas fronteiras eram os muros erguidos pelos papéis de gênero, definidos e orientados pela cor e pela classe. Se no período da escravidão as relações de trabalho eram assentadas na hierarquia entre senhor e escravo, no pós-abolição o racismo ganhou uma nova roupagem: a verdade científica, que orientou um projeto de sociedade¹³³, determinou lugares de infância que, entrecruzados pelos trânsitos de gênero e raça, resultaram numa nova cultura de trabalho para disciplinar a população, e isso começava na menoridade.

Karoline Carula, ao analisar de que forma gênero e raça estavam presentes os discursos científicos no século XIX, demonstrou a existência da aplicação da teoria de Darwin à sociedade, que resultou teses que determinavam a hierarquização racial e a criação de ideais femininos. A mulher deveria ser educada para ser uma boa mãe, de acordo com expectativa dos moldes europeus. A partir disso, foram difundidas concepções de maternidade científica.¹³⁴ Enquanto os meninos deveriam se dedicar ao trabalho e à família, para as meninas era reservado o ser dona de casa, cuidar dos filhos, entre outros aspectos. A infância feminina era sinônimo de espaço doméstico: costurar, bordar, e aprender outras atividades que as ensinassem a ser boas esposas.¹³⁵

O ócio, a vadiagem e qualquer manifestação que perturbasse a ordem social foram duramente criticados pelos livros do universo infantil. As meninas que se "exibiam demais" e não desempenhavam papéis de feminilidade, como ser recatada e menos “risonha”, eram consideradas de "mal procedimento":

Essa que tem o rosto engraçadinho
A pequena Stella,
Passa o dia inteirinho
Repimpada à janela!
[...]
E por esse ruim procedimento,
Que a torne desfrutável,
A mamã que lhe dá consentimento

¹³² RODRIGUES, op. cit., p. 168

¹³³ SOARES, C. B.; BONETTI, A. DE L.. Marcadores sociais da diferença na experiência escolar de jovens estudantes negras. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 3, p. 370–379, set. 2021.

¹³⁴ CARULA, Karoline. *Darwinismo, Raça e Gênero: Conferências e Cursos Públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Orientadora: Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2012.

¹³⁵ CARULA, op. cit.

É a só responsável.¹³⁶

A sociedade republicana possuía uma série de expectativas sociais e morais sobre as mulheres.¹³⁷ Elas deveriam ser educadas para o lar e para família, restringindo-se, assim, ao ambiente doméstico. Esse ideal de honra feminina deveria ser construído desde a infância, e os livros infantis empenharam-se nessa missão, conforme observamos em *Mestra e Mãe*, de Amélia Rodrigues.

Contudo, a experiência das mulheres trabalhadoras da classe trabalhadora demonstra que seu cotidiano estava muito distante de estar reclusa âmbito privado.¹³⁸ Em Salvador, as mulheres das camadas populares necessitaram se inserir desde cedo no mercado de trabalho. A orfandade, a precariedade de suas vidas, bem como a necessidade de complementar a renda da família orientou, quase sempre, o destino dessas meninas. Muitas desempenharam funções que estavam distantes da expectativa de honra feminina forjada no pós-abolição, “[...] como sexo antes do casamento e a vida no trabalho”.¹³⁹

Por conta da ausência de atividades industriais de vulto, o mercado de trabalho para essas camadas orbitou em torno dos serviços domésticos, do artesanato e do pequeno comércio ambulante. Entre os homens, Maciel Henrique demonstra que as ocupações mais comuns eram o comércio e o artesanato. Para as mulheres, a venda de comidas prontas, bem como os ofícios de lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, chapeleiras, costureiras e babás eram as mais frequentes. Essas ocupações deveriam ser, também, conciliadas com o cuidado dos filhos, uma vez que nas famílias negras e pobres essa responsabilidade era, na maioria dos casos, pertencente às mulheres.¹⁴⁰

Em sua análise acerca da mulher negra na Bahia durante o século XIX, Cecília Soares¹⁴¹ afirmou que o trabalho destas mulheres esteve majoritariamente presente nas atividades domésticas. Sobre o conceito de serviço doméstico, precisamos ressaltar que ele diverge

¹³⁶ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937. *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998.

¹³⁷ DAMASCENO, Karine Teixeira. Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888). Orientadora: Gabriela Sampaio. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2019.

¹³⁸ DAMASCENO, Karine. Mal ou bem procedidas: Transgressões de regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, Bahia, 1890 - 1920. EDUFBA, Salvador, 2022.

¹³⁹ DAMASCENO, op. cit., p. 136

¹⁴⁰ SILVA, op. cit., 2011.

¹⁴¹ SOARES, Cecília Moreira. Mulher negra na Bahia no século XIX. 1994. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

bastante do que se verifica na atualidade, devido às poucas distinções que existiram entre espaço público e privado na sociedade republicana.¹⁴²

Para além dos ofícios de cuidado com as crianças, limpeza da casa e os serviços de cozinha, o mercado de serviços pessoais comportava, também, lavar roupa nos chafarizes, carregar água, cuidar da iluminação das casas e compras de bens de consumo e alimentação para abastecimento das residências: o trabalho doméstico estava associado à natureza dessas ocupações, não somente aos locais em que eram executados.¹⁴³

A relação entre trabalho doméstico e trabalho infantil é mais próxima do que se imagina. Karine Damasceno¹⁴⁴ nos alertou para o fato de que a negação da infância foi uma característica comum na trajetória de trabalhadoras das camadas populares. Longe de ser uma característica apenas baiana e brasileira, Cecilia Allemandi¹⁴⁵ demonstrou que em Buenos Aires o serviço doméstico consistiu, também, na prestação de serviços pessoais para realizar tarefas vinculadas as questões cotidianas de membro das famílias: lavadeiras, cozinheiras, amas de leite, amas de criança, entre outros. Muito embora alguns serviços se apresentem como *cama a dentro*, “[...]se sabe que también trabajaban en sus domicilios particulares o para instituciones públicas”.¹⁴⁶

Em consonância com o que foi observado por Karine Damasceno¹⁴⁷, Lúcia Helena Oliveira Silva nos alerta para o fato de que o trabalho doméstico foi um dos espaços mais acessíveis nas primeiras décadas do pós-abolição para mulheres negras.¹⁴⁸ Lúcia Helena Silva demonstra, também, a naturalização da criança negra como trabalhadora, especialmente no interior das casas. A violência foi, muitas vezes, uma regra nas relações estabelecidas entre senhores, tuteladas e empregadas. Diversos periódicos denunciavam constantemente os abusos de patrões no tratamento de suas empregadas.¹⁴⁹

Esse tipo de trabalho possuía relações que estavam além do pagamento por determinado serviço: as trabalhadoras domésticas recebiam a proteção da família, que incluíam auxílio em casos de doença, ajuda com os filhos, entre outros aspectos, fator esse já demonstrado por

¹⁴² BARRETO, Marina Aquino Leão. Gênero e raça no trabalho doméstico livre em Salvador em fins do século XIX: o surgimento de uma classe fatalmente segmentada. *Mundos do Trabalho*, v. 10, n. 20, p. 81-102, 2018.

¹⁴³ *Ibid.*, 2018.

¹⁴⁴ DAMASCENO, op. cit., 2019.

¹⁴⁵ ALLEMANDI, Cecilia L. “El servicio doméstico en el marco de las transformaciones de la ciudad de Buenos Aires, 1869-1914”. *Diálogos*, Maringá, vol. 16, n. 2, p. 385-415, maio-ago., 2012.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 5.

¹⁴⁷ DAMASCENO, op. cit.

¹⁴⁸ SILVA, Lucia Helena Oliveira. "Dos afazeres de meninas de cor": trabalho doméstico, infância e situação de exploração 1920-1950. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Silva Felix Airton. *Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero, corpo, memória e trabalho*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Huumanas: São Paulo, 2023, pp. 65-77.

¹⁴⁹ SILVA, Lucia Helena. op. cit., 2023.

Sandra Graham na obra *Proteção e Obediência*.¹⁵⁰ No caso das menores, a remuneração se deu muitas vezes através da alimentação, vestimenta e moradia.

O trabalho das menores no espaço doméstico foi de fundamental importância no pós-abolição. Era comum o trabalho de meninas entre 10 e 16 anos trazidas do interior da Bahia ou de outros estados para serem tuteladas por parentes ou conhecidos da família. Como pagamento, receberiam comida, dormida e vestimenta – eram as *Catarinas*¹⁵¹, termo usado para caracterizar jovens meninas que trabalhavam em casa da família em troca de comida, geralmente entregues pelos próprios familiares.¹⁵²

As catarinas, de acordo com Maciel Henrique, eram um recurso barato e seguro que as famílias baianas encontraram para manter sempre trabalhadores no antro dos seus lares. Pelo fato de não serem da região em que iriam trabalhar, existia a crença de que essas meninas seriam mais dóceis, “[...] como um tipo de escravo jovem recém-chegado, não ladino.”¹⁵³

Semelhante aos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos veiculados na imprensa durante o sistema escravista, os jornais do pós-abolição que circularam em Salvador no período de 1890 a 1908 demonstram uma grande demanda e solicitações de trabalho correlacionando cor, gênero e idade com determinadas funções. Nestes anúncios, também, percebe-se a grande procura do trabalho das menores no serviço doméstico.

Para analisar a inserção das meninas no mundo do trabalho, faz-se necessário investigar a terminologia presente nos jornais difundidos no período em que esta pesquisa se dedica a compreender. Com o levantamento de informações contidas nas seções de *Procura e Ofertas* presentes nos jornais *Diário de Notícias*, *O Imparcial* e *Jornal de Notícias* verifica-se as seguintes designações para estas trabalhadoras: *criadinha*, *crioulinha*, *menina*, *mocinha*, *pardinha*, *pequena* e *rapariga*.

Normalmente, na sequência da utilização destas expressões verifica-se a delimitação de uma faixa etária pelos anunciantes. Somado a isto, existe o fato de que os termos estão escritos no diminutivo, sugerindo, desta forma, a procura de crianças, conforme pode ser observado nos anúncios a seguir:

¹⁵⁰ GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. 237 p.

¹⁵¹ SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador (1900-1950)*. 1998. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

¹⁵² *Ibid.*

¹⁵³ *Ibid.*, p. 61.

AMA Precisa se de uma menor para serviços domesticos e que durma no aluguel. Villa Maria, Brotas, Acupe. 151. *O Imparcial*, 7 de junho de 1918.

AMAS Para lavar, engommar, clara, morando no aluguel; outra para cosinha, prefere se **menor e de cor**. Piedade n.1, por cima da Casa Favorita. *O Imparcial*, 7 de Julho de 1918.

CREADA precisa-se de uma de 15 ou 16 annos nos coqueiros dos Barris, 66. *O Imparcial*, 23 de julho de 1918.

AMA Precisa-se de uma **menina de côr**, honesta, para ajudar em cosinha e fazer outros serviços domesticos. Carmo 48. *O Imparcial*, 22 de agosto de 1912.

AMA Precisa-se de uma de 12 a 15 anos de muito bom procedimento para todo serviço de casa de pequena família, **preferindo de cor preta**, a rua do Portão da Piedade n. 42, 1 andar. *Jornal de Notícias*, 23 de janeiro de 1891.

Precisa-se de uma menina até a idade de 15 annos, no Pelourinho, 84, 1º andar. *Diário de Notícias*, 29 de janeiro de 1912.

Conforme escreveu Cecilia Soares, “uma doméstica podia se ocupar de duas, três ou mais tarefas, a depender das necessidades do senhor e sua família.”¹⁵⁴. Alguns anúncios tipificam o serviço requerido, indicando a necessidade de especializações para determinados ofícios, e isso fica evidente na procura de amas para engomar, cozinhar, lavar ou cuidar das crianças. Contudo, a grande maioria não destaca esses aspectos, demarcando apenas a solicitação de uma menor “para todos os serviços”.

A procura de menores que dormissem na casa do patrão era muito comum, o que significava maior controle sobre a vida da serviçal, ao mesmo tempo em que se evitava a experiência com o perigoso mundo das ruas. Na sociedade republicana, o espaço público personificava a degeneração social e moral, sobretudo se considerarmos que os valores exigidos às moças da época estavam pautados nos padrões das classes mais abastadas, que deveriam permanecer protegidas dos vícios e desordens das ruas, zelando, desta forma, pela sua castidade e pureza. Tais valores eram inatingíveis para as mulheres negras, cujo portão afora representava, também, oportunidades de trabalho, como o ofício de lavadeira, por exemplo. Devido ao fato de a

¹⁵⁴ SOARES, op. cit., p. 26.

lavagem de roupas ser realizado em fontes e riachos públicos, este ofício requeria maior circulação nos espaços públicos.

Quando analisou a trajetória de lavadeiras em Feira de Santana, Reginilde Rodrigues Santa Bárbara concluiu que estas mulheres trabalhadoras construíram um próprio tipo de femilidade, longe dos padrões definidos na época, baseadas na experiência cotidiana de luta pela sobrevivência e pela tradição que marcava as gerações de mulheres trabalhadoras, sobretudo as negras.¹⁵⁵

Sobre a disciplina do trabalho doméstico em Salvador, nessa passagem da escravidão para o pós-abolição, destacamos a pesquisa de Marina Barreto¹⁵⁶ que analisou um conjunto de posturas criadas em 1887 que perduraram até 1893. A autora analisou 897 matrículas, que continham muitas características dos trabalhadores, e constatou, com base nas fontes analisadas, que a atividade mais comum foi a de cozinheira. Publicadas pela Câmara Municipal de Salvador, as matrículas exigiam que os criados fossem matriculados pela Secretaria de Polícia.

Com efeito, assim como Marina Barreto¹⁵⁷ verificou a existência de meninas negras nos serviços da cozinha, os anúncios também evidenciam essa inserção. De fato, as solicitações demonstram como cozinhar era bastante valorizado na Bahia. As cozinheiras dedicavam-se a preparação de pratos da culinária de diversos países, mas o que esperavam delas era o preparo dos pratos comuns da casa no momento das refeições.¹⁵⁸

Também era comum que nos anúncios se exigisse boa conduta moral das menores. Elas deveriam ter “muito bom procedimento”, premissa que se impunha a todas as domésticas. Isso sugere dois fatores: primeiro, que o trabalho doméstico estava sustentado na moral patriarcal dominante, o que denunciava o caráter disciplinante deste ofício, que deveria educar as mulheres para as funções do ambiente da casa.¹⁵⁹

Se uma ama entre 12 e 15 anos necessitava de bom procedimento, supõe-se que estas menores deveriam estar inseridas dentro do mercado de trabalho desde tenra idade e, conseqüentemente, habituadas ao serviço doméstico. Os anúncios demonstram, além disso, uma correlação entre os ofícios requeridos e a cor das menores. Assim, uma indagação persegue a presente análise: Por que a distribuição entre os ofícios e as menores possuía um viés racial?

¹⁵⁵ SANTA BARBARA, Reginilde Rodrigues. O caminho da autonomia na Conquista da Dignidade: Sociabilidades E Conflitos Entre Lavadeiras Em Feira de Santana – Bahia (1929-1964). Orientadora: Gabriela Sampaio. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

¹⁵⁶ BARRETO, op. cit., 2018.

¹⁵⁷ BARRETO, op. cit., 2018.

¹⁵⁸ SOARES, 1994.

¹⁵⁹ GRAHAM, op. cit.

Por qual motivo a cor operou enquanto princípio seletivo? Para responder esta pergunta, faz-se necessário uma breve imersão nas teorias raciais do pensamento brasileiro.

Imediatamente após o fim do sistema escravista, os intelectuais brasileiros, que já se empenhavam, desde o fim da escravidão, na construção de uma identidade nacional, encontraram o diagnóstico do problema da nação: a raça.¹⁶⁰ De fato, uma vez que a política na república era outorgada pela ciência médica, este diagnóstico foi dado pelos médicos da Faculdade de Medicina da Bahia. Esses intelectuais produziram um grande volume de teses que tentavam, através da ciência, associar comportamentos, diferenças e desigualdades a questões inerentes de raça, gênero e classes sociais.¹⁶¹

O movimento sanitarista foi um dos instrumentos desse diagnóstico, e teve uma importante participação na elaboração da identidade nacional, uma vez que seus pressupostos identificavam a doença como elemento distintivo da condição de ser brasileiro.¹⁶² As doenças eram, aqui, um grande problema para a construção da nacionalidade, e a mobilização em torno do saneamento quase sempre significava “higienizar” a população de seu grande mal: a mistura racial.¹⁶³

Os modelos evolucionistas adotados pela ciência médica tinham como horizonte o progresso e a civilização, e concluía, em contrapartida, que a mistura das raças era um erro, e resultava na degeneração não apenas do indivíduo, mas também de toda a coletividade. Nesse sentido, diversos discursos raciais se integraram a projetos nacionalistas, biologizando, assim, o conceito de nação que se desenvolvia entre os cientistas brasileiro.¹⁶⁴

Para se redimir de sua grande culpa, ou seja, da mistura racial, a nação deveria resolver seu encaixe. As dúvidas eram várias: como transformar em cidadão os ex-escravizados negros? Como incorporá-los aos debates sobre nação que estavam ocorrendo? Essas indagações tornaram a raça o epicentro dos debates nacionais que foram feitos entre o final do século XIX e metade do XX.¹⁶⁵

Enquanto médicos como Manoel Bonfim e Juliano Moreira defendiam a instrução pública como formação de cidadãos, uma outra parcela dos cientistas brasileiros, com destaque

¹⁶⁰ SAMPAIO; ALBUQUERQUE, op. cit.

¹⁶¹ Ibid.

¹⁶² LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. “Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁶⁵ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999..

para Nina Rodrigues, pensava de forma diferente. Esse grupo, inspirado na criminologia italiana, buscou entender as desigualdades sociais utilizando como norte o determinismo biológico.¹⁶⁶

Em síntese, as teorias debatidas no meio científico e difundidas entre a sociedade através de jornalistas, juristas, policiais, políticos, entre outros, demonstram a naturalização da diferença e hierarquia entre as raças enquanto um elemento responsável pelas desigualdades sociais. O negro, de acordo com as teorias raciais do período em questão, era sinônimo de barbárie, de atraso e, conseqüentemente, um problema a ser resolvido por uma nação que cada vez mais ancorava as causas do nosso “atraso” na raça. O trabalho, neste momento, tinha o objetivo de civilizar esse grupo, que, biologicamente, de acordo com o racismo científico, estava propenso a vadiagem, a folias carnavalescas, ao ócio, ao vício e à subalternidade. O trabalho era a redenção da côr, e da nação.

Se adicionarmos gênero nessa análise, veremos que enquanto as mulheres mestiças, de forma sensual, representavam a Bahia pitoresca, as trabalhadoras, como as quituteiras, a título de exemplo, eram associadas ao escárnio nas páginas dos jornais soteropolitanos.¹⁶⁷ Para Lélia Gonzalez¹⁶⁸, estas representações sobre mulheres negras no imaginário social da República tinham como fundamento a questão do trabalho: a mestiça e a doméstica eram faces de uma mesma mulher, o que diferenciava ambas era o momento em que elas seriam vistas. A mucama, durante a escravidão, desempenhou o papel de escrava moça que auxiliava nos serviços caseiros e acompanhava pessoas da família e era constantemente abusada pelos senhores. Assim, com o fim da escravidão, essa lógica pouco se modificou e adquiriu novo sentido por intermédio das teorias raciais que naturalizaram cientificamente tais concepções: as mulheres negras se mantiveram ocupando papéis anteriormente designados, sem significativas alterações.¹⁶⁹

Desta forma, considerando que o ofício de lavadeira dentre todos os serviços domésticos era o que mais proporcionava fluidez, já que as roupas eram comumente lavadas em espaços públicos, a solicitação de uma lavadeira clara para morar na casa dos patrões pode estar relacionada ao fato de que as ruas, consideradas um espaço de periculosidade, eram ocupadas majoritariamente por trabalhadoras negras. Uma lavadeira clara poderia, talvez, na concepção dos solicitantes, não estar “contaminada” com a degeneração e promiscuidade das ruas,

¹⁶⁶ SAMPAIO; ALBUQUERQUE, op. cit., Capítulo 4: Navegadores Cientistas.

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

¹⁶⁹ Ibid.

concepção esta difundida pelo racionalismo científico.¹⁷⁰ Conforme já exposto neste capítulo, o espaço público significou, para as mulheres negras e pobres, mais oportunidades de trabalho e liberdade, em um período de regulamentação do trabalho doméstico.

Cecília Soares¹⁷¹ e Reginilde Santa Barbara¹⁷² escrevem que as fontes tinham uma grande importância para as mulheres negras e outros trabalhadores da cidade. Para os jornais da época, eram considerados lugar de brigas e vadiagem, ao passo que para seus frequentadores, apesar dos conflitos, era um local de trabalho e alianças. Não raramente ocorriam brigas entre mulheres e a polícia, que, por intermédio da violência, tentava controlar esses episódios.¹⁷³

Além disso, a procura por uma menor “de cor” para a cozinha confirma a tese de que as meninas negras e mestiças estiveram designadas aos trabalhos mais vulneráveis e precários. O ofício de cozinheira exigia uma especialização sobre culinária e utilização do fogão a lenha. Este trabalho não era simples, pelo contrário: “a jornada de trabalho diária era longa e envolvia não só o preparo das comidas como também, na maioria dos casos, a compra diária dos alimentos a serem preparados”.¹⁷⁴

De fato, a pesquisa feita por Marina Barreto¹⁷⁵ sobre o trabalho doméstico na cidade de Salvador revela a existência de uma racialização de determinados ofícios: quanto mais escura fosse a mulher, mais precária eram suas profissões. Enquanto as mulheres brancas eram predominantes nas funções de copeira, ama-seca e criada, as pardas e pretas eram pujantes nas profissões de cozinheira, engomadeira, costureira, lavadeira e ama de leite.

Neste ponto, a análise de Lisiane Cruz Ribas¹⁷⁶ sobre o trabalho infantil na Primeira República em Porto Alegre, e de Aline Mendes Soares¹⁷⁷ e Natália Peçanha¹⁷⁸ sobre a inserção de crianças do mercado de trabalho no Rio de Janeiro no mesmo período divergem dos dados obtidos em Salvador. De acordo com os anúncios investigados em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, existe uma grande demanda de meninas brancas, estrangeiras e de boa conduta para os serviços domésticos.

¹⁷⁰ SANTA BARBARA, op. cit.

¹⁷¹ SOARES, op. cit.

¹⁷² SANTA BARBARA, op. cit.

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ BARRETO, op. cit., 2018.

¹⁷⁵ Ibid.

¹⁷⁶ RIBAS, op. cit.

¹⁷⁷ SOARES, op. cit.

¹⁷⁸ PEÇANHA, op. cit.

Estes fatores levam Lisiane Ribas¹⁷⁹, Aline Mendes Soares¹⁸⁰ e Natália Peçanha¹⁸¹ a apontarem que tratando-se da experiência do trabalho infantil no pós-abolição, a classe foi baliza prioritária. Com certo sentido, as autoras defendem que a entrada de menores no mercado de trabalho no Brasil não foi exclusividade das crianças de cor. Com efeito, não se pretende, nesta pesquisa, contestar tal afirmação, mas faz-se necessário investigar mais profundamente as relações entre raça e classe, sem hierarquizar tais categorias de análise.

Salienta-se ainda que outro fator constituinte da formação do trabalho doméstico foram as migrações, conforme observa-se nos anúncios a seguir:

UMA professora que tem de viajar para fora da capital, deseja encontrar uma menina 7 a 12 annos para lhe fazer companhia, preferindo de cor preta. Tororó Grande, 65. *O Imparcial*, 9 de julho de 1918.

Neste anúncio, encontramos um fato minimamente curioso, que é a ausência da designação do ofício a ser cumprido pela menina solicitada. O que estava posto detrás do “fazer companhia”? E, novamente, qual o motivo da preferência pela cor preta? Sabe-se que nas relações de trabalho envolvendo crianças pobres, sobretudo meninas negras, nem sempre o pagamento se dava através de salário; a moradia, alimentação, educação e vestimentas eram também formas de remuneração. Logo, este anúncio pode sugerir que, talvez, a professora em questão se referisse a procura de uma menina para “criar” e, em troca disto, a menor deveria realizar os serviços domésticos, transformando-se numa criada.

Diversos elementos levam a esta hipótese. Um deles é a preferência pela cor preta. Conforme já foi exposto, existia uma concepção racial acerca dos trabalhadores negros, que, por terem vivido a escravidão, estariam mais aptos aos trabalhos com rotinas mais exaustivas, como o serviço doméstico. Ao mesmo tempo, o trabalho tinha o objetivo de controlar essa população: eles precisavam ser disciplinados. O segundo ponto é a idade solicitada: entre 7 e 12 anos, período em que as menores estariam aptas a aprender a profissão de ama.

Credda Precisa-se de uma rapariga para menino, para embarcar com destino a São Paulo. Tratar à rua do Hospicio, n. 3. *Diário de Notícias*, 3 de fevereiro de 1913.

¹⁷⁹ RIBAS, op. cit.

¹⁸⁰ SOARES, op. cit.

¹⁸¹ PEÇANHA, op. cit.

Além disso, o segundo anúncio possibilita problematizar a exigência de menores para cuidar de crianças. Percebemos, mediante os estudos elaborados por Tatiana Lima¹⁸², Cecilia Allemandi¹⁸³ e Annasa Hicks¹⁸⁴, numa perspectiva transnacional, a preferência por garotas jovens para cuidar das crianças, ao invés de mulheres com vida sexual ativa, pois estas poderiam, de acordo com a ciência médico da época, transmitir doenças às crianças. Assim como o primeiro anúncio, o segundo revela outro elemento que caracterizou a entrada de meninas negras no serviço doméstico, que foi o deslocamento de sua cidade de origem para outras regiões. Em um ambiente estranho onde não tinham como ou a quem recorrer em caso de ajuda, as menores eram alvos fáceis de manipulação e subserviência nas casas onde iam trabalhar. Isso sugere que em várias regiões do Brasil, quiçá no país inteiro, ainda que a escravidão tenha sido abolida, a precarização das relações trabalhistas foi um elemento presente no mundo do trabalho, uma vez que a permanência de meninas negras no serviço doméstico em condições de precariedade figurava nesses acordos, sem maiores constrangimentos.

¹⁸² LIMA, Tatiana Silva de. “Crias da casa, domésticos e servos: Interfaces dos mundos do trabalho no Recife de 1837 a 1870”. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/eventos/historias-do-trabalho-no-sul-global>. Acesso em: 08 jun 2023.

¹⁸³ ALLEMANDI, op. cit.

¹⁸⁴ HICKS, Anasa. Hierarchies at Home Domestic Service in Cuba from Abolition to Revolution. Florida State University, 2022.

2 DA EXPLORAÇÃO E PRECARIIDADE

No capítulo anterior, analisamos a Literatura Infantil, os textos da Faculdade de Medicina e os anúncios de jornais para estabelecer uma definição de um conceito de infância e de trabalho doméstico no pós-abolição, entre os anos 1890 e 1918. Para isto, levamos em consideração o que se produzia para a infância trabalhadora, diferenciando as expectativas e discursos que possuíam os literatos, médicos, jornalistas e juristas sobre as crianças de classes mais abastadas e sobre a infância desvalida. Constatamos que a infância desvalida foi criminalizada, construída como um alvo de perseguições e preconceitos. Enquanto a concepção de criança como uma etapa especial do desenvolvimento humano se restringia aos pequenos das famílias bem estabelecidas, a noção de “menor”, ou criança pobre, forjou-se como responsabilidade do Estado e de instituições religiosas, passando pela curiosidade de médicos higienistas.¹⁸⁵

De fato, a relação entre os médicos e a infância trabalhadora é bastante complexa. As meninas soteropolitanas no século XIX faziam parte de um universo muito diversificado: poderiam ser brancas, pardas ou de outras condições raciais; poderiam também ser de condição social muito diversa. A identidade de cada uma delas, dentro da pluralidade de uma série de experiências, foi fator decisivo na sua relação com os saberes científicos. Ser uma menina negra na Bahia, no pós-abolição, certamente implicava outras relações com o conhecimento científico sobre o corpo feminino: se as mulheres eram consideradas inferiores aos homens, as mulheres negras eram duplamente inferiores. Esse debate aparece nos trabalhos de alguns médicos no final do século XIX, que afirmavam, em certos casos, que as disfunções uterinas em mulheres de cor poderiam resultar em prática excessiva de atos sexuais.¹⁸⁶

Nesse período, o jornal *Gazeta Médica da Bahia*, fundado por um grupo de médicos da Faculdade de Medicina, além de reproduzir debates científicos e questões internas da própria ciência, tinha como finalidade informar e orientar a sociedade a modos de vida que estivessem de acordo com a higiene e com o sanitarismo. Inicialmente, seu objetivo era divulgar as técnicas

¹⁸⁵ CERQUEIRA, Alan Costa. De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889)., Dissertação de mestrado em História (UFBA), 2016. Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 26. Disponível em:

https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2016_cerqueira_alan_costa_de_orfaos_a_trabalhadores_trajetorias_das_criancas_expostas_do_asilo_nossa_senhora_da_misericordia_1861-1889_0.pdf. Acesso em 08 jun 2023.

¹⁸⁶ O Dr. Alicio Peltier de Queiroz considerava, como outros médicos, que as diferenças sexuais, biológicas e morais eram determinadas pela raça. Assim, as negras, mais sexualizadas, eram portadoras de um corpo indisciplinado e propenso a comportamentos desviantes. Ver: SILVA, Caroline Santos. Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2001, p. 12.

médicas utilizadas tanto no Brasil quanto na Europa, com a finalidade de mediar a comunicação da qual o desenvolvimento da Medicina não prescindia. Em meio a orientações direcionadas à sociedade, diversos casos envolvendo membros da elite, mas sobretudo a população pobre, foram descritos minuciosamente, com a finalidade de evidenciar técnicas, práticas e teorias científicas.¹⁸⁷

Nesse contexto, a partir de finais do século XIX, casos dentro do campo da Ginecologia e Obstetrícia aumentaram consideravelmente nas páginas do jornal. As incertezas médicas, suas crenças e erros, que, em certas situações, ocasionaram a morte de pacientes, foram tomadas do ponto de vista experiential, consideradas como possibilidade de aprendizado. Muito embora nem todos os casos resultassem em sucesso, eles contribuíam para a consolidação do conhecimento científico médico.

Muitos artigos publicados na revista revelam uma preocupação de um certo grupo de médicos com a sexualidade feminina, associando as disfunções do aparelho reprodutor com valores morais. Segundo esse grupo que publicava na revista, algumas mulheres eram condenadas pelo seu trabalho, que poderia acarretar excesso de excitação, histeria e problemas mentais. A partir de uma concepção biologizante, buscavam naturalizar determinadas características femininas: o corpo das mulheres era um “corpo doente” por todas as mutações que porventura ocorressem. Assim, a puberdade, a menstruação, a gravidez e a menopausa eram consideradas episódios que mereciam a atenção e deveriam ser monitorados pelos pais e maridos.¹⁸⁸

Nesses casos analisados na *Gazeta Médica da Bahia*, foi demonstrado para a sociedade soteropolitana qual o modelo de mulher seria o ideal para uma sociedade higienizada. Do lado oposto, estavam as mulheres de carne e osso, que protagonizaram situações que serão apresentadas ao longo desse capítulo. Neste capítulo, inicialmente, tentamos compreender a relação entre saber médico e as experiências e meninas trabalhadoras, evidenciando os conflitos entre os médicos e as pacientes. Ao tratar desse tema, problematizamos a naturalização de características e papéis que eram considerados femininos em contraste com o cotidiano das meninas negras e trabalhadoras. Buscaremos perceber até que ponto as teorias elaboradas por um certo grupo de médicos eram, na verdade, uma tentativa de controlar a rotina, a sexualidade, o corpo e a moral daquelas mulheres, contribuindo, assim, para a criação de “doenças de

¹⁸⁷ SILVA, op. cit., p. 42.

¹⁸⁸ As mulheres acometidas no trabalho de costura eram consideradas imorais pelos excessos de agitação, e deveriam se lavar com água fria, bromureto de potássio e ferruginosos e até mesmo realizar a extirpação do clitóris afim de evitar a histeria feminina. Ver: SILVA, op. cit., p. 45.

criadas” e outras estratégias para controlar e disciplinar esse grupo. Nesse sentido, apresentaremos um panorama da exploração sobre o corpo feminino e negro.¹⁸⁹

Não podemos deixar de lembrar que, como nos alertou Patrick Sepúlveda, a Bahia era um dos estados com os maiores índices de pobreza, composto por uma população majoritariamente negra, logo, muitos diagnósticos médicos eram influenciados pelos marcadores de raça e classe. Os conflitos entre médicos também marcaram grande parte desses diagnósticos, denunciando divergências teóricas, tensões e desunião desse grupo: nem todos os cientistas concordaram entre si, o que torna possível, em certa medida, a identificação de divergências teóricas sobre a doença, saúde e população negra.¹⁹⁰

Luís Ferla, num estudo sobre a relação entre trabalhos domésticos e a ciência produzida no pós-abolição, destaca a existência de um binômio chamado "crime-doença", um mecanismo que buscou cientificizar a ameaça das classes consideradas perigosas a partir da seção médica, sobretudo do registro dos empregados domésticos na matrícula desses empregados, como foi o caso estudado pelo pesquisador em São Paulo. Nesse contexto, um conjunto de exames era exigido ao candidato ao empregado doméstico, que incluía neuropsiquiatria, antropometria, otorrinolarigologia, oftamologia, odontologia, ginecologia, entre outros. Os relatórios feitos a partir desses exames revelaram importantes estratégias para definir a construção de corpos de trabalhadores domésticos como "anormais", uma vez que a medicina da época ainda se encontrava impregnada de concepções biodeterministas, o que tornava as buscas de anomalias corporais e comportamentais componentes de metodologias aproximadas e articuladas entre si.¹⁹¹

Partindo da compreensão de que os saberes elaborados por um determinado grupo de médicos contribuiriam, de certa forma, para a precarização do trabalho doméstico, engendrando novas formas de vigilância, não podemos deixar de mencionar as tentativas de controlar, também, a liberdade dessas meninas. Afinal, as relações envolvendo patrões e empregadas no serviço doméstico eram bastante complexas e marcadas pela pessoalidade. A busca por menores que dormissem no local de trabalho era uma forma de evitar que estivessem desacompanhadas no trajeto entre sua casa e o trabalho. Viver na cidade quase sempre significava que as meninas circulariam nos espaços urbanos, indo e vindo de seus trabalhos, rotina esta que poderia

¹⁸⁹ SILVA, op. cit.

¹⁹⁰ SEPÚLVEDA, Patrick Moraes. Entre os mudos da exclusão: trajetória de “alienados” na Bahia (1903-1916). Salvador, EDUNEB, 2023, p. 31.

¹⁹¹ FERLA, Luis. “Cuerpos extraños en la intimidad del hogar: las empleadas domésticas en el Brasil de la primera mitad del siglo XX”. In: VALLEJO, Gustavo e MIRANDA, Marisa (directores); Derivas de Darwin: Cultura y política en clave biológica, Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2010.

incomodar o controle que os patrões pretendiam exercer sobre suas vidas. Desta forma, morar na casa em que trabalhavam fazia com que os patrões pudessem observar e controlar a moralidade de suas criadas, intervindo no caso de chamados “desvios de honra”.¹⁹²

A entrada nas meninas no mercado de trabalho doméstico seguia um roteiro com poucas explicações. No caso dos contratos de trabalho mediados pela Santa Casa de Misericórdia, a pessoa que desejava contratar os serviços das órfãs entrava com uma petição junto à Mesa administrativa da instituição e em algumas semanas o futuro patrão se apresentava na sala dos Despachos, em reunião com o escrivão e o provedor. Nesse momento, a órfã assinava o termo. Nos contratos não encontramos informações sobre qual o critério para a escolha da órfã, mas, como demonstrou Alan Cerqueira, podemos supor que elementos como comportamento, aptidão e idade poderiam ser fatores decisivos.¹⁹³

Os contratos de trabalho elaborados pela Santa Casa de Misericórdia nos possibilitaram discutir raça e gênero nos mundos do trabalho. Permitiram, também, a percepção da circulação das meninas através da prestação de serviços domésticos, à luz da precariedade de uma condição de liberdade bem peculiar - a liberdade tutelada. Acordos com e sem salários, contratos, formas de proteção e controle são alguns dos elementos que marcaram esse contexto de trabalho e liberdade e precariedade.¹⁹⁴

Devemos ressaltar que, ao longo do século XIX, o Brasil testemunhou o surgimento de várias formas de contrato de locação de trabalho, tendo como pano de fundo a escravidão. Até 1871, esses contratos se concentravam principalmente na regulamentação dos acordos com colonos estrangeiros e libertos, gerando muitos ensaios escritos por juristas, debates políticos e artigos de jornais sobre o tema. Esses contratos visavam a "substituição" do trabalho escravo, especialmente na agricultura. A partir desse período, a noção de liberdade econômica começou a ser discutida na imprensa. No entanto, para os trabalhadores, essa ideia não passava de uma ilusão, pois a relação abusiva entre empregadores e empregados continuou através de acordos precários que mantinham elementos do regime escravocrata, como dependência, tutela e coerção. Os defensores da livre iniciativa estavam mais interessados em impedir a intervenção estatal, especialmente nas relações de trabalho doméstico. As mudanças de 1871 não resultaram

¹⁹² CASSOLI, Marileide Lázara. “As criadas também têm outra vida nas suas mãos: a vida moral dos que as cercam”: mulheres afrodescentes e o serviço doméstico. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Silva Felix Airton. *Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero, corpo, memória e trabalho*. São Paulo; nome da editora, 2023, p. 174.

¹⁹³ CERQUEIRA, Alan Costa. Tomar o próprio destino: infância abandonada, lei e trabalho doméstico na Bahia (1862-1912). 340 f. il., Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2024, p. 111.

¹⁹⁴ Alan Cerqueira argumenta, em sua tese de doutorado, que a precarização da tutela dos órfãos não foi uma exclusividade da sociedade escravista. Ver: CERQUEIRA, op. cit, p. 111.

imediatamente em "liberdade". No século XIX, "liberdade" e "escravidão" eram conceitos jurídicos que não se traduziram automaticamente em "trabalho livre" e "trabalho escravo".¹⁹⁵

Contratos de locação como os que foram mediados pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia, não podem ser entendidos apenas como uma inovação jurídica ou como acordos típicos de trabalho livre. Esses contratos de aluguel da Santa Casa possuem características bastante específicas, incluindo o perfil dos locatários, e buscavam oferecer trabalhadoras domésticas que fossem "honradas", "submissas" e de baixo custo. O objetivo era formar um tipo muito particular de trabalhadora doméstica, moldada na submissão, predisposta ao controle e a vigilância de seus patrões.¹⁹⁶

O trabalho doméstico também foi uma das grandes demandas de quem buscava prestadores de serviços na seção de *Procura e Oferta* dos jornais soteropolitanos. Os anunciantes procuravam trabalhadoras por perfis específicos, como cozinhar, costurar ou cuidar de crianças. Alguns eram mais específicos e exigiam outros critérios, como dormir no trabalho ou disponibilidade para viagem. Nesses anúncios, a remuneração nem sempre aparece; as vezes o pagamento pela prestação de serviços se deu através de vestimentas, alimentação e moradia.¹⁹⁷

A má remuneração ou ausência de remuneração foi justificada pela jurisdição e pelos saberes produzidos por determinados médicos, determinando que as meninas deveriam ser “enclausuradas” em casa, para não correrem o risco de se contaminar e contaminar as famílias das casas em que trabalhavam com as doenças das ruas. Além disso, deveriam trabalhar para corrigir os vícios morais. Acreditamos que a precarização da remuneração também foi uma das formas de debilitar a experiência dessas meninas. Dentro de um contexto de reorganização dos mundos do trabalho, a mão de obra infantil das meninas negras serviu aos interesses da elite baiana no momento. Tratava-se de resolver duas questões de uma só vez: o trabalho infantil foi uma resposta para a busca de uma mão de obra barata, ao mesmo tempo que, ao empregá-las, eles estavam contribuindo para a disciplinarização da população de cor recém-emancipada.

2.1. “Doenças de Creadas”: As Trabalhadoras domésticas nos termos da *Gazeta Médica da Bahia*

Em 25 de Setembro de 1902, Maria Jardelina, de cor preta, trabalhadora doméstica, 16 anos, moradora do Garcia, recolheu-se pela manhã na Enfermaria de Clínica Obstetricia e

¹⁹⁵ CERQUEIRA, op. cit, 2024, p. 66.

¹⁹⁶ Ibid, p. 66.

¹⁹⁷ CERQUEIRA, op. cit, 2024, p. 65-66.

Ginecológica. Grávida de seu primeiro filho, Maria Jardelina foi atendida pela Dra. Francisca Pragner Fróes, uma das primeiras mulheres formadas em medicina e que viria se tornar, em breve, uma das principais defensoras dos direitos femininos no Brasil.¹⁹⁸ A menor estava em trabalho de parto, porém existia uma suspeita de que ela estivesse, também, em estado de eclampsia, uma grave complicação na gravidez que provocava convulsões, dores abdominais e problemas de visão, dentre outros sintomas, podendo ser fatal.¹⁹⁹

De acordo com a publicação da Dra. Pragner Fróes na *Gazeta Médica da Bahia*, Maria Jardelina apresentou as primeiras dores de parto seis dias antes de sua internação, em seu local de trabalho, que era, também, onde ela residia. O estado geral da paciente, conforme descrito, era relativamente bom: a temperatura era normal e as contrações uterinas fortes e regulares. O trabalho de parto adiantava-se lentamente; assim, aparentemente, não havia necessidade de intervenção médica.²⁰⁰

No entanto, uma surpresa tornou a intervenção médica necessária. Maria Jardelina começou a “volar a cabeça para o lado esquerdo e direito, e depois ficou imóvel, fixando o olhar com expressão singular.”²⁰¹ O Professor de Obstetrícia Dr. Climério de Oliveira constatou de imediato um acesso de eclampsia, e efetivamente começaram as convulsões que se revelaram em um quadro de “paroxysmo eclampico”. A indicação era extrair a criança com urgência, e a operação foi realizada pelo Dr. Climério de Oliveira em dez minutos. Infelizmente, a criança nasceu asfíxiada, em estado de morte aparente. Foram empregados diversos modos de fazê-la tornar a vida, que não obtiveram sucesso.²⁰²

Maria Jardelina neste momento estava em coma e parecia retornar pouco a pouco à razão, porém novos ataques se manifestaram, desta vez mais fortes que os anteriores. No dia seguinte, a Dra. Pragner Fróes relatou que a menor teve uma sequência de acessos após o aborto que cessaram na madrugada no dia 26, e seu estado continuou satisfatório até que teve alta no dia 14 de outubro do mesmo ano. O caso foi relatado com bastante surpresa pela equipe médica que descreveu que, de acordo com Margarida de Souza, patroa de Maria Jardelina, ela não teve nenhuma complicação durante sua gestação, e jamais apresentou uma leve dor de cabeça sequer,

¹⁹⁸ Francisca Pragner foi a primeira mulher a compor a redação da *Gazeta Médica da Bahia*. Ela acreditava que, por ser mulher, poderia oferecer um atendimento mais adequado as suas pacientes, podendo fazer questionamentos mais detalhados e fornecer conselhos sobre saúde e higiene às suas pacientes. A maioria de suas pesquisas foram de temáticas diretamente ligadas a maternidade e ao aparelho reprodutor feminino. Ver: RAGO, Elizabeth Juliska. (2008). Francisca Pragner Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(3), 985–993. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000300020>.

¹⁹⁹ *Gazeta Médica da Bahia*, 25/09/1912, p. 355.

²⁰⁰ *Ibid.*

²⁰¹ *Ibid.*, p. 356.

²⁰² *Ibid.*

nem mesmo vômitos ou edemas, e que era uma moça que desempenhava com afincos suas atribuições de serviço, mesmo no fim da gestação. Contudo, pelo fato de ser também lavadeira e prestar serviços para outros senhores, “seus hábitos de higiene eram questionáveis”. No fim da redação, a Dra. Prager Fróes realizou uma série de recomendações obstétricas e ginecológicas que incluíam medicações específicas para evitar quadros de eclampsias, bem como a dosagem da albumina na urina das gestantes. Dentre as recomendações dela, destacam-se repouso de no mínimo vinte dias para mulheres grávidas, além de práticas indispensáveis de higiene cuja ausência poderia resultar em quadros como eclampsia no trabalho do parto. Juntamente com isso, foi acrescentada a recomendação de que as mulheres não se tornassem mães tão cedo devido ao fato de não possuírem maturidade suficiente para gestar uma criança.²⁰³

Diversos médicos brasileiros nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX dedicaram parte de suas preleções ao público feminino, objetivando a instrução das mulheres e como estas deveriam agir para serem boas mães. Ser mãe era, de fato, uma questão de saúde pública: muitos médicos adotaram o pensamento higienista e elaboraram parte da instrução das mulheres para se comportarem bem na sociedade. Essa postura higienista colocava os corpos negros no cerne das produções médicas. Nem mesmo as trabalhadoras escapavam: diversos médicos realizaram pesquisas sobre a rotina delas no trabalho, sobre a higiene e a alimentação, concebendo a idealização de que as condições de saúde eram atribuições dos senhores, devendo estes estar atentos e informados.²⁰⁴

O texto publicado na *Gazeta Médica da Bahia* descreve que os hábitos de higiene de Maria Jardelina estavam em desacordo com as funções esperadas de uma boa mãe nos padrões eugenistas de então. Afinal, uma vez que os caminhos para a civilização do país estavam assentados em uma eficiente medicina e uma legislação que garantisse o respeito pela honra da mulher, é possível compreender que a rotina das meninas trabalhadoras muitas vezes incomodou a juristas, que trabalhavam com os pressupostos da ciência de então, e buscavam

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ CARULA, Karoline. *Dawinismo, Raça e Gênero: Conferências e Cursos Públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Orientadora: Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2012; SANTOS, Bárbara Barbosa dos. *Cirurgias e experimentos em corpos cativos e libertos pela Medicina acadêmica baiana e pernambucana do Oitocentos*. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Silva Felix Airton. *Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero, corpo, memória e trabalho*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: São Paulo, 2023, p. 133.

construir uma jurisprudência que, no fundo, buscava moralizar os costumes e controlar a sexualidade popular.²⁰⁵

A expectativa de um comportamento honesto para as meninas mobilizou uma série de instituições no pós-abolição. Em *Meninas Perdidas*, Martha Abreu Esteves demonstrou que os discursos de advogados em processos criminais de estupro, defloração e outros crimes sexuais buscaram a associação de normas e patologias morais, que estabeleceram padrões de honestidade e feminilidade. Para as meninas comprovarem sedução, engano ou fraude, isto é, os definidores da culpabilidade do réu, a mulher deveria articular um discurso que convencesse advogados, juízes, promotores e delegados de seu comportamento honesto, dentro dos parâmetros articulados pelo saber jurídico e médico.²⁰⁶

Devido a influência da escola jurídica positivista, o julgamento de um crime levava em conta a defesa social, uma vez que o crime atingia toda a sociedade. Assim, a maioria dos juristas, bem como grande parte dos médicos, possuíam a missão de formar cientificamente o cidadão, que deveria ser trabalhador, membro de uma família e higienizado: seus hábitos de lazer deveriam estar em consonância com a ideia de moralidade, honestidade e trabalho. Esse tripé entre honestidade, moralidade e trabalho, entrecruzados por gênero, raça e classe, acabaram por excluir indivíduos considerados desviantes dos padrões de bom comportamento, como as meninas trabalhadoras.²⁰⁷

Os médicos responsáveis pelo quadro de Maria Jardelina, bem como sua patroa, estavam em consonância com a jurisdição vigente e com o que um determinado grupo de médicos postulava sobre a saúde feminina, o que acabou por forjar um padrão de mulheres para a época objetivando, de fato, um controle da mulher, sobretudo as negras; e também da família, objetivando uma mudança mais ampla da sociedade, bem como um aburguesamento de hábitos e costumes. Afinal, os princípios da higiene eram considerados como indispensáveis para o bom funcionamento da nação. A maternidade foi, também, um alvo de discussões das autoridades da medicina científica.²⁰⁸

²⁰⁵ ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1989. Ver, especialmente capítulo 1: Pensamento e prática jurídica em relação aos crimes contra a honra das famílias: difusão de normas e marginalização de comportamentos, p. 42.

²⁰⁶ *Ibid*, p. 47.

²⁰⁷ SILVA, Caroline Santos. *Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2001, p. 14.

²⁰⁸ Devemos considerar que no final da década de 1880, os médicos que se dedicavam a essa transformação da sociedade estavam muito longe de atingir a legitimidade social que buscavam. De fato, essas instituições passaram por diversas reformas que modificaram o ensino da medicina no país, destacando, assim, a importância da produção científica para as instituições médicas. Desta forma, muitos destes médicos se propuseram, em muitas teses, a debater práticas consideradas não-higiênicas, provenientes de diferentes grupos sociais. Ver: EDLER,

Casos como o de Maria Jardelina foram utilizados pelos médicos para discutir técnicas, práticas e teorias no campo da Ginecologia e Obstetrícia, cujas publicações aumentaram significativamente a partir dos finais do século XIX. Nesses estudos também foram apresentados casos ocorridos no cotidiano dos médicos, suas incertezas, crenças e até mesmo erros. Esses erros, por vezes, ocasionaram a morte de pacientes, mas foram tomados do ponto de vista experimental, como possibilidade de aprendizado. As ocorrências como o caso de Maria Jardelina são narradas minuciosamente, enfatizando tratamentos e a reação dos pacientes. Nem sempre os médicos obtinham sucesso, contudo, para eles, cada caso trazia uma contribuição para a consolidação do conhecimento científico médico.

A Dra. Pragner Fróes, ao criticar os hábitos de higiene de Maria Jardelina, recomendando, a partir do caso dela, que as meninas não se tornassem mães tão cedo e nem trabalhassem quando estivessem num “estado avançado de prenhez”, esqueceu-se de que essa realidade nem sempre era possível para as mulheres trabalhadoras. Demonstrava, assim, que nem sempre o que era publicado pela *Gazeta Médica da Bahia* estava próximo aos hábitos das mulheres soteropolitanas.²⁰⁹

Além dessas recomendações, não raro o casamento foi indicado para controle dos corpos das meninas trabalhadoras, pois além de regular a sexualidade, ele permitia que a mulher vivenciasse sua plenitude a partir da maternidade. Mesmo assim, os médicos não deixaram de prescrever conselhos para que as mulheres gozassem de boa saúde mesmo dentro do casamento. As indicações abrangiam formas de vestir, o que comer, o que ler, e lugares apropriados para frequentar. Aquelas que não seguiram esses conselhos foram consideradas transgressoras.²¹⁰

O que se pode perceber a partir do discurso médico do século é, também, a existência da maternidade como algo inerente ao mundo feminino. O dever de ser mãe não poderia, jamais, se sobrepor a quaisquer perspectivas femininas de futuro, como por exemplo trabalho ou a escolha de uma profissão. A maternidade era entendida como a única missão confiada às mulheres, configurando-se como o papel social por excelência que deveriam exercer. Entretanto, isso parecia não se aplicar às mulheres que precisavam trabalhar e que não poderiam estar reclusas ao ambiente doméstico, dedicando-se em tempo integral às tarefas que

Flávio. A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica. Tese (Doutorado) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1999; CARULA, op. cit. p. 197.

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ CERQUEIRA, op. cit., p. 76.

“naturalmente” lhe caberiam.²¹¹ As mulheres trabalhadoras, aos olhos higienistas, estariam se abstendo da função materna biologicamente correta.²¹²

Meninas como Maria Jardelina, que engravidaram cedo, além disso, continuavam a trabalhar ainda nessa condição, poderiam ser vistas como "mães desnaturadas", cujo descaso poderia prejudicar as crianças. A boa mãe era a que se negava à vida mudana para se dedicar exclusivamente aos filhos, de acordo com a ciência médica higiênica.²¹³ Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que a menor trabalhava mesmo grávida, nos últimos dias de gestação, e, além disso, residia na casa de sua patroa, na qual realizava pesados serviços domésticos. De acordo com sua patroa e com redação da Dra. Fróes, ela exercia com muito afincio suas atividades, e nunca se queixou de dores, nem mesmo nos últimos dias de sua gravidez.²¹⁴ Ou seja: havia um padrão imposto às mulheres em relação à maternidade, mas nenhuma previsão de liberação, para as mulheres da classe trabalhadora, das atividades que lhes eram destinadas.

Não se sabe muito acerca da história de Maria Jardelina além do que foi informado pela Dra. Prager Fróes. Uma vez que a gravidez de menores era considerada um atentado à honra feminina, muitas perguntas podem ser levantadas. Por exemplo, em relação à paternidade de seu filho, teria Maria Jardelina sido uma vítima de defloração, como tantas outras menores na época? Além disso, será que a acusação de sua patroa, de que Maria Jardelina não era “higiênica”, se devesse ao fato de que a menor transitava em determinados espaços na sociedade, como sambas, festas, terreiros de candomblé, visita aos seus parentes e amigos, que lhe proporcionaram contatos com outras pessoas, inclusive, também namoros e uma vida sexual ativa? Não sabemos ao certo qual a resposta para essas perguntas, mas podemos considerar que a menor estava distante da expectativa de honra feminina construída naquela época.²¹⁵

As rotas percorridas pelas meninas nas ruas da cidade eram, para as autoridades de então, elementos indelévels na comprovação de sua honestidade. O horário, a companhia e o destino eram grandes referências de honestidade que recaíam sobre a mulher. Advogados, juízes e médicos não possuíam dúvidas na hora de aplicar essas referências, uma vez que certos hábitos contrariavam os padrões de conduta estabelecidos. As mulheres que, pelas mais diversas

²¹¹ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

²¹² CARULA, op. cit.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ *Gazeta Médica da Bahia*, 25/09/1912, p. 358.

²¹⁵ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. Resenha de: ROHDEN, Fabíola. *Honra no Brasil: da moral sexual à imagem da nação*. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.8, n.3, set./dez. 2001, p. 27.

razões, precisavam trabalhar, estavam sujeitas a esse julgamento, a referenciais distorcidos, disciplinadores das saídas e dos locais frequentados.

Semelhante ao caso de Maria Jardelina, a menor Martha de Mattos, 17 anos, cor preta, foi contratada para prestar serviços domésticos na casa de Elias Costas Ferreira, e, engravidou durante a vigência do contrato. Seu patrão, porém, negou-se a pagar a quantia combinada pela prestação de serviços. Diante disso, a exposta fugiu e foi encontrada pela Santa Casa da Misericórdia em condições de pobreza. Recebeu da instituição a quantia de 100 mil réis como indenização.²¹⁶

Quando analisou o trabalho doméstico na capital baiana, Maciel Henrique da Silva demonstrou que, de maneira ainda mais acentuada no pós-abolição, os soteropolitanos tinham certo receio de contratar mulheres jovens para prestação de serviços, devido ao medo do envolvimento delas com as "extravagâncias mundanas", que poderiam levá-las a gravidez indesejada, namoros e vida sexual ativa. Devido a isto, era comum que a busca de criadas enfatizasse a necessidade de elas serem honestas e "de muito bom procedimento", para que não tivessem problemas com seduções ou casos de gravidez.²¹⁷

Podemos concluir que as recomendações da Dra. Prager Fróes, bem como o caso de Martha de Mattos, demonstram certa higienização e controle da vida da trabalhadora doméstica, na medida em que a incorporação de valores como honra feminina eram demonstrados nos documentos presentes nos jornais médicos, como a *Gazeta Médica da Bahia*.²¹⁸

O excesso de vigilância dos patrões com relação a suas empregadas domésticas também foi amparado pela medicina higienista da época. A *Gazeta Médica da Bahia* constantemente informava seus leitores dos perigos das doenças das ruas, por vezes associadas às trabalhadoras que andavam nas ruas da capital soteropolitana. Em dezembro de 1893, o Dr. J.T de Souza Martins escreveu ao jornal informando a existência de uma nova epidemia na cidade de Salvador. Segundo ele, após um jantar num dia corriqueiro, deitou-se e adormeceu sem demora, ao passo que, poucas horas depois, levantou-se abruptamente com "dejeções intestinais" muito fortes. "Não lhes apreciei a cor", informou ele. Após horas de evacuação intestinal, o médico sentiu certa fraqueza acompanhada de aumento da temperatura. O quadro seguiu-se por semanas até que foi identificado uma doença gastrointestinal. De acordo com o relato, entre parentes e serviçais, em sua casa existem cerca de três pessoas do sexo masculino e sete do sexo

²¹⁶ AHSCMBA, Termo de Entrega da exposta Martha de Mattos. Salvador, 2 de Outubro de 1894.

²¹⁷ SILVA, Maciel Henrique. *Nem mãe preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

²¹⁸ Ver: ESTEVES, op. cit., p. 43-54.

feminino. Apesar de ser ele a primeira pessoa a ser atacada, foi a “criadinha” que cuidava dos quartos e que lidava com a roupa suja a responsável pelo contágio. A criada, pelo fato de lavar as roupas da casa fora do ambiente, teria usado, de acordo com o médico, água infectada e contaminado as roupas do Dr. J.T de Souza Martins. Assim, o médico terminava por recomendar um cuidado escrupuloso com a higiene, sobretudo no que se refere as infecções diretas pelas águas.²¹⁹

A exteriorização da ideia de doença para além do indivíduo, relacionando-a com as condições de trabalho, foi parte de um esforço de reformulação da ideia de doença como uma injustiça causada, responsável por aumentar a miséria humana e que, portanto, deveria ser considerada como um fato social: eram determinadas condições de trabalho que causavam algumas doenças, portanto, os trabalhadores poderiam evitá-las através das orientações de higiene e do saber médico. É possível compreender que o doutor tentou associar a sua contaminação pela nova epidemia soteropolitana com a falta de higiene da menina que lavava as roupas dos quartos nas fontes públicas. Desta forma, compreendemos, também, uma tentativa de construção de ações de estigmatização, além de controle e vigilância, com base em alguns pressupostos da ciência higienista.²²⁰

Além de médicos, comerciantes, professores, policiais e prostitutas eram outras categorias de profissionais que estavam entre os clientes das lavadeiras.²²¹ De acordo com Gabriela Sampaio e Wlamyra Albuquerque, as políticas higienistas elaboradas desde o final do século XIX terminaram por associar comportamentos morais com a saúde da nação. Nessa tentativa, as aguadeiras e lavadeiras também foram incorporadas às políticas de regulamentação e controle. Muitas trabalhadoras optavam por lavar as roupas nas fontes públicas, como na Freguesia da Sé, no Terreiro de Jesus.²²² Esses itinerários cotidianos trilhados pelas lavadeiras

²¹⁹ Gazeta Médica da Bahia, 06/12/1893, p. 121-127.

²²⁰ Ver: ALMEIDA, . B. de S. As doenças ‘do trabalho’ no Brasil no contexto das políticas públicas voltadas ao trabalhador (1920-1950). Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 65–84, 2016. DOI: 10.5007/1984-9222.2015v7n13p65. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2015v7n13p65>. Acesso em: 6 dez. 2023; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor, Classes e Status nos Estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

²²¹ SANTA BARBARA, Reginilde Rodrigues. O caminho da autonomia na Conquista da Dignidade: Sociabilidades E Conflitos Entre Lavadeiras Em Feira de Santana – Bahia (1929-1964).. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

²²² SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *De que lado você samba?* Campinas: Editora da Unicamp (Coleção Históri@ Ilustrada), 2021... Ver, especialmente, capítulo 4: Navegadores Cientistas.

acabavam por resultar em contratemplos, e não raro a polícia precisou intervir na rotina dessas mulheres, mediando brigas e confusões.²²³

Em 5 de junho de 1900, um caso de peste bulbônica foi relatado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Estado da Bahia. Os médicos bacteriologistas²²⁴ encontraram na rua Polytheama o cadáver de uma criança de cor parda, órfã de 9 anos de idade. O corpo denotava acentuado estado de palidez, com uma lesão, de quatro centímetros de diâmetro, pouco profunda e sem comunicação alguma com a cavidade torácica. A autópsia do cadáver não foi feita por não existir um local apropriado para isso, e, sendo um caso de suspeição de doença infecciosa, consideraram imprudente e perigoso fazer tal operação numa marquês ou mesa ordinária. Os *bacilos pestíferos*²²⁵, nos termos da medicina, conservavam-se “vivos e virulentos” nos órgãos de cadáveres durante muitos dias e semanas. De acordo com o relato dos médicos, a história anamnésica da criança, bem como a característica do bacillo, fizeram com que eles suspeitassem que a contaminação pudesse ter se espalhado entre os membros da família na casa em que a menina trabalhava como ama, apesar de ter apenas 9 anos. Por fim, o relatório é concluído informando não ser possível afirmar como se deu a contaminação da criança, mas suspeitava-se que os sintomas tivessem se iniciado após a menor ter passado o dia inteiro em visita a duas primas suas, em casa das quais não se bebia água filtrada.²²⁶

Se a criança realmente se contaminou na casa dos seus familiares é difícil afirmar, visto que nem os bacteriologistas conseguiram confirmar essa informação devido a dificuldade de fazer a biópsia. Porém, o fato de se associar a contaminação da criança com uma visita as suas primas é um elemento que deve ser problematizado: afinal, por que justamente essa visita deveria ser a causa da morte da criança? Será que seus padrões, ou até mesmo a criança de quem a menina cuidava, não poderiam, também, ter sido responsáveis pelo contágio? Em que medida a associação entre o mundo das ruas e a epidemia não contribuiu para uma associação entre densidade, trabalho e doenças?

A moralidade era considerada um elemento fundamental para o serviço doméstico, justamente por isso existiu a preocupação com a estruturação de um mercado de trabalho fundamentado em relações contratuais, mas também impessoais, determinadas pelos preceitos médicos, pelo crivo do Estado e pelo controle e vigilância dos padrões e patroas. De fato, as

²²³ SANTA BARBARA, op. cit., 2007.

²²⁴ Termo encontrado na própria documentação.

²²⁵ São bactérias com forma de bastonetes, Gram-positivas, obrigatoriamente ou facultativamente aeróbias, catalase positivas, produtoras de endósporos e de muitas enzimas, algumas tóxicas. Disponível em [Bacillus: características, taxonomia, morfologia, filogenia - Maestrovirtuale.com](https://www.maestrovirtuale.com). Acesso em 20 dez. 2023.

²²⁶ Gazeta Médica da Bahia, 05/06/1900, p. 85-88.

pequenas trabalhadoras domésticas estavam suscetíveis à violência física e simbólica todos os dias, tornando-se, desta forma, os alvos mais diretos do domínio parteral, tendo sua intimidade compartilhada, inevitavelmente, com seus senhores. A violência era parte inegável da sociedade que vivenciou os primeiros anos da República, ainda marcada por senhores habituados à violência da escravidão e a proteção do Estado, quando o espancamento de crianças e a agressividade cotidiana eram aceitáveis nas relações de trabalho.²²⁷

A saúde pública foi a agenda do país ao longo do final do século XIX e XX, movimentando diversos grupos e instituições nos debates sobre os rumos da saúde no Brasil. Nesse processo, é possível notar um esforço para a criação das enfermidades consideradas como “doenças de senhoras”, que mobilizavam questões morais, sociais e raciais que revestiam o corpo feminino. Os casos analisados permitiram perceber a condição da infância negra no século XIX, em especial no que concerne às meninas trabalhadoras, sobretudo no que se refere a tentativas de construção de estratégias de controle que perpassavam a jurisdição e o saber médico.

Desta forma, argumentamos que foi necessário para essas instituições definirem quais seriam as doenças consideradas como decorrentes do trabalho doméstico, bem como quais orientações as meninas poderiam seguir para evitar a sua própria contaminação, e, também, a família na qual estavam inseridas como trabalhadoras. O padrão de honestidade, moralidade e de boa trabalhadora estava associado ao comportamento e à sua conduta, à questão da virgindade, mas também sua rotina nas ruas da cidade, sua família e seu tipo de trabalho. As meninas trabalhadoras tornaram-se o principal alvo de uma política sexual: sua conduta tornou-se objeto de conhecimento científico, médico e jurídico, e construíram-se verdades universais sobre elas.

2.2. “Procura-se uma crioulinha que durma no ofício”

Buscando denunciar a condição das crianças negras no pós-abolição, e o excesso de vigilância, controle e abusos de seus patrões, o escritor Monteiro Lobato escreveu o conto *Negrinha*. A obra retrata a história de uma menina que ficou orfã aos quatro anos, e, por ser filha de escravizados, teve que viver na casa da patroa de sua mãe “de favor”. Sem nome e sem voz, tudo que sabemos era que a menina viveu cerca de 7 anos: “preta? Não! Fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados”.²²⁸ Era constantemente maltratada com

²²⁷ PEÇANHA, op. cit., 2018.

²²⁸ LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. São Paulo: Ed. da Revista do Brasil, 1920, p. 1.

xingamentos e castigos físicos, pois sua conduta sempre gerava repulsa na patroa: “fome quase sempre, ou frio, desses que entanguem pés e mãos e fazem-nos doer... Assim cresceu Negrinha — magra, atrofiada, com os olhos eternamente assustados”.²²⁹ De fato, apesar de não ficar claro na narrativa se a menina trabalhava ou não na casa da patroa, é possível imaginar que a personagem, assim como muitas crianças no Brasil pós-escravista, desempenhava pequenas atividades domésticas.²³⁰

A personagem de Monteiro Lobato, assim como tantas outras meninas reais do pós-abolição, foi inserida em um contexto de trabalho profundamente marcado por violências, violações e tentativas de controle. As domésticas deveriam ter uma atenção especial, pois viviam no recesso dos lares, poderiam ter sob sua guarda os bens que seus amos talvez possuíssem e deveriam inspirar confiança de seus senhores.²³¹

O trabalho doméstico, considerado imprescindível para o funcionamento da sociedade pós-abolicionista, era considerado extremamente perigoso. Isso porque a relação com os criados e seus patrões, na ótica deles, era marcada por ameaças e perigos constantes. Sendo assim, tornou-se necessário controlar esse trabalhador: sua movimentação espacial sobretudo.²³²

Nos 102 anúncios de jornais analisados para a construção desse capítulo, presentes nos jornais *Diário de Notícias*, *O Imparcial* e *Jornal de Notícias*, no período de 1891 a 1918, evidenciamos que era muito comum que a busca por menores de idade demandasse, também, além das funções relacionadas aos cuidados da casa ou da companhia dos filhos e do bom procedimento já anunciado, que a menor fosse de boa índole. Somado a isso, encontramos, também, a busca por trabalhadoras que dormissem na casa dos seus patrões, geralmente em troca de aprender algum ofício como aprender a ler:

Procura-se uma crioulinha muito amável para ama de crianças, de boa índole, fiel e sem vícios, que saiba cozinhar e que durma no ofício na Rua dos Algibebes n. 2. *Jornal de Notícias*, 20 de março de 1891.

²²⁹ Ibid.

²³⁰ SILVA, Lucia Helena Oliveira. "Dos afazeres de meninas de cor": trabalho doméstico, infância e situação de exploração 1920-1950. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Silva Felix Airtton. *Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero, corpo, memória e trabalho*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: São Paulo, 2023.

²³¹ CASSOLI, op. cit., 2023.

²³² FERLA, op. cit., p. 7.

Precisa-se de uma negrinha para casa séria, não se fazendo questão de ordenado e dormindo no serviço. Rua dos Barris, n. 166. *Jornal de Notícias*, 16 de março de 1891.

Oferece-se uma menina de 14 anos para tratar de crianças. A tratar na rua Gravatá n. 57. *Diário de Notícias*, 25 de fevereiro de 1895.

Precisa-se de uma perfeita cozinheira, tendo uma filha com mais de 12 anos. Praça S. João n. 26. *Jornal de Notícias*, 20 de março de 1891.

AMA Precisa-se de uma menina que saiba cozinhar, prefere-se que durma em casa. Rua do Fogão das Pedras, n 281. *Jornal de Notícias*, 20 de março de 1891.

As relações envolvendo patrões e empregadas no serviço doméstico eram bastante complexas e marcadas pela pessoalidade. A busca por menores que dormissem no local de trabalho era uma forma de evitar que estivessem desacompanhadas no trajeto entre sua casa e o trabalho. Afinal, viver na cidade quase sempre significava que as meninas circulassem nos espaços urbanos, indo e vindo de seus trabalhos, rotina esta que poderia incomodar o controle que os patrões pretendiam exercer sobre suas vidas. Além disso, o próprio fato de essas meninas morarem na casa de seus patrões, significava maiores possibilidades de exploração de sua mão de obra ao máximo do dia.²³³

A bibliografia do trabalho doméstico tem demonstrado que o controle sobre as pequenas trabalhadoras era bem severo. Existiam diversas recomendações médicas e preceitos que deveriam ser seguidos e incorporados rigorosamente em sua rotina. No caso das amas que cuidavam de crianças, o controle poderia ser ainda maior: essas trabalhadoras deveriam levar as crianças para passear, arejar e dormiam com os bebês. Essa modalidade de serviço doméstico tinha seus corpos, hábitos, higiene, sexualidade e moralidade controlados.²³⁴

O controle sobre o cotidiano das pequenas amas não passou despercebido pelos literatos da época. Não somente os cientistas e as instituições dedicaram-se às teses e teorias sobre o

²³³ CASSOLI, Marileide Lázara. “As criadas também têm outra vida nas suas mãos: a vida moral dos que as cercam”: mulheres afrodescentes e o serviço doméstico. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Silva Felix Airton. *Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero, corpo, memória e trabalho*. São Paulo; nome da editora, 2023, p. 174.

²³⁴ BARRETO, op. cit., 2018.

trabalho doméstico após o fim da escravatura no Brasil, mas também literatos como Lima Barreto, Monteiro Lobato, já aqui já mencionado, e Xavier Marques construíram, através da ficção, visões e sentidos sobre trabalho infantil e serviço doméstico. É neste contexto de interpretação da infância e da nação que estão inseridas as obras do escritor baiano Xavier Marques, cuja pretensão era reconstruir um horizonte que valorizasse a cultura e tradição da Bahia.²³⁵²³⁶

Embora sejam as obras *As Voltas na Estrada*, publicada em 1921, e *O Feiticeiro*, de 1888, as preferidas dos historiadores para analisar a interpretação do escritor sobre a transição do sistema escravista e, conseqüentemente, identificar como Marques dialoga com os debates nacionais sobre raça e mestiçagem, merecem igualmente destaque as consideradas “novelas dos mares”. Intitulada *Praieiros*, a coletânea de contos sobre a ilha de Itaparica se insere em um contexto de clara oposição aos literatos modernistas, movimento que buscava uma concepção universalizante de nacionalidade. É importante salientar que, para Marques, o regionalismo tinha como finalidade resguardar valores e costumes baianos presentes na cultura brasileira.²³⁷

É neste universo ficcional representado por uma literatura marinista ou praieira que as concepções sobre raça, identidade, cidadania e trabalho irão circular interminavelmente, construindo um quadro histórico de transformações de uma época. A obra *Jana e Joel*, publicada em 1899, muito mais do que uma representação da tradição e paisagem do litoral baiano, possui, sobretudo, um conteúdo histórico e político sobre as noções de trabalho no pós-abolição, com destaque para o trabalho doméstico infantil.

Filha do pescador Anselmo e órfã de mãe, a protagonista do romance, Jana, tinha dezesseis anos no início do conto. “Era apenas uma rapariga (...)”²³⁸ descreve o autor “(...) com cabelo em anéis, empedado, até a nuca (...) só a fisionomia, de um tom de aquarela, diluída, brilhava (...)”²³⁹, era como uma “(...) flor nadante, a pele trigueiro pálida, e fazia mais conchas no cabelo áspero e curtido pela salsugem?”²⁴⁰ Mesmo com as incertezas de Anselmo e o desgosto de Joel, Jana é batizada e enviada à cidade de Salvador para trabalhar na casa da Madrinha sob a promessa desta “dar-lhe ensino e fazer dela gente...”²⁴¹. O cotidiano de Jana,

²³⁵ Nascido em 3 de dezembro de 1861 na Ilha de Itaparica, foi aos 23 anos que Marques mudou-se para Salvador e publicou seu primeiro livro intitulado *Temas e Variações*. Mas foi enquanto jornalista do *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias* que o literato construiu sua carreira profissional e em 1921, após feitos importantes como a publicação do romance *Jana e Joel* e a recepção na Academia Brasileira de Letras, elegeu-se Deputado Federal.

²³⁶ OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Xavier Marques Entre os Intérpretes do Brasil: Raça e Nação na Primeira República*. 2013. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

²³⁷ OLIVEIRA, op. cit., 2013.

²³⁸ XAVIER, Marques. *Praieiros*. São Paulo: GRD, 1983, p. 4.

²³⁹ MARQUES, 1983, p. 4.

²⁴⁰ MARQUES, 1983, p. 8-9.

²⁴¹ MARQUES, 1983, p. 57.

bem como as relações com outros empregados, os assédios, as violências, as saudades e as estratégias de sobrevivência são retratadas ao longo do desenvolvimento do romance. Ao construir uma relação maniqueísta entre cidade e ilha, o narrador demonstra sua interpretação acerca das relações de trabalho e a prática das famílias ricas da época de pegar “meninas para criar” sob o pretexto de fornecer boa vida.

Neste ponto, a respeito da introdução da personagem principal, vale ressaltar aspectos acerca da compreensão do escritor baiano sobre a questão racial. Assim como observou Maciel Henrique Carneiro quando analisou a personagem Pomba, do romance *O Feiticeiro*, ao descrever as mulheres mestiças, Xavier Marques antecipa o sensualismo neonaturalista de Jorge Amado, construindo imagens de volúpia e sensualidade associadas à “mestiça trigueira”.²⁴²

O historiador Marcelo Souza Oliveira demonstrou que, embora as concepções raciais presentes nos romances do literato baiano possuam um caráter vago, não delimitando uma concepção mais precisa em consonância com as definições que surgiram na época, as acepções sobre raça e mestiçagem estão profundamente conectadas com os debates nacionais feitos por intelectuais como Oliveira Viana²⁴³, por exemplo. Viana, como outros pensadores da época, defendia uma posição conservadora de que os africanos não tinham nada a contribuir com o Brasil e que, conforme a miscigenação fosse avançando, esta raça acabaria desaparecendo e uma nação miscigenada e embranquecida triunfaria. Do mesmo modo, o triunfo de uma nação mestiça e branqueada, construída no solo da educação e da democracia era enfim o projeto de nação defendido pelo romancista baiano.²⁴⁴

Na introdução da personagem Jana, encontramos outro elemento importante para entender o trabalho infantil nas primeiras décadas do pós-abolição: o batismo. Este tema é introduzido na obra como uma grande preocupação da família de Jana, pois esta, aos dezesseis anos, ainda não havia se batizado. E é na figura de sua avó, a velha Teó, que as representações sociais em torno do compadrio ganharam nítidos contornos: “Uma rapariga ainda pagã! Como se fora filha de algum gentio. Não; devia-se acabar com isso”.²⁴⁵

Nas páginas iniciais de *Jana e Joel*, observa-se a busca incansável de Teó para realizar o batismo de Jana. A importância desta prática foi ressaltada por Edinélia Souza em sua pesquisa

²⁴² OLIVEIRA, Marcelo Souza. Xavier Marques Entre os Intérpretes do Brasil: Raça e Nação na Primeira República. 2013. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

²⁴³ Oliveira Viana foi um importante professor, jurista, historiador e sociólogo brasileiro. Foi um dos responsáveis por elaborar teorias sobre o discurso de raça e a abordagem científico. O autor buscou defender a cientificidade do conceito de raça como chave interpretativa da vida social. Ver: RAMOS, J. DE S.. Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 10, n. 2, p. 573–601, maio 2003.

²⁴⁴ OLIVEIRA, 2013, p.20.

²⁴⁵ MARQUES, 1983, p. 9.

sobre o pós-abolição na Bahia, quando enfatiza o compadrio e suas sociabilidades. Em linhas gerais, o batizado era um grande episódio na vida da criança e da família; conforme recomendações da época, deveria ocorrer logo após o nascimento. Um dos objetivos era assegurar lealdades, solidariedades e reciprocidades através do parentesco espiritual, garantindo amparo aos que não possuíam posses.²⁴⁶

Em decorrência do falecimento da mãe de Jana e da senilidade de Teó, ela própria inicia uma busca por uma madrinha para sua neta. Neste contexto, Marques introduz a figura da “Madrinha”, que não possui nome, somente adjetivos como “Senhora” e “Madame da cidade”: “uma senhora elegante, moça ainda, em trajes que nem por serem ao mais simples do seu guarda-roupa, deixavam de embasbacar as ilhoas da Ponta de Nossa Senhora (...)”.²⁴⁷

Quando a Madrinha é apresentada, o pai de Jana, Anselmo, havia acabado de perder seu barco, *Tritão*, responsável pela renda da pequena família. A Madrinha, que por vezes é comparada à figura de Nossa Senhora pela velha Teó, ofereceu um barco a Anselmo. Isso retrata a importância das relações de compadrio naquela sociedade, especialmente entre indivíduos de classes sociais distantes.²⁴⁸

A norma católica determinava que o sacramento do batismo criava, a partir do ritual, dois parentescos espirituais. O primeiro ocorria entre a criança, o batizando, e seu padrinho e sua madrinha, relação intitulada como apadrinhamento e amadrinhamento. O segundo se dava entre os pais carnis do batizando ou batizando e seu padrinho e madrinha. Esse parentesco, de acordo com a religião católica, é equiparado ao consanguíneo ou por afinidade, gerando, também, impedimentos matrimoniais entre os envolvidos.²⁴⁹

Quando analisou registros de batismo no pós-abolição, Rachel dos Santos Marques constatou que o compadrio entre famílias menos abastadas e padrinhos “bem-posicionados” na hierarquia social era muito comum na sociedade católica. As mulheres negras pesquisadas por Rachel Marques possuíam padrinhos de status social mais elevado do que elas e suas próprias famílias.²⁵⁰ Assim, verifica-se uma certa tendência de formação de parentesco espiritual entre

²⁴⁶ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Travessias e tramas: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição - Bahia (1888-1930)*. Salvador: EDUNEB, 2016.

²⁴⁷ MARQUES, 1983, p.17.

²⁴⁸ SOUZA, 2016.

²⁴⁹ MARQUES, Rachel dos Santos. Uma análise dos discursos sobre mulheres negras nos estudos de compadrio. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Silva Felix Airton. *Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero, corpo, memória e trabalho*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: São Paulo, 2023, p. 167.

²⁵⁰ A Historiadora Rachel Marques analisa registros batismais para discutir o parentesco espiritual. Mediante uma análise qualitativa de 341 textos sobre o tema, bem como de dados referentes e atas batismais, ela conclui que “O que parece ocorrer é uma certa tendência de ver a formação do parentesco espiritual como partindo da

elites e grupos subalternos. Para garantir algum nível de proteção a seus descendentes, era muito comum trabalhadores rurais tomarem fazendeiros como padrinhos de seus filhos. Nesse sentido, comadres e compadres decifravam o mundo a partir dos seus códigos sociais, produzindo complexos cenários de alianças, acordos e conflitos.²⁵¹ Dentro desta construção de sociabilidades que visavam a reciprocidade, o trabalho infantil poderia significar, também, uma moeda de troca por alimentação, vestimentas, educação e moradia, em configuração semelhante à tutela.²⁵²

Ao analisar os sistemas de parentesco e as alianças matrimônias na Bahia durante o século XIX, Kátia Mattoso destacou que esse parentesco espiritual era tão importante quanto o parentesco consaguíneo. Dificilmente um escravo era escolhido para pai ou mãe espiritual, e, entre as camadas mais baixas, buscava-se para padrinhos e madrinhas alguém que possuía certo prestígio na comunidade. Assim, escolher um padrinho ou madrinha estava ligada a uma estratégia de promoção social ou de manutenção de certo nível social.²⁵³

Se estabelecermos conexões com as pesquisas de Kátia Mattoso e Roberto Guedes, constatamos que, durante a escravidão, dificilmente os escravizados foram apadrinhados por seus senhores. Acrescentamos que, para Gudeman e Schwartz, existia uma certa incompatibilidade entre propriedade escrava e parentesco espiritual, que colocava em dúvida relações paternalistas entre senhores e escravos. Esses laços de compadrio, na medida em que possibilitaram reforçar solidariedades, contituíram uma possibilidade de expandir as redes sociais e de mobilização de alianças hierárquicas, principalmente ao considerarmos que, nas pesquisas citadas, foi verificado que os escravizados tendiam a escolher para seus filhos padrinhos ou madrinhas forros, que raramente eram escolhidos para batizarem crianças livres.²⁵⁴

A partir dessas reflexões, argumentamos que discutir as relações de compadrio no pós-abolição é importante para perceber de que forma esse parentesco espiritual modificou as relações de trabalho, sobretudo de trabalho infantil. Em sua pesquisa sobre o apadrinhamento no pós-abolição, Ednelia Souza constatou que, no trabalho rural, dificilmente os fazendeiros se

elite para os grupos por vezes chamados de subalternos. Ou seja, a capacidade de agência pode estar sendo pensada como presente apenas entre pessoas da elite.” MARQUES, 2023, p. 193.

²⁵¹ SOUZA, 2016.

²⁵² MARQUES, op. cit., 2013.

²⁵³ MATTOSO, Kátia Maria Queirós. *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. Bahia: Corrupio, 1988, p. 132.

²⁵⁴ MATTOSO, op. cit.; GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativeiro – trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008; GUDEMAN, Stephen e SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”, In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988

tornavam padrinhos de batismo ou de casamento dos filhos de seus subordinados. Os padrinhos escolhidos deveriam ser de um status social mais elevado, ou igual à família dos afilhados. Essa relação formou uma parentela espiritual, e, também, fictícia, pois uma série de compromissos pessoais e materiais deveriam ser assegurados, gerando proteção, prestígio e poder na hierarquia social.²⁵⁵

Desta forma, o que percebemos na trajetória das personagens de Xavier Marques, é que o compadrio estabelecido demonstrava forte comprometimento de Jana, sua família e da Madrinha com cuidados e zelos constantes em relações cotidianas, tratando-se como comadres e estabelecendo trocas de favores de acordo com a hierarquia social que os separava. Além disso, as expectativas de reciprocidades presentes na literatura, evidenciam as redes forjadas nos laços de parentesco familiar, que, embora fossem importantes, não estavam isentos de desacordos, tensões e conflitos.

Outro personagem importante no romance é o pescador Joel. Amigo de Jana desde a infância, Joel é apresentado como órfão que desde tenra idade teve que trabalhar com Anselmo para sobreviver. É descrito como um jovem de pele “escura como a noite, com cabelos curtos e encrespados”. A relação entre ele e Jana é narrada por Xavier Marques com caráter idílico: um espaço de pureza, doçura, inocência, “meninice” e simplicidade. Os dois não possuíam a malícia dos amantes da cidade, referindo-se um ao outro como “irmão” e “irmã”, conforme evidencia o narrador. Além disso, aspectos que pertencem a tradição e cultura baianas são comumente retratados, transformando os dois protagonistas em representações regionalistas em oposição a modernização da sociedade republicana.

Esse contraste entre modernidade e regionalidade é evidenciado pelo narrador a partir da figura da Madrinha. Enquanto a Ilha é o território dos sonhos, da simplicidade, da ingenuidade e das relações puras, isto é, da bondade e da moralidade, onde se poderia “(...) ser pobre e feliz (...)”²⁵⁶, Salvador é o espaço da maldade, do pessimismo e da exaustão, descrito como “calabouço de pedra com telhados e muros perdidos no céu, sem ribas francas, sem a restinga e as canoas, sem os cajueiros todos amarelos de dezembro e os banhos tépidos (...)”²⁵⁷.

²⁵⁵ Ednélia Souza analisa testamentos, das narrativas orais e dos registros de batismo no interior da Bahia, em Santo Antônio de Jesus, para discutir a trajetória de trabalhadores. Ela descreve que "Comadres e compadres formavam uma teia social em que as relações de poder expressavam-se nas solidariedades, no conflito, nas disputas, trocas e negociações que mobilizavam uma sociedade de dominantes e subalternos. Assim, os indivíduos interpretavam o mundo a partir de códigos culturais vigentes, movimentando, portanto, o jogo das alianças, dos acordos e das afetividades verticais e solidariedades horizontais." SOUZA, op. cit., p. 3.

²⁵⁶ MARQUES, 1983, p. 23.

²⁵⁷ MARQUES, 1983, p. 23.

A cidade é construída em oposição à ilha, na mesma medida em que Jana e Joel são construídos em oposição a Madrinha:

O que Joel dizia da cidade, quando vinha dos fretes, punha-lhe confusões na vista e trepidações no ouvido. Devia ser uma terra singular, grande, espantosa, um labirinto onde as crianças se perdiam dos pais, onde os homens viviam sempre as carreiras, atropelando-se, em ondas gritadoras, e soldados ferozes, de caças vermelhas e facões prateados, andavam recrutando os tabaréus para a tropa. Na cidade as ruas troavam, as pedras davam fogo, as casas trepavam umas sobre as outras, até às nuvens, mais altas que os coqueiros e menos que as torres das igrejas, que havia lá, tantas e tamanhas que em todas as casas da ilha reunidas não caberia a gente que enchia uma só, dentre elas, para ver as festas de luxo cada dia...²⁵⁸

Ainda que a ida de Jana para a cidade tenha sido desejada e festejada pelos seus parentes e amigos como uma “grande sorte”, o narrador corriqueiramente retrata a presença da ilhoa na casa da Madrinha em alegoria a um pássaro preso na gaiola: “Jana se afasta e vai, inconscientemente, imitar as garças, vincando a testa de encontro aos varais de ferro do portão, saudosa de ar livre, da sua liberdade, da sua vida errante.”²⁵⁹ Em um ambiente onde não conheciam ninguém e não tinham como conseguir ajuda, as jovens que se deslocavam de sua cidade para outra em busca de trabalho acabaram por se tornar alvos fáceis de manipulação e subserviência nas casas dos patrões.²⁶⁰

A principal função desempenhada por Jana era de ama seca - ela era responsável por cuidar do filho mais novo da Madrinha. Enquanto esteve na casa da Madrinha, Jana foi privada de sair de casa para ver sua família, e as poucas vezes em que teve a liberdade de sair “portões afora” – para passear com o filho de seus patrões, foi necessário ser acompanhada por alguém da família ou outra criada. Também as tentativas de violações sexuais feitas por seu patrão e outros empregados são elementos presentes na novela dos mares. De modo semelhante ao que se encontra nos jornais do período, Jana, como outras meninas, encontrou na fuga da casa dos seus patrões sua forma de insurgir contra a precariedade de sua vida.

A função de ama seca era cuidar das crianças da casa. Juntamente com a ocupação de cozinheiro, copeiro, lacaio, cocheiro, jardineiro, moço de hotel, casa de pasto e hospedaria,

²⁵⁸ MARQUES, 1983, p. 23.

²⁵⁹ MARQUES, 1983, p. 57.

²⁶⁰ SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador (1900-1950). 1998. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

costureira, engomadeira e ama de leite, formavam a definição do que era trabalho doméstico na cidade de Salvador de acordo com o projeto de posturas apresentado em dezembro de 1886.²⁶¹

Como analisa a antropóloga Suely Kofes, o termo “doméstico” tem sua utilização atrelada à modalidade de empregado doméstico, quase sempre no feminino: o verbo domesticar é empregado como tradução de “civilizar”, colonizar e amansar.²⁶² Neste ambiente de domesticidade, uma série de hierarquias são forjadas. As meninas geralmente estavam associadas a funções que os patrões poderiam controlar mais de perto, como acompanhantes de crianças e criadas, sobretudo as de portas “adentro”, ama seca e copeira.²⁶³ De acordo com Sandra Graham, as criadas de “portas a dentro”, dedicadas ao serviço de casa, quase sempre eram as mais jovens, pois as ruas significavam locais de contaminação física e moral.²⁶⁴ Essa contaminação física e moral aos olhos dos senhores era perigosa, a eles e à sua família, portanto as mais jovens, vistas como mais suscetíveis aos perigos da rua, eram escolhidas para tarefas em que os laços de intimidade poderiam ser mais estreitos, possibilitando, assim, ações de controle e vigilância.²⁶⁵

Desta forma, percebemos que o escritor Xavier Marques recriou um cenário em que o contraste entre o regionalismo e o modernismo termina por associar a exploração e a subserviência no trabalho à cidade de Salvador. Embora na ilha de Itaparica outras atividades remuneradas tenham sido descritas, como a pesca e a costura, é na cidade o local em que as questões relacionadas ao trabalho são julgadas e hierarquizadas. Observa-se que a função de ama, lavadeira, cozinheira e quitandeira são negativadas. E o elemento central para a valoração dessas atividades é a racialização de tais ocupações, pois, conforme analisou Marina Barreto, quanto mais escura era a pele de uma mulher, maior era sua representatividade em funções bem específicas como cozinheiras, lavadeiras, amas, entre outras.²⁶⁶

Muitas meninas, assim como Jana, foram “enclausuradas” em casa por seus patrões e impedidas de manterem contato com seus pais, mães, avós e amigo, uma vez que o trabalho doméstico muitas vezes exigia que as pequenas trabalhadoras residissem nas casas em que trabalhavam, e isso significou estar à mercê de outras pessoas, que tinham o controle de suas próprias vidas. A literatura nos possibilita entender o que se passava “portas à dentro”, no

²⁶¹ BARRETO, op. cit., 2018.

²⁶² KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001. 470 páginas.

²⁶³ PEÇANHA, op. cit., 2018.

²⁶⁴ GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 31

²⁶⁵ PEÇANHA, op. cit., 2018.

²⁶⁶ BARRETO, op. cit., 2018.

cotidiano das casas de família, percebendo as violações e violências sofridas, porém, não perdendo de vista a complexidade dessa experiência, dos sonhos, desejos e utopias.

Em *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, Maria Odila Dias nos alertou para a importância de esquecer as vítimas e de contar a história num sentido inverso: ressaltando o conflito para sobreviver das mulheres que viviam na margem do sistema, que estavam imersas nas lacunas da sociedade, realizando trabalhos que, por vezes, foram considerados insignificantes. Essas personagens da vida real, longe dos saberes considerados oficiais, se moldaram a partir da esperteza, do saber da experiência cotidiana.²⁶⁷

Nem sempre as fontes dos jornais e nos contratos de trabalho revelam o que as menores pensavam sobre si, suas expectativas, redes de solidariedade e suas interpretações sobre sua liberdade e sua experiência enquanto trabalhadora. Associada a outras fontes, a literatura da época auxilia no entendimento do que se passava dentro das casas de família, para tentar compreender a rotina e a complexidade das relações construídas entre patrões e trabalhadoras, bem como visualizar a importância da família, dos amigos e de outras redes de sociabilidade construídas. Afinal, não podemos esquecer que a narrativa literária é um testemunho dos homens que foram vencidos pelos fatos, isto é, a história sobre as possibilidades que não vingaram.²⁶⁸

2.3. Remuneração e Ordenado

Em 10 de Novembro de 1912, a menor Elisa Maria da Conceição, parda, de 12 anos, foi tema de uma seção no *Diário de Notícias*. A menina, que veio de Sergipe para Salvador acompanhada de Amado de tal, que prometera à mãe arranjar-lhe um emprego, fugiu da casa em que estava trabalhando após ser vítima de maus tratos e não receber a educação, moradia e alimentação conforme combinado entre Amado de tal e sua mãe.²⁶⁹

Muitas coisas eram prometidas a fim de convencer uma família para que aceitasse que suas filhas, irmãs, sobrinhas ou netas fossem enviadas para outra casa, muitas vezes em outra cidade. Sabe-se que muitas menores, assim como Elisa Maria da Conceição, foram enviadas para outros municípios sob o pretexto que exercer o serviço doméstico em troca de educação, alimentação, moradia, proteção ou aprender algum ofício. Não podemos deixar de mencionar

²⁶⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX: Ana Gerturdes de Jesus*. São Paulo: Brasiliense. Acesso em: 15 maio 2024. 1984, p. 11.

²⁶⁸ SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 27-33.

²⁶⁹ *Diário de Notícias*, 20/06/1915, p. 6.

que, além da família, as menores possuíam também uma série de expectativas com relação a esse deslocamento, que incluíam, quase sempre, a promessa de uma “boa vida”, dentro dos limites e possibilidades de famílias negras e pobres no Brasil pós-escravista.²⁷⁰

Para os menores, a remuneração nem sempre foi uma regra. Não raro encontramos anúncios demandando trabalhadoras que não “fizessem questão de ordenado”²⁷¹ ou que prestassem serviço em troca dos elementos necessários para sua sobrevivência. De fato, muitos pais viam no trabalho de suas filhas uma possibilidade de complemento aos vencimentos da família, ou, também, uma garantia de sustento, teto e educação para seus filhos.²⁷² Desta forma, o trabalho infantil foi muito lucrativo para os patrões, uma vez que além do salário ser inferior às demais categorias, as meninas poderiam receber como vencimentos educação, vestimenta, alimento e um teto, em troca da prestação de seus serviços.²⁷³

Evidentemente, essas relações de trabalho eram bastante precarizadas. Uma menor poderia, assim, vender sua força de trabalho em troca de proteção e de um teto para morar.²⁷⁴ Ao dialogar com a bibliografia da escravidão, podemos supor que isso se relaciona diretamente com a prática de manter os filhos livres de mães ainda escravizadas no período pós-1871. Muitos senhores optaram por manter os filhos de trabalhadoras escravizadas até os 21 anos, o que contribuiu para a criação de uma cultura da manutenção do trabalho infantil desde a escravidão.²⁷⁵

O fim da economia escravista impôs a necessidade de um novo mercado de trabalho que orbitasse em torno do trabalho livre. Mas a forma e os atributos desse universo não eram tão óbvios assim. Um dos aspectos marcantes desse processo foi a construção de uma modalidade de trabalho baseada numa relação que tinha como pressuposto o trabalhador que, nessa lógica, deveria sobreviver unicamente da venda ou aluguel da sua força. Devemos nos atentar sempre ao fato de que, no processo de emancipação gradual do Brasil, ocorreu, concomitantemente, a

²⁷⁰Ibid.

²⁷¹ “Precisa-se de uma negrinha para casa séria, não se fazendo questão de ordenado e dormindo no serviço”. Rua dos Barris, n. 166. *Jornal de Notícias*, 16 de março de 1891, p. 8.

²⁷² Peçanha, op. cit., 2018; SILVA, Lucia Helena Oliveira. "Dos afazeres de meninas de cor": trabalho doméstico, infância e situação de exploração 1920-1950. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Silva Felix Airton. *Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero, corpo, memória e trabalho*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: São Paulo, 2023, pp. 65-77.

²⁷³ SILVA, op. cit., 2023.

²⁷⁴ LIMA, Henrique Espada. *Op.cit.* e LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo. Ensaio para uma história Global do trabalho*. São Paulo: Editora Unicamp. 2013; GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

²⁷⁵ CERQUEIRA, op. cit., p. 111.

inserção paulatina de legislação que teve como finalidade disciplinar e ordenar o mercado de trabalho no país.²⁷⁶

O serviço de trabalhadoras domésticas tornou-se ainda mais essencial nessa sociedade, quando já não havia escravizadas para realizar tais tarefas. As diversas ocupações que demandaram menores para o serviço doméstico eram, quase sempre, ofícios relacionados a cozinha, a costura, ao trabalho de ama seca, de criada, lavadeira e engomadeira.²⁷⁷

Foram analisados 102 anúncios presentes nos jornais nos jornais *Diário de Notícias*, *O Imparcial* e *Jornal de Notícias*, no período de 1891 a 1918. De acordo com as informações presentes nas seções de anúncios e jornais da época, encontramos a busca para menores nas seguintes ocupações:

Tabela 1

Distribuição de menores por profissão de acordo com os Anúncios e Procura e Ofertas (1891 a 1918)

²⁷⁶ “Pelas suas próprias características intrínsecas, a implantação de um mercado de trabalho “livre” não se deu de modo homogêneo e incontestado em lugar algum. Ao contrário, em torno dos significados dessa “liberdade” se estabeleceu um campo de lutas de enorme complexidade e extensão. Sua realidade empírica traduziu-se em configurações que variaram desde a situação ideal-típica do trabalhador independente assalariado até uma miríade de arranjos de trabalho que recombinaavam graus diversos de “liberdade” e compensação financeira pelo trabalho, com elementos de coerção (física e pecuniária), tutela, trabalho compulsório e contratado, e ainda formas análogas à escravidão, como a servidão por dívida.” LIMA, op. cit., p. 295.

²⁷⁷ SOARES, Aline Mendes. *Precisa-se de um pequeno: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro 1888-1927*. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ, 2017.

| Profissão | Frequência | % |
|-------------------------|-------------------|----------|
| Cozinheira | 16 | 15,69% |
| Ama Seca | 9 | 8,82% |
| Ama | 23 | 22,55% |
| Lavadeira | 7 | 6,86% |
| Criada | 25 | 24,51% |
| Costureira | 4 | 3,92% |
| Para viver em companhia | 10 | 9,80% |
| Engomadeira | 8 | 7,84% |
| Total | 102 | 100% |

Fonte: *Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Pequeno Jornal, Cidade de Salvador, O Imparcial, A Notícia, Correio do Brasil.*

A Tabela 1 nos permite perceber que os interesses dos patrões pelas meninas trabalhadoras eram de múltiplas ocupações. Podemos afirmar que existia uma grande busca por criadas, amas e cozinheiras nos anúncios de jornais. O serviço de cozinha foi o terceiro mais buscado entre os anunciantes, totalizando 15,69% da amostragem analisada. Em diálogo com a bibliografia, constatamos o quanto esse serviço era central no cotidiano da casa, por isso a sua alta procura. De acordo com Marina Barreto, as cozinheiras eram responsáveis, também, pelas compras diárias e o tratamento de determinados alimentos e animais.²⁷⁸ Era, acima de tudo, um trabalho sujo e cansativo, e exigia outras habilidades manuais, como, por exemplo, o manuseio do fogo. Afinal, o êxito de uma cozinheira dependia de sua capacidade de graduar e controlar o fogão.²⁷⁹

Imagem 5.

Anúncio de um Fogão

²⁷⁸ BARRETO, op. cit., 2018.

²⁷⁹ GRAHAM, op. cit., 1992; BARRETO, op. cit., 2018.

FOGOES AMERICANOS

Estes fogões por serem de ferro, são por isso muito improprios para o nosso clima, e são a origem de todos os padecimentos dos cozinheiros e especialmente das cozinheiras que trabalham n'elles, por isso devem ser banidos, por serem insupportaveis n'um clima quente como o nosso. Para evitar-se estes soffrimentos devem ser preferidos os fogões de alvenaria, porque não aquecendo elles exteriormente não prejudicam em nada a saúde e deixam de ser as cozinhas focos de constipações e máis molestias, como acontece aquellas que os tem de ferro.

Temos em nosso deposito todos os pertences para construção de fogões de alvenaria pelo systema dos americanos, sendo elles muito a aquelles e por isso uteis e economicos.

16 -- Rua do Julião -- 16

Fonte: Diário de Notícias, 25 de fevereiro de 1895, p. 6.

A Imagem 5 nos revela o anúncio de novos fogões importados dos Estados Unidos. De acordo com o que nos é informado, o fogão utilizado pela maioria dos cozinheiros poderia resultar em diversos acidentes, e deveriam ser banidos, já que eram a origem de todos os padecimentos de trabalhadores desse serviço. Devemos, de fato, considerar a intenção do autor do anúncio em vender seu produto, mas isso não elimina a possibilidade de que os fogões a lenha representassem certo risco para quem o manuseava.

Conforme já discutido, o ofício de cozinheira exigia muita especialização, portanto, é fundamental perceber que a busca por menores cozinheiras era a segunda maior dentre aquelas que encontramos nos anúncios, totalizando 15,69% dos anúncios analisados. Esses dados estão em consonância com o que foi observado pela historiografia do trabalho doméstico em Salvador, que demonstrou que o ofício de cozinheira foi o mais abundante nas matrículas municipais em 1887. Enquanto as profissões entre mulheres brancas tendiam a exigir maior especialidade, as mulheres de cor estavam submetidas as ocupações como cozinheiras, lavadeiras, amas, entre outras, que, também, eram reservadas os menores salários e remunerações.²⁸⁰ Os dados demonstram, também, como cozinhar era bastante valorizado na

²⁸⁰ BARRETO, op. cit., 1992.

Bahia. As cozinheiras dedicavam-se a preparação de pratos da culinária de diversos países, mas o que esperavam delas era o preparo dos pratos comuns da casa no momento das refeições.²⁸¹

A busca por cozinheiras foi abundante nos jornais da capital baiana. Alan Cerqueira, quando pesquisou os anúncios do jornal *O Monitor*, demonstrou que os primeiros anúncios publicados no jornal eram formados por replicações de anúncios de cozinheiras. Esse trabalho era descrito pela própria redação do jornal como sujo e cansativo, e existiam distinções entre as trabalhadoras que prestavam esse serviço: as melhores eram apelidadas de cozinheira de forno e fogão, e as outras de "cozinheira do trivial".²⁸²

Já as criadas (24,51%) e amas (22,55%), ofícios mais buscados na documentação analisada, geralmente cuidavam da limpeza das casas ou dos quartos, limpavam os móveis e vidraças, cuidavam da iluminação e carregavam água. As criadas exerciam, assim, múltiplas tarefas numa residência. As amas secas (8,82%) também não possuíam uma definição não muito precisa, porém, sabemos que elas exerciam funções diversas, assim como as criadas. No entanto, quase sempre se dedicavam aos filhos dos patrões. Uma casa com poucas trabalhadoras poderia significar, desta forma, que uma mesma menor exercesse diversos ofícios.²⁸³

Uma vez que tratamos de definições não muito delineadas sobre os serviços prestados, não podemos deixar de mencionar a categoria “para viver em companhia”, que está entre as 5 modalidades mais buscadas, totalizando 10 anúncios. Podemos supor que uma menor que fosse exercer tal serviço pudesse se dedicar, assim como a criada e a ama seca, a uma série de atividades dentro do ambiente doméstico, mas com a diferença de que poderia incluir o cuidado de senhoras e senhores com mais idade. Sendo assim, podemos supor que essa categoria, marcada como tanta outras pela informalidade, significava uma maior supervisão e proximidade com os patrões.²⁸⁴

Nas ruas do carmo n. 48 procura-se uma menina para sair da Bahia e fazer companhia a uma senhora honesta, com destino a São Paulo.
Diário de Notícias, 25 de fevereiro de 1895.

²⁸¹ SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. 1994. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

²⁸² CERQUEIRA, op. cit., 2024, p. 174.

²⁸³ PEÇANHA, op. cit., 2018.

²⁸⁴ SILVA, op. cit., 2023.

Precisa-se de uma mocinha clara ou de cor para viver em companhia de um casal. Beco do Queiroz n. 17. *Jornal de Notícias*, 20 de março de 1898.

No primeiro anúncio, observamos a procura de uma trabalhadora que se deslocasse para São Paulo, uma exigência que apareceu em alguns anúncios pesquisados. Esse deslocamento certamente acarretaria uma série de mudanças na vida da menina, como o afastamento de sua família, amigos e outras redes de sociabilidade. Logo, é possível que essa menina tenha sido compensada em termos de pagamento, isto é, em sua remuneração, por deslocar-se do estado? Não podemos afirmar com exatidão se isso aconteceu no caso da menina que atendeu o anúncio, mas, em diálogo com a bibliografia, observamos ao longo desse trabalho que, por costume, em certos acordos entre patrões e trabalhadoras, os primeiros deveriam ser responsáveis pelo seu teto, alimentação e tratamento em caso de doença. Da doméstica, exigia-se uma série de obrigações oriundas de um imaginário escravista, sem que isso fosse, necessariamente, remunerado em ordenados.²⁸⁵

Muito embora o conceito de empregado doméstico estivesse atrelado ao recebimento de um salário, não existia nenhuma regulamentação de remuneração para esse serviço. De acordo com Marina Barreto, a informação sobre os salários nas matrículas de trabalhadores domésticos aparece de forma residual na documentação, e, em certos casos, não existem registros a respeito do salário dos matriculados nas posturas municipais. Para os primeiros anos do pós-abolição, é possível destacar que o salário médio dos homens era, em média, 17\$000, substancialmente maior que o das mulheres, 13\$950. Contudo, nem sempre os valores eram constantes; eles variavam de acordo com a especialidade do trabalho.²⁸⁶

Não podemos deixar destacar que a Santa Casa de Misericórdia cumpriu um papel importante na inserção de menores nos mundos do trabalho. O foco principal dos colégios da Instituição era dar educação ao orfão desvalido, que pressupunha também o ensino de determinados ofícios às crianças. Após a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, a preocupação com os órfãos propagou-se no Brasil, assim, acreditava-se que para transformar as crianças em trabalhadores dóceis era necessário discipliná-las em instituições destinadas a

²⁸⁵ Sobre isso, Alan Cerqueira nos alerta para o seguinte fato: “[...] não podemos pensar a posição da doméstica apenas na condição da reação, afinal, estas trabalhadoras também buscavam por trabalhos com melhores condições e salários. A domesticidade era atravessada por relações paternalistas, tensões raciais e de gênero, reprodução da violência física, violência psicológica e preconceitos de classe. Em outro momento, pudemos observar o quanto a questão do fim do vínculo entre patrão e criada foi motivo de debates políticos e um tema recorrente em inúmeros jornais.” CERQUEIRA, op. cit., 2024, p. 168.

²⁸⁶ BARRETO, op. cit., 2018.

educação moral e religiosa.²⁸⁷ De acordo com Alan Cerqueira e Mahiara Vitória, a Santa Casa da Misericórdia foi responsável pelo treinamento de crianças orfãs e pobres como alternativa ao fim da escravidão. Uma vez que, desde 1871, diversos políticos e intelectuais se dedicaram a propor soluções que amenizassem o peso da transição entre trabalho escravo e trabalho livre, inserir os orfãos e filhos de negros e negras em um sistema de educação voltado ao aprendizado de ofícios manuais era uma das formas de disciplinar essa população.²⁸⁸

A Santa Casa da Misericórdia registrou de forma sistemática as crianças que foram abandonadas na Roda dos Expostos. É possível encontrar na documentação diversas informações, como, a título de exemplo, o horário do abandono, o sexo, a cor do menor, bem como seu estado de saúde e os objetos que familiares amarravam próximos às crianças ao deixá-las na Roda. Todos esses sinais eram registrados para o caso de, no futuro, se os familiares desejassem reencontrar as crianças, pudessem ter estes sinais, anotados nos Livros de Matrículas.²⁸⁹

A partir de 1870, a instituição criou um regulamento interno que possibilitou que menores, sobretudo do sexo feminino, pudessem ser contratados para serviço doméstico.²⁹⁰ Em relação às meninas, quase todos os contratos eram dedicados ao trabalho doméstico, e possuíam diversas condições para os contratantes. Essa documentação descrevia além da idade do menor, seu nome, cor, locatário, as condições dos termos e o valor recebido. A duração poderia variar de um ano até a maioridade da criança.²⁹¹ A remuneração não era entregue aos contratados, caso estes fossem menores de 21 anos: o valor era depositado para a Santa Casa da Misericórdia, que deveria administrar esse bem, fazendo, assim, uma poupança na caixa econômica no nome do menor, que seria utilizada por ele após a maioridade.²⁹² Esse valor variava entre qualquer quantia, em geral em torno de 12 mil réis, 15 mil réis até 20 mil réis. Desses valores deveriam ser deduzidos vestimenta, calçados, e o que o contratante entendesse necessário.

Tabela 2

^{287 287} CERQUEIRA, Alan Costa. De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889). Dissertação de mestrado em História (PPGH/UFBA), 2016. Precisa indica a página

²⁸⁸ CERQUEIRA, op. cit. Indicar página, 2016; RAIANE, Maihara Marques Vitoria. Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostas na santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890). Dissertação (Mestrado) – PPGH/UFBA, 2017.

²⁸⁹ VITORIA, op. cit., 2017, p. 14.

²⁹⁰ Ibid, p. 83.

²⁹¹ Dados retirados dos livros de matrículas da Santa Casa da Misericórdia. AHSCMBA, Livro de Termo de Locação de Serviço, Saída dos Expostos. Salvador, 1893-1904.

²⁹² Ibid.

Cor das orfãs do sexo feminino alugados para serviços domésticos pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1893-1904)

| Cores | Branca | Preta | Parda | Parda Escura | Parda Clara | Crioula | Cabra | Cor Ausente | Total |
|-------------------|---------------|--------------|--------------|---------------------|--------------------|----------------|--------------|--------------------|--------------|
| Quantidade | 3 | 21 | 45 | 14 | 6 | 5 | 2 | 10 | 106 |
| % do Total | 2,83% | 19,81% | 42,45% | 13,21% | 5,66% | 4,72% | 1,89% | 9,43% | 100% |

Fonte: Dados feitos com base no Livro de Locação de Serviços da Santa Casa da Misericórdia, no período de 1893 à 1904. AHSCMBA, Livro de Termo de Locação de Serviço, Saída dos Expostos. Salvador, 1893-1904.

O registro da cor das menores era imprescindível no momento do contrato. Na Tabela 2, verificamos que de todos os 106 contratos de trabalho para serviços domésticos analisados, no período de 1893 a 1904, a maioria das meninas era de cor parda (42,45%), seguida pelas de cor preta (19,81%), parda escura (13,21%), parda clara (5,66%), crioula (4,72%), cabra (1,89%), os registros que não informavam a cor (9,43%) e as meninas brancas (2,83%).

A classificação da cor nos contratos variava de acordo com determinadas situações. Como foi observado por Alan Cerqueira, a cor de um mesmo exposto poderia variar de um registro para outro: uma menina poderia aparecer como parda em um registro, e como preta em outro.²⁹³ A proximidade entre os números de meninas de cor parda, o primeiro maior grupo, e o de cor preta, o segundo maior grupo, juntamente com as meninas classificadas como parda clara, parda escura e crioula contra o pequeno montante de meninas brancas nos permite perceber as preferências de cor da administração local. Não podemos perder de vista que as relações construídas no asilo também eram racializadas, isto é, uma série de trabalhos internos na instituição eram realizados pelas próprias expostas, que possuíam responsabilidades específicas. A cada menina era distribuída uma tarefa, em diferentes funções; De acordo com a bibliografia, essas meninas poderiam ser escolhidas a partir de suas habilidades, mas devemos considerar também as preferências da administração local, como o Mordomo e as Irmãs de Caridade. É possível que, conforme demonstrado pela bibliografia, que o serviço que cada interna realizasse possuía relação com sua cor.²⁹⁴

²⁹³ “[...] no dia 6 de fevereiro de 1909, o “menor” Demetres de Mattos, descrito como ‘pardo escuro’, foi alugado para prestar o serviço de caixeiro. O órfão foi devolvido muito rápido, sendo novamente alugado no 10 de março para o serviço doméstico, desta vez, classificado apenas como ‘pardo’.” CERQUEIRA, op. cit., 2024, p. 124.

²⁹⁴ CERQUEIRA, op. cit., p. 125.

Quando analisou o perfil racial das meninas e meninos enjeitados na Roda dos Expostos do Asilo da Santa Casa da Misericórdia, nas últimas décadas do século XIX, Mahiara Vitória destacou que as categorias raciais eram muito mais abrangentes do que podemos imaginar. O termo crioulo poderia significar os escravos nascidos no Brasil, dotado de implicações culturais e socializações locais. Além disso, o termo poderia remeter a uma incerteza da Santa Casa da Misericórdia sobre a origem dos enjeitados, que acreditavam que tais crianças poderiam ser filhas de africanos e que foram abandonadas muito jovens, tendo, assim, a construção de seu referencial sociocultural com base nos costumes locais.²⁹⁵

A historiadora Hebe Mattos, em estudo sobre o tema, demonstrou a existência da falta de menção da cor em documentos no século XIX do Sudoeste: em jornais, processos cíveis criminais, registros de batismo, casamento e óbito, e até mesmo nos registros cíveis de 1888. Hebe Mattos transforma a dificuldade de encontrar a cor num problema histórico, evidenciando o surgimento de uma ideologia da “desracialização” compartilhada pelos registros históricos. Essa ideologia foi impulsionada pelo braqueamento da sociedade. Contudo, ao discutirmos a realidade de Salvador, no que concerne aos mundos do trabalho e a imprensa, verificamos que a cor funcionou, muitas vezes, como um dos principais elementos presentes nos contratos de trabalho e anúncios de jornais, possibilitando, inclusive, problematizar as preferências de determinadas cores para determinados ofícios.²⁹⁶

Se observamos a média salarial dessas menores, constatamos que os salários eram baixos se comparados com aqueles declarados pelos criados nas matrículas de 1887. Além da remuneração ser menor, os expostos da Santa Casa da Misericórdia contavam com condições restritas de liberdade, pois embora fossem juridicamente livres, estavam submetidos à instituição, que deveria “zelar por eles”, nos termos da documentação.²⁹⁷

A responsabilidade e a proteção da Santa Casa de Misericórdia eram muito mais complexas do que se imagina. As oportunidades oferecidas pela Mesa diretora do Asilo para as crianças e jovens que estavam sob sua proteção muitas vezes significou a inserção no serviço doméstico. No caso das meninas, estas permaneciam vinculadas à Santa Casa da Misericórdia até a maioridade ou o casamento. A exposta maior de idade poderia continuar a negociar seus

²⁹⁵ VITÓRIA, op. cit., p. 14-33.

²⁹⁶ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013, p. 31

²⁹⁷ VITÓRIA, op. cit., p. 84-87.

contratos de aluguéis para o trabalho doméstico, até que se casasse, e possuía como direito o dote.²⁹⁸

As meninas não poderiam escolher para quem prestariam seus serviços, e deveriam obedecer e permanecer todos os dias no mesmo ambiente dos patrões. Além disso, eram proibidas de realizar tarefas nos espaços públicos e, caso quisessem receber benefícios da instituição, como o dote, deveriam se casar com um pretendente aprovado pela Santa Casa da Misericórdia. Elas possuíam restrições de liberdade, que tornavam sua experiência trabalhista muito precária, demonstrando, assim, que os limites entre trabalho livre e trabalho escravo não eram fronteiras tão bem delineadas após o fim da escravidão.²⁹⁹

Tabela 3

Remuneração Estabelecida para os orfãos nos contratos de locação (1893-1904)

| Condições | 10\$000 | 11\$000 | 12\$000 | 13\$000 | 15\$000 | 20\$000 | Qualquer Valor | Sem Remuneração | Total |
|-------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------------|-----------------|-------|
| Quantidade | 19 | 1 | 38 | 1 | 17 | 3 | 21 | 6 | 106 |
| % do Total | 17,92% | 0,94% | 35,85% | 0,94% | 16,04% | 2,83% | 19,81% | 5,66% | 100% |

Fonte: Dados feitos com base no Livro de Locação de Serviços da Santa Casa da Misericórdia, no período de 1893 a 1904. AHSCMBA, Livro de Termo de Locação de Serviço, Saída dos Expostos. Salvador, 1893-1904.

É difícil observar um padrão nos ordenados recebidos pelas expostas. O que sabemos é que esse pagamento era feito a cada três meses, considerando que um terço do valor era entregue à exposta e o restante ia para a tesouraria da Santa Casa da Misericórdia, e poderia sofrer descontos caso a menor passasse algum tempo internada no Hospital da Misericórdia. O salário mais alto recebido foi o de Vicencia de Mattos, creoula, de 17 anos, que recebeu 20 mil réis. Ela deveria trabalhar na casa de seu patrão até sua maioridade, de acordo com a legislação da

²⁹⁸ A Santa Casa da Misericórdia se esforçou para estimular o casamento e compor o imaginário social sobre a mulher casada. De acordo com Alan Cerqueira (2016): “A exposta que decidia “viver por si” recebia metade do dote de casamento [...] A expressão “viver por si” significava que a mulher, uma vez desligada da proteção natural da Misericórdia, passaria a viver sem a figura do segundo protetor: o marido. Esta expressão também foi muito utilizada nas relações escravistas do século XIX. Engana-se quem pensa que essas mulheres, uma vez que tomaram seu próprio caminho, tenham sido relegadas a solidão. Aliás, o próprio Asilo reconhecía uma série de arranjos e destinos possíveis para essas mulheres”. CERQUEIRA, op. cit., p. 144-145.

²⁹⁹ VITORIA, op. cit., p. 84.

época e com a Santa Casa da Misericórdia, o que significava na maioria das vezes, até os 21 anos. O salário mais baixo foi justamente o da exposta mais velha, com 18 anos de idade, que recebeu 10 mil réis, Elisa Maria de Mattos. Um fato curioso sobre ela, é que a exposta se ausentou da casa de seu senhor Pedro Andrade Guimarães, e nunca mais retornou, perdendo, assim, o direito ao salário e ao dote.³⁰⁰

A remuneração predominante foi a de 12\$000, totalizando 38 contratos de trabalho, 36% do total analisado na amostra. Esses valores foram predominantes entre meninas de 13, 14, 15 e 18 anos de idade, o que demonstra uma ausência de padrão na remuneração recebida. A mudança de século e o passar dos anos não impactou os valores recebidos. Uma menor poderia receber, em 1893, o mesmo valor que outra em 1904.

A maior parte dos contratos estabelecidos eram remunerados, contudo, um pequeno número de contratos que determinavam "qualquer remuneração" (19,81%) e sem remuneração (5,66%) foram realizados com um pequeno número de meninas mais jovens, que confundia criação com aluguel de serviço. De acordo com Alan Cerqueira, o aluguel de serviços sem salário ocorreu de forma mais abundante entre meninos e meninas mais jovens, situação que a Santa Casa da Misericórdia encarou como uma espécie de alívio pela falta de espaço interno para mantê-los como aprendizes de ofícios. Assim como ele, não encontrei um padrão de diferenciação de salários por critérios raciais a partir do cruzamento dos contratos. Isso nos possibilita entender que uma série de outros fatores não tão objetivos determinavam a diferença salarial entre a remuneração das órfãs, como, por exemplo, as aptidões físicas, que não escapavam da narrativa dos contratos.³⁰¹

Henrique Espada Lima menciona a existência de uma reorganização do trabalho, sobretudo a partir do século XIX. As novas formas de reorganização da sociedade desafiaram as bases intelectuais, morais e econômicas da escravidão e terminaram por findá-la. A ideia de liberdade se atualiza, e se traduz em novos significados: carrega a promessa de busca por novos direitos, dentre eles o direito ao trabalho, à propriedade e à remuneração digna, uma vez que uma série de trabalhadores eram mal remunerados ou sequer recebiam por seus serviços.³⁰²

Muitas menores eram contratadas sem uma determinação da quantia que seria recebida. Essa característica da não ou má remuneração de determinadas modalidades de prestação de

³⁰⁰ Sobre isso, Alan Cerqueira escreve que “[...]as santas casas continuaram a assistir crianças pobres e abandonadas a partir do modelo religioso conventual, educando as órfãs principalmente para o trabalho doméstico e para o casamento.” CERQUEIRA, op. cit., p. 160.

³⁰¹ CERQUEIRA, op. cit., 2024, p. 86-87.

³⁰² LIMA, H. E.. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. Topoi (Rio de Janeiro), v. 6, n. 11, p. 289–326, jul. 2005.

serviço foi observada por Fabiane Popinigis, quando analisou a precarização do trabalho dos caixeiros entre o Império e a República. As condições de trabalho sem remuneração, marcaram as relações de trabalho nos oitocentos, com uma diversidade de arranjos de trabalho entre a escravidão e a liberdade.³⁰³

O trabalho não-remunerado cumpriu um papel fundamental na reorganização da economia capitalista, redefinindo os papéis de gênero e raça nos mundos do trabalho. Fabiane Popinigis e Paulo Terra demonstram que a não existência da remuneração apareceu em outros contratos de trabalho, sobretudo considerando a prestação de serviços de mulheres e pessoas negras nas últimas décadas da escravidão e no pós-abolição. Assim, em diálogo com Fabiane Popinigis e Paulo Terra, podemos argumentar que a ausência da remuneração do trabalho das crianças expostas surge muitas vezes como alternativa de manutenção do trabalhador doméstico a baixo custo.³⁰⁴

Nem sempre as condições estabelecidas nos contratos eram cumpridas. Essas situações eram reportadas à Santa Casa da Misericórdia e nem sempre os menores eram reembolsados.³⁰⁵ Muitos optaram por fugir da casa de seus locatários e aventuraram-se no mundo das ruas, ou se direcionaram a casas de familiares ou amigos feitos durante o período na Santa Casa da Misericórdia.³⁰⁶

A menor Julia de Mattos, com 14 anos, parda escura, foi ocupada em serviço doméstico em 17 de dezembro de 1898. Em seu contrato, encontramos as seguintes condições:

Ter a referida exposta ocupando os serviços requeridos recebendo a quantia de 15 mil réis, dar-lhe sustento e vestimenta deduzindo do seu salário o que for necessário, dando os devidos provimentos em caso de sustento e moléstia.³⁰⁷

Contudo, a menor ficou doente e não recebeu o socorro necessário: ela teve que retornar à Santa Casa da Misericórdia e não recebeu a quantia referente ao tempo em que prestou serviços. Este caso é interessante, mas ficou solto na narrativa. Esse caso nos revela que nem sempre os acordos estabelecidos nas relações de tutela e nos contratos de trabalho eram cumpridos, e esses fatores levaram muitas menores a abandonarem seus postos. Além disso,

³⁰³ POPINIGIS, F.. "Todas as liberdades são irmãs": os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o império e a república. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 29, n. 59, p. 647–666, set. 2016.

³⁰⁴ POPINIGIS, F.; TERRA, P. C.. CLASSE, RAÇA E A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL (2001-2016). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 32, n. 66, p. 307–328, jan. 2019.

³⁰⁵ AHSCMBA, Livro de Termo de Locação de Serviço, Saída dos Expostos. Salvador, 1893-1904.

³⁰⁶ AHSCMBA, Termo de Locação da Exposta Julia de Mattos. 17 de dezembro de 1898, Salvador, Bahia.

³⁰⁷ Ibid.

não permitiam violência física, porém, as menores poderiam deixar de receber o salário acordado, ou até mesmo ser expulsas da instituição, sem direito ao dote. O salário recebido era ajustado com o mordono, e poderia variar conforme a habilidade da jovem e sua idade.³⁰⁸

A má ou ausência de remuneração foi uma característica presente nas relações de trabalho doméstico das meninas. Discutir esses aspectos demonstra uma das faces da precariedade dessa experiência trabalhista. Para conseguir a mão de obra delas, muito foi prometido: vestimenta, alimentação, educação e pequenos ordenados. As famílias das pequenas trabalhadoras muitas vezes apostaram nessas promessas como uma possibilidade de conseguir uma vida melhor para suas filhas. No entanto, esses acordos nem sempre foram cumpridos.

2.4. Denúncias de Importunação Sexual

Maria, a minha gentil creadinha de olhos graciosos e vivos, penetrantes e lindos, com a tez aveludada, fina e de cor de jambo, ostentando olhos pretos, lábios de maçã e madeixas negras e belas, no verdor dos anjos, a morena faceira e esbelta domina o homem, reduzindo-o a simples escravo de seus caprichos. A morena, assim desse jeito, é um satanismo formidável, leva sua vítima a borda de abismos insondáveis. Como se livrar o homem do diabrete que lhe sorri, sedutoramente, mostrando dentes eburneos entre grossinhos lábios rosados? Prodigio, milagre de sedução...ela tenta um frade de pedra...E que encerra a meiguice nos olhos negros e fascinantes, sabe amar como sabe matar o incauto, que, inconscientemente, cai nas malhas de suas carícias formidavelmente tocantes. Ah, morena! Tens os encantos de Venus e os artificios de um demo. Ao ver uma jovem morena, correrei, como infeliz alucinado, temendo o subtil veneno dos seus olhos satânicos.³⁰⁹

A violência sexual foi uma característica que marcou certas trajetórias de meninas trabalhadoras domésticas. As meninas trabalhadoras estavam sujeitas a abusos sexuais de seus patrões, e isso pode ser verificado nos textos, poemas e charges veiculados na época, como este texto acima, retirado do jornal *A Flor*. A criada, identificada como “morena”, possui características descritas a partir de uma ótica sexualizada e idílica.³¹⁰

A sociedade colonial, imperial e patriarcal, ao mesmo tempo em que reprimia a atividade sexual das mulheres brancas, incentivou os homens brancos desde cedo a exercer uma sexualidade agressiva. Deste modo, era necessário que outras mulheres negras estivessem

³⁰⁸ VITORIA, op. cit., 2017.

³⁰⁹ *A Flor*, 24 de dezembro de 1923, p. 2.

³¹⁰ Alan Cerqueira, ao analisar textos humorísticos veiculados no final do século XIX sobre as criadas, destaca que “Os textos humorísticos são, muitas vezes, formas de expressar fatos considerados tabus. Os abusos sexuais ou relações consentidas entre patrões e suas empregadas domésticas eram recorrentes.” CERQUEIRA, op. cit., 2024, p. 52.

disponíveis aos desejos sexuais dos homens e isto transformou as criadas em um grande atrativo para eles, tanto para os jovens que estavam iniciando a vida sexual quanto para os chefes de família que buscaram fugir da vida conjugal.³¹¹

Quando analisou a presença de trabalhadoras domésticas na literatura, Maciel Henrique Carneiro Silva destacou que elas eram representadas como objeto de cobiça sexual por parte dos seus patrões. Quase sempre o senhor era, também, aquele que usufruía fartamente do sexo com as trabalhadoras: o “chic” era gastar com as estrangeiras, mas deflorar as “mulatas”. A figura da “mulata” era, para os literatos, um fetiche sexual: após um dia cansativo de trabalho, elas buscavam se divertir, e despertavam a cobiça inter-racial de seus patrões. Nas canções pós-abolicionistas, Maciel Henrique Silva destacou que as mulatas eram as preferidas dos jovens abastados.³¹²

Nos olhares dos literatos, as mulheres negras eram descritas como promíscuas, exuberantes, grotescas, sem apego aos seus parceiros e filhos. A construção dessas imagens estereotipadas cumpriu um papel funcional de reprodução da escravidão, e essa desumanização das mulheres negras, o aluguel e a venda de puérperas para amamentar os filhos e o abuso sexual eram justificados pelas elites e literatos da época.³¹³ Não significa afirmar que as narrativas foram responsáveis pelos abusos e violações das trabalhadoras, mas ambas foram nutridas e alimentadas por imaginários que as normalizaram e as tornaram possíveis.³¹⁴

O historiador Robert Slenes analisou os estereótipos sobre a sexualidade africana presentes no período escravocrata, verificando que a ideia de licenciosidade sexual nas senzalas alimentava o estereótipo de um desregulamento sexual entre os cativos. O autor identificou a existência de uma concepção de não-existência de conduta sexual entre os escravizados. Contudo, Slenes argumenta que, sim, existiram famílias escravas, baseadas em casamentos estáveis. A organização dessas famílias eram formas de resistir à dominação dos fazendeiros, facilitando, inclusive, a acumulação de algumas quantias.³¹⁵

De acordo com Maria Aparecida Prazeres Sanches, as “escapadas nortunas” aos quartos das empregadas, bem como as apalpadelas durante o serviço, além de falsas promessas de

³¹¹ SANCHES, op. cit., 1997; DAMASCENO, Karine. *Mal ou bem procedidas: Transgressões de regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, Bahia, 1890 - 1920*. EDUFBA, Salvador, 2022, p. 137.

³¹² SILVA, op. cit., 2013, p. 116-192.

³¹³ CANDIOTI, Magdalena. As últimas escravas: negociações e estratégias de liberdade na trajetória de mulheres. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Silva Felix Airton. *Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero, corpo, memória e trabalho*. Nome da cidade vem primeiro Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: São Paulo, 2023, p. 41.

³¹⁴ CANDIOTI, op. cit., 2023, p. 54.

³¹⁵ SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 203.

casamento eram práticas que marcaram a relação entre senhores e trabalhadoras no contexto do pós-abolição.³¹⁶

O processo de escravidão no Brasil foi profundamente marcado pelo estupro de mulheres escravas pelos senhores.³¹⁷ A lógica de disponibilidade do corpo das mulheres negras, fortalecida pelo racismo científico, permeneceu presente no imaginário das classes dominantes em relação às trabalhadoras domésticas livres.³¹⁸

Em sua dissertação de mestrado, Sanches analisou 92 processos de defloramento que envolviam empregadas domésticas. Desse total, 16 processos constituíam casos de estupro – em 10 a autoria era dos próprios patrões ou outros residentes da casa. Os casos de estupro envolvendo meninas eram conduzidos, muitas vezes, como defloramento. Na maioria das vezes, a setença determinou a não-punição do acusado, uma vez que, para muitas menores, provar sua menoridade era difícil devido ao fato de não possuírem documento de identificação. Além disso, muitos acusados utilizaram como argumentos para desqualificar a vítima o fato de as meninas não serem recatadas, de frequentarem festas e terreiros de candomblé, como o caso de Joana, trabalhadora doméstica, que, apesar de alegar ter sido estuprada, teve seu processo executado como defloramento e terminou por não ganhar a causa.³¹⁹

Sobre as violações sexuais sofridas pelas menores trabalhadoras, Martha Abreu Esteves destacou que muitas vezes as meninas se tornaram, mais que os acusados, o centro de análise dos julgamentos. Muitas vezes, os comportamentos delas foram analisados com base nos argumentos produzidos pelo cientificismo e pela jurisdição do período, que, mediante uma análise minuciosa de sua conduta, a classificava como honesta ou não. É interessante destacar que a rua, já no século XIX, não deveria ser visitada pela mulher considerada higienizada: a casa em que ela morava deveria ser fechada e ela deveria ter poucos contatos com o exterior. O lazer, bem como o trabalho, deveria ser condicionado ao ambiente residencial. O horário, o destino, a companhia e o trajeto eram grandes referenciais que recaíam sobre a mulher.³²⁰

As meninas negras, devido a sua necessidade de trabalhar, de sua rotina, de seu lazer, eram, muitas vezes, consideradas como irresponsáveis pelas instituições, logo, suas declarações jamais teriam o mesmo peso do que as de seus senhores, que, dificilmente eram punidos por

³¹⁶ SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico*. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1998, p. 107-108.

³¹⁷ SOARES, Bruno Henrique. *Norma e transgressão: mulheres livres, libertas e escravas e os crimes sexuais no oitocentos (São Paulo 1830-1888)*. 2019. São Paulo: UNESP, 2019. p. 54.

³¹⁸ Ver: DAMASCENO, Karine Teixeira. *Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressões das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas-SP, 2011.

³¹⁹ SANCHES, op. cit., p. 57.

³²⁰ ESTEVES, op. cit., p. 47.

comportamentos considerados imorais. Ainda que existisse a possibilidade de que os crimes de importunação sexual tivessem ocorrido, dificilmente magistrados e delegados dariam causa ganha a uma trabalhadora doméstica, menor de idade, em contraposição aos homens “bem-casados” que, às vezes, pertenciam ao segmento social de que eles próprios eram membros.

Defloramentos, castigos físicos e psicológicos, estupros, conflitos, tensões, e uma série de outras práticas fez parte do cotidiano das trabalhadoras domésticas. Também Karine Damasceno e Maciel Henrique Carneiro da Silva dissertaram sobre a negação da infância e a lógica de disponibilidade do corpo das trabalhadoras domésticas em seus diferentes contextos de trabalho. Sendo assim, o assédio sexual, juntamente com a acusação de furtos e a exploração além dos limites de horários, eram formas de precarização desta modalidade de serviço e uma tentativa de discipliná-las.³²¹

Os assédios direcionados as trabalhadoras domésticas estavam presentes nas obras literárias. Em *Jana e Joel*, obra já analisada, a relação entre os empregados da casa de sua patroa, a Madrinha, com Jana, é descrita, a princípio, como uma relação conflituosa, apelidando-a como “tabaroa”: “riem-lhe a face, dão-lhe conversa para desembaraçá-la, e a cada gracejo que espouca fuzila um relâmpago de ódio nos olhos verdes, que apesar disso têm mais graça que maldade”³²².

O motivo descrito pelo narrador para Jana ser tratada desta forma é o fato de que o patrão, esposo da Madrinha, dirige a ela olhos “piscos” e maliciosos – suposta inclinação, fato este que teria despertado inveja nas outras trabalhadoras. “(...) flor trivial, muito vista na ilha, como a saxifraga das suas ribanceiras, mas rara aqui, rara e talvez enfiada pela pompa das rosas cultivadas nos canteiros”³²³ assim se refere a Jana o chefe da família “(...) quando, à luz do gás, descobria o perfil esquivo da ilhoa (...)”³²⁴. Tais investidas e o julgamento dos outros empregados, sobretudo a cozinheira que se referiria a Jana como “(...) gente sonsa”³²⁵ fizeram com que a ilhoa se isolasse ainda mais no jardim: “(...) dava de viver seus dias nessa prisão, com as flores e as aves; daí ao menos podia respirar o eflúvio que vinha do mar, talvez passando pelos cajueiros e as ondas de sua ilha de Ponta de Nossa Senhora”³²⁶.

Diante das situações de importunação provocadas por seu patrão, Jana se isola cada vez mais nos jardins. Contudo, é após a morte de sua avó e, pouco tempo depois, a de seu pai, que

³²¹ SILVA, op. cit., 2016; DAMASCENO, op. cit., 2022.

³²² XAVIER, Marques. *Praieiros*. São Paulo: GRD, 1983, 66.

³²³ MARQUES, 1983, 66.

³²⁴ MARQUES, 1983, p. 68.

³²⁵ MARQUES, 1983, p. 68.

³²⁶ MARQUES, 1983, p. 68.

ela conquista o direito de ir até a praia acompanhada pela criada de engomar, que “(...) ficava de plantão, esperando que ela acabasse das demoradas imersões e natações.”³²⁷ Certa vez, enquanto tirava o vestido preto de luto e vestia os calções, Jana ouviu passos próximos que julgou ser da criada e foi surpreendida pelo seu patrão: “ela soltou um grito de raiva pudica, e trêmula, atarantada, acabando o toalete, correu pelo portão fora para acalmar nas águas frias a sua indignação”.³²⁸

Infelizmente, a menor Maria Margarida Telles não conseguiu fugir, como a personagem Jana dos assédios de seu patrão. Aos 10 anos da idade, a menina, descrita como parda e de cabelos encrespados, acompanhava sua mãe nos trabalhos domésticos na casa de Satyro José dos Santos. No dia 12 de agosto de 1915, ele agarrou e estuprou a menor Maria Margarida Telles e a abandonou. Após a mãe encontrá-la, ela prestou uma queixa na polícia, e o patrão dela foi preso. O título da matéria demonstra o quanto essa prática era condenada: “Uma Besta Fera – Num requinte de perversidade violenta estupidamente uma menor– o bruto é casado e tem duas amantes.” Apesar de não ser identificada como trabalhadora doméstica pela notícia, a menor acompanhava sua mãe no serviço, portanto, é possível supor que ela desempenhasse pequenas atividades na casa juntamente com sua mãe.³²⁹

Imagem 6.

Menor Maria Margarida, subdelegado, policial que prendeu o infrator e o patrão de sua mãe

³²⁷ MARQUES, 1983, p. 76.

³²⁸ MARQUES, 1983, p. 77.

³²⁹ A Notícia, 12/08/1915; p. 1.



Fonte: Jornal a Notícia, 12 de agosto de 1915.

Na Imagem 6, observamos, a esquerda da menor Maria Margarida, o subdelegado da Plataforma, o patrão da mãe de Margarida e o policial que o prendeu. A mãe dela, descrita como “uma pobre senhora” pela redação do jornal *A Notícia*, encontrou sua filha abandonada e “sofrendo das faculdades mentais”. A redação nos sugere que a suposta condição de “loucura” da criança é uma consequência do abuso sofrido. Se o estupro levou a menina a desenvolver algum transtorno psíquico, as limitações do jornal e da narrativa da notícia não nos permitem perceber, mas, é possível supor que, pela descrição da notícia, as violações sexuais e outras agressões que eram praticadas pelas senhoras, senhores e seus filhos, possuíam inúmeras consequências para as pequenas trabalhadoras, incluindo sua saúde mental e psíquica.³³⁰

³³⁰ Ibid.

A cidade de Salvador convivia tanto com a loucura quanto com a mendicância. De acordo com Patrick Moraes Sepulveda, a loucura ganhou destaque nos primeiros anos do século XX, período em que foi sancionada Lei de Assistência aos Alienados. A loucura passou a ser, desde então, uma doença presente na sociedade republicana, e coube à psiquiatria construir intervenções para a assistência terapêutica desses indivíduos. Acrescentando, também, as contribuições de Venetia Rios, entendemos que a figura do “louco urbano” rapidamente foi construída pela medicina como um elemento perigoso.³³¹

No Brasil, a preocupação com a loucura nas ruas foi uma característica de meados do século XIX até o pós-abolição. Esse tema preocupava as instituições que tinham como missão formentar e disseminar as modernas noções de ciência. O debate sobre a loucura surgiu em muitas vezes atrelado ao espaço público, realizado no interior da corporação médica, dentro de uma agenda que incluía os esgostos, o ordenamento do espaço público, das habitações das classes pobres, da prostituição, da higiene, e, em suma, da modernização das cidades. Diversos médicos, jornalistas e juristas começaram a se movimentar em torno de uma questão que incomodava a vida na cidade, que era a presença dos loucos, alienados, mentecaptos e maníacos que vagavam pelas ruas de Salvador, e provocavam constrangimento das autoridades políticas e médicas devido à situação deplorável em que estavam submetidos.³³²

A historiografia tem demonstrado que meninas poderiam sofrer todo tipo de violência e assédio sexual nas casas em que trabalhavam. A naturalização dessa violência fez com que muitos processos fossem arquivados. O caso de Maria Margarida demonstra que as famílias, apesar de todo o contexto de precariedade que envolvia esse trabalho, foram importantes aliadas na denúncia dos casos de abusos.³³³

Em 1892, o médico Nina Rodrigues, que posteriormente se tornou famoso pelos estudos sobre os africanos na Bahia e as teses sobre o racismo científico, publicou na *Gazeta Médica de Notícias* um manual sobre como proceder em casos de defloramento que levavam ao desenvolvimento de vulvo-vaginite. O texto, originado de uma conferência feita na Faculdade de Medicina da Bahia, tinha como objetivo alertar a sociedade para casos de corrimento em meninas:

³³¹ SEPÚLVEDA, P. M. (2020). Sob a ordem do progresso: a construção do imaginário social soteropolitano sobre a criminalidade a partir do discurso médico. *Revista Espacialidades*, 16(2), 289–307. <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2020v16n2ID20297>.

³³² CUNHA, Maria Clementina. Cidades da ordem. A doença mental na República. In: *Cidadelas da ordem e Outros Escritos*. 2022, UNICAMP: 1 Edição, São Paulo.

³³³ Ver: PEÇANHA, op. cit., 2018; BARRETO, op. cit., 2018; SILVA, op. cit.; 2023; DAMASCENO, op. cit.; 2022; LIMA, Tatiana Silva de. “Crias da casa, domésticos e servos: Interfaces dos mundos do trabalho no Recife de 1837 a 1870”. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/eventos/historias-do-trabalho-no-sul-global>. Acesso em: 08 jun 2023.

As ninfas, a origem da vulva e o meato urinário acham-se em estado de inflamação e deixam correr materia purulenta. A roupa de cama fica impregnada dela. De tempos a tempos acontece que uma mulher nervosa se alarma com esta descoberta e suspeita que sua filha tem procedido mal; vai procurar um médico que, por infelicidade, pode não conhecer a moléstia de que vos falo e que dirá: vossa filha tem um corrimento. Posso vos garantir que muita gente tem sido enforcada por causa de um mal entendi d'estes. Vou contar-vos o que acontece em tais condições. A mãe volta à casa e diz á filha: Quem brincou comigo? Quem te sentou no colo ultimamente? A criança responde em sua inocência: Ninguém, mamãe, ninguém, eu te asseguro. A mãe então: Oh não digas essas mentiras, te castigarei se continuar. E então a criança é forçada a confessar o que nunca se deu, para se livrar do castigo: diz por fim: fulano me tomou no colo. O indigitado é interrogado e nega.³³⁴

Para exemplificar o caso, Nina Rodrigues descreve o seguinte caso:

[...] a lavadeira de uma casa de família notou que as camisas de uma criadinha apresentavam manchas que ela suspeitou serem de esperma, e comunicou o ocorrido a família na suposição de que se tratava de um defloramento. Ora, com isto coincidiu o fato de apresentar a criança um estado evidente de inflamação das partes sexuais com engorgitamento doloroso dos ganglios da virilha, dificultando sobremodo a marcha. Nestas condições, a menina é levada a dois médicos que a examinam e declaram que se achava, de fato, deflorada e que o corrimento se ligava a uma vulvite traumática.³³⁵

Após ser submetido a menina a um interrogatório, a criada acabou confessando ter sido vítima de um atentado ao pudor. Contudo, a menina morava na casa em que trabalhava, e, como não havia saído da residência em que trabalhava nos últimos tempos, culpou-se o filho do dono da casa, que prontamente tentou evitar que ela realizasse a queixa na justiça, por se tratar de uma pessoa influente na localidade. A polícia procedeu com a investigação, e os peritos não souberam afirmar se se tratava de um caso de defloramento ou não. Foi feito um novo exame de delito que constatou que houve, de fato, defloramento. Os patrões da menina exigiram dois novos exames com o Dr. Climerio d'Oliveira, professor de clínica obstétrica e ginecológica da Faculdade de Medicina, que concluiu que a menina possuía o hímen rompido.³³⁶

Para o Dr. Nina Rodrigues, tratava-se de um erro grosseiro afirmar um defloramento num caso em que isso não ocorreu, e o motivo disso seria o desconhecimento da classe médica da natureza e do valor médico-legal das vulvo-vaginites assim como da “sugestibilidade

³³⁴ Gazeta Médica da Bahia, 29/08/1892, p. 110.

³³⁵ Ibid.

³³⁶ Ibid.

especial da infância”. Muito embora três exames realizados por diferentes médicos tenham constatado o rompimento do hímen, Nina Rodrigues pareceu obstinado em provar a inocência do referido culpado, associando o caso a uma suposta infecção de vulvo-vaginite.

Ao narrar minuciosamente o caso, Nina Rodrigues descreve a uma série de exames diagnósticos aos quais a menina foi submetida, e ela, na narrativa, aparece como um personagem sem voz e sem vontade. Em alguns momentos, parecia que ela estava conformada; a sua condição de criada pode ter sido mais um fator para seu silêncio, considerando que a autorização para todos os procedimentos não dependeu dela, e sim de seus patrões. Devemos considerar que o médico tinha liberdade de fazer diagnósticos através da declaração dos sintomas pelos pacientes, o que demonstrava a necessidade de uma relação de confiabilidade entre o paciente e o médico.³³⁷

O estudo do Dr. Nina Rodrigues não fez qualquer menção acerca da possibilidade de a doença haver sido contraída pela exploração sexual que a criada e muitas outras sofriam nas mãos de seus próprios patrões. Em São Paulo, Luís Ferla demonstrou que as trabalhadoras domésticas eram submetidas a exames ginecológicos juntamente com uma série de outras atribuições da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia afim de detectar alguma doença. As doenças ginecológicas e a "rotura de períneo" representavam uma ameaça às famílias paulistas, eram uma tragédia sanitária; muitas foram diagnosticadas com sífilis. Ninguém cogitava, contudo, que essas doenças poderiam ter sido contraídas também por meio de abuso de seus próprios patrões.³³⁸

As doenças que estavam ligadas ao aparelho reprodutor da mulher – consideradas como as doenças de senhoras - biologizavam uma série de funções do corpo feminino e do cotidiano das mulheres. Tratando-se dessas doenças, devemos pensar também em todos os aspectos morais que revestiam o corpo feminino: um grupo de médicos no século XX promoveu um intenso debate público sobre a domesticidade e a inferioridade das mulheres, sobretudo das negras, contribuindo para que o corpo feminino se tornasse objeto de um discurso normativo altamente eficiente, consolidando, assim, a medicina como poder político de primeira linha na construção de instituições modernas. No caso acima, muito embora a investigação tenha seguido a linha de que a menina foi abusada, o que importava, no fim, era o julgamento do Dr.

³³⁷ SILVA, op. cit., p. 58.

³³⁸ FERLA, op. cit., p. 10.

Nina Rodrigues, isto é, a menina não foi deflorada e apresentava um caso de vulvo-vaginite, muito embora em sua própria declaração ela tivesse admitido o abuso.³³⁹

Além dele, uma série de outros doutores da Faculdade de Medicina se dedicaram a estudos sobre a mulher, não apenas nos debates clínicos, mas também promoveram teorias sobre a natureza feminina e suas especificidades, construindo regras, normas e uma nova ordem social, no que se refere ao gênero, a raça e as estruturas de classe.³⁴⁰

Merece ser citado, também, o rapto de uma menor por um jovem de “vinte e poucos anos”, o Manuel Valentim. A menina, que não tem nome mencionado na matéria, é descrita como lavadeira, parda, e sua idade não é informada aos leitores do *Jornal de Notícias*. Durante o exercício de seu trabalho, ela foi raptada e forçada a estar em companhia do rapaz. As autoridades da freguesia de Santo Antonio se prontificaram em resgatar a menina, porém, a redação do jornal solicitou que a menor continuasse em “lua de mel” com seu raptor, descrito como um homem muito bonito.³⁴¹

A redação da notícia demonstrou uma série de representações que forjaram as meninas negras como seres de sexualidade indomável, irresistível, logo, até mesmo em casos de abusos sexuais e raptos, encontramos a legitimação de violências e violações.³⁴² Como parte de uma ideologia generalizada de dominação, as imagens estereotipadas da condição das meninas assumem um significado importante na sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX. Definir e fixar valores sociais foi uma importante estratégia de manutenção de desigualdades e opressões muito usada naquele momento. Ao associar a loucura e sexualizar esses corpos, a sociedade brasileira, ao construir essas visões de sociedade durante o século XIX e no pós-abolição, acabou por contribuir para a novas práticas de violência desses corpos.

2.5. Castigos Físicos e Acidentes de Trabalho

Na manhã de 21 de novembro, no ano de 1891, um caso chocou os moradores da cidade de Salvador. Uma menor de dez anos, descrita como “negrinha”, cujo nome não nos é informado, passeava com o filho de sua patroa quando foi atacada por uma porca faminta, que imediatamente a derrubou no chão e começou a devorá-la. Um viajante passava pelo local e

³³⁹ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 152.

³⁴⁰ Ibid, p. 47.

³⁴¹ COLLINS, Patricia Hill. *Trabalho, família e opressão das mulheres negras*. In: COLLINS, Patricia Hill. *COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990], p. 105.

³⁴² Ibid, p. 117.

conseguiu afugentar o animal com tiros de pistola, porém era tarde demais: a menina estava morta.³⁴³

Não é raro encontrar casos de acidentes e ferimentos envolvendo trabalhadoras domésticas durante a prestação de seus ofícios. De fato, a historiografia vem demonstrando que uma criada precisava ter uma série de cautelas e cuidados com relação aos afazeres numa casa. Quase sempre lidaram com um contexto de perigo que poderia se converter em graves acidentes, como ocorreu com a menor Maria Margarida que, ocupada na função de cozinheira, foi queimada pelas chamas do fogão após um descuido com o álcool.³⁴⁴

A profissão de cozinheira exigia diariamente o manuseio de fogões e fornos à lenha.³⁴⁵ Apesar da atuação de empresas de energia na transformação do ambiente doméstico, sobretudo no espaço da cozinha, o fogão nos moldes sanitários e higiênicos ainda era uma realidade distante para as famílias soteropolitanas. O discurso médico, incorporado por engenheiros, arquitetos e autoridades públicas estavam presentes no discurso publicitário, associando o fogão a gás com higiene e asseio. O papel da cozinheira era decisivo no uso adequado do fogão e na escolha do cardápio.³⁴⁶

De fato, a busca por cozinheiras movimentou os anúncios de jornais pós-abolicionistas:

Precisa-se de creadinha de cor, honesta, para ajudar na cozinha e em outros trabalhos domésticos. Tratar no alambique do Porto do Bonfim. Diário de Notícias (Bahia), 10 de novembro de 1904.

Procura-se uma menor que seja só para cozinhar e lavar. Informações neste diário. Cidade de Salvador, 19 de novembro 1897.

Procura-se menina que cozinhe e engome bem e que durma em casa. Rua de baixo (Carlos Gomes), n. 53, 1 andar. Jornal de Notícias, 26 de janeiro de 1898.

Apesar dos perigos constantes, as meninas precisavam desempenhar diversos afazeres em uma casa de família. Uma das marcas da precariedade do serviço doméstico eram as lesões

³⁴³ *Pequeno Jornal*, 21 de novembro de 1891.

³⁴⁴ *Correio do Brasil*, 20 de julho de 1915.

³⁴⁵ BARRETO, op. cit., 2018.

³⁴⁶ SILVA, J. L. M. DA. Transformações no espaço doméstico: o fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 15, n. 2, p. 197-220, jul. 2007.

corporais. A partir do grau de exposição aos seus ofícios, é possível traçar um paralelo entre lesões, atividades perigosas e manuseios de determinados objetos.³⁴⁷ Não apenas o manuseio do fogo foi a causa de muitos acidentes nessa modalidade de trabalho, mas também o manuseio de determinados instrumentos, que foi o caso de óbito da menor de 17 anos Maria Saturnina d'Oliveira, de cor preta, solteira, cozinheira, natural desse estado, que foi ferida por objeto cortante.

O trabalho de costura, que também era considerado um ofício doméstico, foi a causa de muitas trabalhadoras se ferirem, como foi o caso da menor Virginiana Maria da Conceição, parda, de 10 anos, que adentrou o Hospital Santa Izabel em 27 de dezembro de 1904 após se ferir enquanto costurava as vestimentas de seus patrões na casa em que prestava serviços domésticos.

As atividades de costura exigiam muita especialização. Justamente por isso, existia uma demanda muito alta por quem executasse esse serviço, que envolvia não apenas as residências, mas hotéis, restaurantes e cafés. Quando estudou o trabalho escravo, Luis Carlos Soares demonstrou que essa função era muito valorizada entre os serviços desempenhados pelas escravas domésticas. Nesse contexto, além de confeccionarem roupas para seus senhores, é possível que as costureiras como Virginiana fizessem roupas para outros criados e, em caso de necessidade, poderiam ser vendidas ou alugadas para modistas por um bom valor. Contudo, o surgimento de lojas de modistas e crescimento do setor de vestuário fez com que habilidades que antes eram caracterizadas como serviço doméstico fossem registradas em outras categorias. Ainda assim, encontramos nos jornais uma busca de trabalhadoras domésticas que soubessem tal ofício³⁴⁸:

AMA procura-se uma menina para cuidar de creanças e que saiba costurar. *Jornal de Notícias*, 30 de março de 1892.

COSTUREIRAS Na Fábrica de calçado na Plataforma recebem-se meninas que saibam coser bem em machina de mão. *Jornal de Notícias*, 16 de março de 1891.

³⁴⁷ BARRETO, op. cit., 2018.

³⁴⁸ SOARES, Luis Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007.

Não podemos deixar de mencionar, também, a busca por costureiras na Santa Casa de Misericórdia. Em 22 de dezembro de 1898, a menor Alana de Mattos, de 14 anos, cor parda, foi locada para serviços domésticos por Joaquim Pereira. Como condição, seu patrão deveria, até a maioridade da menina, ter a referida exposta ocupada em serviço doméstico recebendo a quantia de 15 mil réis, dar-lhe sustento e vestimenta devido e deduzindo do seu salário o que for necessário para seu sustento. Além disso, ela deveria executar trabalhos de costura. Uma nota na documentação revela que ela foi rejeitada pelo contratante e retornou à Santa Casa da Misericórdia três meses após ser contratada. É possível supor que Alana de Mattos não tenha sido considerada especializada no serviço requerido, sobretudo, considerando o alto grau de exigência demandado no ofício de costura.³⁴⁹

O caso de Alana de Mattos demonstra uma outra face da precariedade do trabalho doméstico, que eram os conflitos envolvendo patrões e empregadas. Intitulada “Entre Patroa e Empregada - Agressão”, uma matéria no periódico *A Notícia* descreve a seguinte cena:

Isabel Padilha, viuva, cor parda, moradora do largo do Moura n. 5, tem como lavadeira a menor Maria da Conceição, de cor preta. Ontem esta, por sido admoestada pela patroa, agrediu-a com um vidro, ferindo-a no braço esquerdo e nas costas. O fato foi levado ao conhecimento da polícia do 5 distrito, que abriu inquérito a respeito, fazendo notificar Isabel a respeito. Maria apresentava um ferimento na cabeça produzido por estilhaços de vidro.³⁵⁰

Notícias de agressão envolvendo menores e seus patrões não foram casos isolados e não ficaram limitados aos jornais. Diversos inquéritos policiais e processos foram movidos e demonstram o cotidiano nos menores de idade e a condição de tutelados nas casas em que residiam. Em 14 de novembro de 1904, a menor Maria Theodora Albuquerque denunciou seu tutor sob a acusação deste não lhe oferecer alimentação, vestimenta e remédio como prometido na presença de sua família.³⁵¹ Assim como ela, Leopoldina Maria Moreira, 16 anos de idade, cor parda-escura, obteve ajuda dos seus familiares para denunciar os maus tratos cometidos pela sua tutora.³⁵² Na documentação não encontramos informações sobre seus pais, apenas sobre seu irmão, Antonio Cassiano Moreira, que denunciou José Belmiro, tutor de Leopoldina. De acordo com o inquérito estabelecido, ela alegou que não recebia vestimenta e calçados como

³⁴⁹ SOARES, op. cit., 2007.

³⁵⁰ Diário de Notícias, 16 de novembro de 1910.

³⁵¹ PETIÇÃO de tutoria de Maria Theodora Pedrosa de Albuquerque. Salvador, 31 de outubro de 1908. Localização: 01/15/61.

³⁵² PETIÇÃO de tutoria de Maria Theodora Pedrosa de Albuquerque. Salvador, 31 de outubro de 1908. Localização: 01/15/61.

combinado pelos serviços domésticos prestados, e, além disso, era agredida pela cônjuge de seu tutor.³⁵³

Muitas vezes as relações entre as meninas e seus patrões eram macarcadas por métodos disciplinares bastante cruéis, que envolviam castigos rígidos e espancamentos. Quando analisou a Santa Casa da Misericórdia, Alan Cerqueira demonstrou que esses métodos disciplinares também estavam presentes no asilo. O Mordomo dos Expostos poderia repreender verbalmente as crianças que não se comportavam bem, punindo, assim, o mau comportamento dos menores. Sendo assim, considerando que a instituição cumpriu um importante papel no direcionamento da infância pobre e desvalida para o mercado de trabalho, acreditamos que ela também foi fundamental para a construção de uma nova lógica de controle e precarização nos mundos do trabalho.³⁵⁴

³⁵³ ENTREGA da menor Leopoldina Maria Moreira, petição de Antonio Cassiano Moreira. Salvador, 12 de fevereiro de 1906. Localização: 70/2514/01.

³⁵⁴ CERQUEIRA, op. cit., 2016.

3. DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS

Demonstramos no capítulo anterior que diversos segmentos da sociedade possuíam uma série de expectativas sobre as trabalhadoras domésticas. Podemos afirmar que esse ideal estava muito distante das experiências das meninas de carne e osso que protagonizaram fugas, denunciaram seus tutores, e, num gesto extremo, tiraram sua própria vida. As meninas trabalhadoras, em sua pluralidade de classe e raça, reinventaram os padrões de comportamento, adaptando certos valores de acordo com a sua necessidade.³⁵⁵

Nos textos do jornal *Gazeta Médica da Bahia*, as menores são retratadas como sujeitos passivos; elas não possuem voz, e, por vezes, parecem assistir passivamente as investidas científicas, como se a relação médico-paciente não fosse marcada por tensionamentos e conflitos. Nessa mesma linha, os contratos de trabalho, embora institucionalizassem a exploração da mão de obra infantil, não apresentaram o “outro lado da moeda”, isto é, os descontentamentos com as condições de trabalho estabelecidas.³⁵⁶

Esse silenciamento não significa que, de fato, gestos de desobediência não tenham ocorrido. Muito pelo contrário: os jornais e os processos cíveis do período pesquisado demonstram que muito foi feito em prol da liberdade. A fuga, entendida como um abandono do trabalho, foi um dos meios mais comuns, e as razões para que ocorresse foram diversas; geralmente, estavam relacionadas aos maus tratos e aos excessos de trabalho. Esse gesto extremo, além de significar um mau exemplo à sociedade, também representava prejuízos econômicos para os patrões e instituições.

O estudo desses casos nos permitiu identificar qual o lugar que as meninas ocupavam dentro da sociedade, suas características, suas relações construídas, os vínculos com seus familiares, amigos e relacionamentos amorosos, bem como os lugares em que elas circulavam,

³⁵⁵ Em *Meninas Perdidas*, Martha Abreu Esteves demonstrou que os discursos de advogados em processos criminais de estupro, defloração e outros crimes sexuais buscaram a associação de normas e patologias morais, que estabeleceram padrões de honestidade e feminilidade. Ver: ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1989. Ver, especialmente capítulo 1: Pensamento e prática jurídica em relação aos crimes contra a honra das famílias: difusão de normas e marginalização de comportamentos, p. 42.

³⁵⁶ Em sua dissertação de mestrado, Caroline Santos Silva escreve sobre a relação médico-paciente presente nos anúncios. Em síntese, as mulheres apresentadas pareciam não interferir nas intervenções e diagnósticos médicos, sobretudo as escravizadas, devido ao medo de represália de seu dono, entre outros. Isso não excluiu o fato de que, em certos casos, elas possam ter reagido, sobretudo tratando-se de que a medicina no período escravista era ainda experimental, e certos erros causaram, inclusive, a morte de alguns sentimentos, e eram admitidos sem maiores constrangimentos por representarem “um mal necessário” para o desenvolvimento da ciência”. Ver: Silva, Caroline Santos. “Decifra-me ou devoro-te”: a “patologização” do corpo feminino nas páginas da *Gazeta Médica da Bahia*. In: _____. Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da obstetrícia e ginecologia em Salvador (1876-1894). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2001. p. 54-68.

seus pensamentos, entre outros aspectos. Essas características presentes nos anúncios de fuga, descritas pelos patrões, demonstram valores e costumes de determinados segmentos da sociedade. Embora a "vida" das meninas esteja regulamentada pelos contratos de tutela e de soldada, pelas orientações médicas e jurídicas, ou pelos acordos informais entre a família delas e os patrões, elas fugiam, denunciavam e até arriscavam a própria vida. Isso revela uma contradição nas relações de trabalho estabelecidas no período do pós-abolição: quando elas fugiam, provocavam um desarranjo na sociedade e se constituíam como sujeitos ativos, elaborando sua própria experiência, a partir de seus gestos de desobediência. Percebemos, nos documentos, a necessidade que havia de descrevê-las, de singularizá-las, de contê-las.³⁵⁷

3.1. Meninas fugitivas

Notadamente exasperado, o sr. Emílio Cabral, apelidado de Coronel, compareceu ao 50º Batalhão de Caçadores da cidade de Salvador afim de comunicar ao dr. Alvaro Cova, chefe de polícia e seu amigo, o desaparecimento da tutelada Carmen de sua residência, no dia 24 de fevereiro de 1913. *Petite*, como apelidou-a seu tutor, havia fugido de casa e deveria ser prontamente capturada, afinal, de acordo com o Coronel, a menina parda, de 11 anos e de cabelos “carapinhados” era “chêia de corpo” e de boa aparência, fato este que representava um risco para sua integridade moral e física, considerando que seu físico oferecia a ela, nos termos do anúncio, o “risco da prostituição”.³⁵⁸

O Coronel não deixou de ressaltar que a menor, uma vez capturada, deveria ser subitamente obrigada a trabalhar, fosse em sua casa ou recolhida em um estabelecimento pio, e que deveria ser punida por ser “fugitiva”, para que isso não mais acontecesse. Dr. Cova, ciente do registro da fuga de Carmen, encarregou a diligência da captura dela à 1ª Circunscrição Policial³⁵⁹.

³⁵⁷ De acordo com Natália Peçanha, as fugas eram estratégias utilizadas por crianças e jovens para conter os abusos de uma relação tão pessoalizada, como a do serviço doméstico. " No serviço doméstico, por exemplo, as relações envolvendo patroas/ões e empregadas/os possuíam uma natureza complexa e marcada pela pessoalidade, o que facilitava tais costumes. Entretanto, tais permanências não eram impostas sem resistências. Essas/es mesmas/os patroas e patrões que tinham a seu favor mecanismos legais que as amparavam em relação ao “trato” dispensado as/os criadas/os, sobretudo *menores*, tinham que lidar com os novos sentidos de liberdade experimentados por essas/es trabalhadoras/es no dia a dia. Fugas, denúncias e/ou agressões por partes das crianças frente às explorações de suas patroas e patrões”. PEÇANHA, Natália Batista. “Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa”: cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca. 1880-1930. 2018. 244p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018, p. 114.

³⁵⁸ *Gazeta de Notícias: Sociedade Anônima (BA)*, 24/02/1913.

³⁵⁹ Distrito Policial.

Para os agentes da justiça da época, a fuga das meninas das casas de seus tutores significou uma conduta que deveria subitamente combatida, e, por isso, elas deveriam ser punidas, a fim de que não incentivassem outras menores a seguir o exemplo. Devemos considerar que a justiça possuía, entre outras faces, um papel pedagógico, e os delitos eram considerados uma afronta não apenas aos envolvidos, mas sobretudo à sociedade. Logo, determinar a urgência da captura e punição das fugitivas tinha a finalidade de, além da correção do erro, demonstrar quais condutas de honestidade deveriam ser incorporadas pela sociedade - e, certamente, a fuga não era uma delas.³⁶⁰

Consideramos, também, que aos olhos de determinados segmentos daquela sociedade, dentre eles juristas, advogados e policiais, as meninas tuteladas não eram vistas como sujeitos com vontade de própria: eram, em suma, propriedade dos seus tutores. Nessa relação, a rua era um espaço cheio de contradições e riscos, logo, estar fora de casa era estar a mercê de uma série de perigos. Os argumentos evocando padrões sexuais e morais logo aparecem como justificativa para a captura delas, afinal, estar em companhia do tutor poderia ser uma forma de proteger o comportamento honesto, a moralidade das crianças, sem considerar, contudo, que esse espaço doméstico também esteve permeado de abusos e violações, que poderiam, inclusive, ter motivado o ato de fugir.³⁶¹

Na descrição de Carmen, além de sua cor parda, cabelos crespos, estatura regular e rosto redondo, existe a descrição de marcas em seu corpo. É possível que essas cicatrizes fossem oriundas de varíola, considerando a epidemia que se alastrou na cidade de Salvador a partir de 1900, e que provocou diversas medidas sanitárias, religiosas e científicas.³⁶²

É possível também que, uma vez que a violência física era um elemento que por vezes se fazia presente no cotidiano das pequenas trabalhadoras, que as cicatrizes fossem oriundas de maus tratos. Afinal, o que motivou Carmen a abandonar seu tutor? A historiografia vem demonstrado que muitos menores optaram por fugir da casa de seus tutores, uma vez que muitos padrões adotaram, em certos casos, práticas que, sob o pretexto da correção e punição, traduziam-se como castigos físicos, violências, abusos, entre outras formas de exploração.

³⁶⁰ ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1989. Ver, especialmente capítulo 1: Pensamento e prática jurídica em relação aos crimes contra a honra das famílias: difusão de normas e marginalização de compromentos, p. 42-43.

³⁶¹ Ibid.

³⁶² CRUZ DE SOUZA, Christiane Maria; Hochman, Gilberto. “Ano de nove, ano de varíola: a epidemia de 1919, em Salvador, Bahia”. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 1-19, 2012. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/412>. Acesso em: 21 nov. 2023.

Quando analisou o trabalho de crianças escravas, Maria Cristina Luz Pinheiro demonstrou que o trabalho doméstico significou para elas uma espécie de adestramento, de internalização do lugar ocupado pelas crianças na família de seus senhores e na própria escravidão. Traduziu-se, também, como uma forma de vivenciar relações próximas à família dos senhores, que, em troca de prover os escravos, receberia o trabalho e obediência deles. Nessa relação, a violência era justificada e vista como uma forma de disciplinar comportamentos considerados como rebeldes, desonestos e desordeiros.³⁶³

A partir do que foi apontado sobre o trabalho das crianças escravizadas, em diálogo com o caso da fuga de Carmen, podemos considerar que a violência também foi uma marca do trabalho considerado livre no pós-abolição, sobretudo no regime de tutela. Uma vez que o sistema escravista não existia mais para legitimar essa prática, agora os denominadores da equação eram outros: certos grupos de juristas e médicos, que influenciavam autoridades, muitas vezes defendiam a exploração da mão de obra dos menores. Independentemente dos motivos, ainda que houvesse ocorrido maus tratos, a fuga deveria ser duramente reprimida. Afinal, se a rua era um local de contágio, de doenças e de perigos, tratava-se então de condenar os comportamentos de trabalhadores que não se submetiam às regras, das menores em específico. Podemos incluir nesse contexto as mulheres que, por uma série de motivos, precisavam trabalhar em horários e locais considerados inadequados e estavam sujeitas a vigilância e repressão.³⁶⁴

No ato de fugir, não apenas a fuga era julgada: eram os conceitos morais que antes atingiram as mulheres de elite, e agora eram generalizados para todas as classes sociais, criando contrastes e estabelecendo comportamentos considerados patológicos. Punir a fuga tinha uma função pedagógica, e as meninas infratoras, ao escapar de determinadas noções de honestidade, relacionadas às proibições da rua e do exterior, deveriam ser vigiadas e reformadas, isto é, "corrigidas".³⁶⁵

Devemos considerar que, uma vez que nem todos os tutores possuíam a tutela legal das meninas, os anúncios de jornais possibilitaram perceber as relações de tutoria que não eram institucionalizadas. A descrição dos anúncios de menores fugitivos segue o modelo dos anúncios de fuga de escravos, com o maior número de detalhes pessoais possíveis para auxiliar sua identificação e denúncia de seu paradeiro. Essa semelhança demonstra a linha tênue na

³⁶³ PINHEIRO, Maria Cristina Luz . O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. *Afro-Ásia* [en línea]. 2005, (32), 159-183. ISSN: 0002-0591. Disponível em : <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003206>. Acesso dem 4 set 2023.

³⁶⁴ ESTEVES, op. cit., p. 46.

³⁶⁵ ESTEVES, op. cit., p. 47.

sociedade pós-escravidão entre tutela e trabalho infantil, que compreendia as meninas como “propriedade” e que, portanto, deveriam ser prontamente capturadas e punidas. Não se trata, apesar disso, de afirmar que houve uma continuidade do regime escravocrata, embora ele tivesse, oficialmente, se extinguido; trata-se de afirmar que no período pós-abolição engendraram-se leis, regulamentos e códigos sociais para a exploração da mão de obra infantil. Nas entrelinhas discursivas dos textos dos jornais é possível perceber as novas estratégias e formas de manutenção da precariedade nessa sociedade, bem como as resistências e lutas.³⁶⁶

Nesses anúncios, estamos em contato com “a voz do tutor”, que representava a lei. Mas as meninas se exprimiam de alguma forma: reagiam, fugiam. Sua voz é o gesto da fuga. Essa força aparece escrita, nas entrelinhas, e ganha corpo, circula publicamente através dos anúncios de jornais, ganhando espaços de visibilidade. Embora elas não pudessem, muitas vezes, falar em público ou se dirigir a alguém sem a permissão de seus tutores e anunciar os motivos do ato de fugir, podemos perceber às vezes, nas fontes, a intenção das crianças – tanto nos anúncios como até mesmo nas leis e regras. Essa série de códigos, de regulamentos, se lidos com cuidado, pelo “avesso”, expressam mesmo que não de maneira explícita a posição que as meninas poderiam ocupar, os lugares reservados a elas. As meninas, silenciadas pela voz dos seus tutores e da lei nos anúncios, produziam com seus gestos a sua vontade a respeito das regras que lhes eram impostas. Isso. Existia a necessidade de se falar sobre elas pois elas estavam ali, estavam presentes e sua presença era marcada pelo seu movimento e atitude. O ato de fugir fez com que os tutores produzissem uma escrita sobre as meninas fugidas. Assim, elas aparecem nesses anúncios não como objeto, e sim como sujeito histórico, a partir da escrita que é provocada pela sua rebeldia.

O argumento de evitar que as meninas entrassem no mundo da prostituição era bastante comum nos anúncios de fuga, e demandavam uma certa urgência na captura das meninas fugitivas. De acordo com Martha Abreu e Magali Engel, prostituir-se não envolvia apenas ter determinadas relações sociais, mas sim certos comportamentos como andar só e sair à noite, e até mesmo ter determinados pensamentos. As medidas de combate à prostituição não tinham como finalidade erradicá-la, mas sim “escondê-la” dentro da sociedade. Os comportamentos de prostitutas eram uma grande ameaça às famílias, com destaque para crianças, e para a saúde da

³⁶⁶ SILVA RODRIGUES, E. F. “Pequenos fujões: trabalho infantil doméstico em Fortaleza no final do século XIX e começo do século XX”. *Almanack, [S. l.]*, n. 32, 2022. DOI: 10.1590/2236-463332ea00621. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/11627>. Acesso em: 21 nov. 2023; Ferrari, A. J. (2002). “A voz do dono (uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos no oeste paulista entre 1870-1876)”. *Sínteses*- 1981-1314, 7.

sociedade.³⁶⁷ Não podemos deixar de destacar que os lares domésticos, apesar de serem construídos em oposição às ruas e seus riscos, comportavam, também, violências e dissimulações que foram traduzidas como controle e proteção. Nos cuidados de um tutor, uma menina poderia sofrer uma série de violências e violações.

Devemos considerar que a fuga era também um risco de vida. Ao sujeitar-se a essa prática, muitas meninas estavam se expondo ao desconhecido, muitas vezes em busca de outro lar para morar e trabalhar, bem como outros postos de trabalho, casas de familiares e amigos. Sendo assim, não se trata, aqui, de heroificar essa prática, mas sim de entendê-la dentro da complexidade das relações de trabalho do pós-abolição. Os menores provaram que poderiam agir por si mesmos, fazer escolhas e realizar rupturas, ainda que pontuais, com o cenário de precariedade existente em muitas casas de famílias tutoras. Pode-se dizer que a fuga era uma resposta a situações extremas e que provocavam medo, tensões e conflitos; todavia, não se pode excluir razões para além dos afetos que formavam as relações de poder inerentes aos laços tutelares. As experiências de fuga denotam escolhas que as crianças faziam com relação ao presente e às suas expectativas de futuro. O fato de uma menor fugir da casa em que estava tutelada, em busca de outra família que lhe oferecesse amparo e proteção, pode ser vista como uma ação consciente de busca e reivindicação de melhorias trabalhistas.³⁶⁸

Assim como Carmen, a menor Maria Augusta fugiu da casa de seu tutor. Descrita como parda, com 13 anos de idade, marcas de varíolas pelo rosto, cabelo preto, curto e anelado desapareceu na segunda feira às 10 horas, de uma residência na rua Porto dos Mastros. No anúncio de fuga, é descrito que Maria Augusta “(...) fora entregue pela mãe para aprender o serviço doméstico, saber ler e escrever”³⁶⁹. No final, o redator evidencia a necessidade se punir “(...) a quem tiver a seduzido e conservado a oculta.”³⁷⁰

É possível que a sedução descrita no anúncio signifique que algum familiar ou amigo tenha ajudado Maria Augusta a fugir? De fato, uma parte das fugas de crianças foi incentivada pelos próprios familiares e outras pessoas presentes nas redes de solidariedade constituída por elas. Em muitos casos, a influência dos pais foi determinante para a fuga e os tutores frequentemente se queixavam de os tutelados serem "seduzidos" por terceiros: alguns argumentaram que os menores poderiam ter sido seduzidos pelas propostas de seus próprios

³⁶⁷ ESTEVES, op. cit., p. 52; ENGEL, Magali Gouveia. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editoria Fiocruz, 2001, p. 172.

³⁶⁸ PEÇANHA, Natália Batista et al. " Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa": cotidiano e agências de servidas/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca. 1880-1930. 2018;

³⁶⁹ *Jornal de Notícias*, 12/02/1892.

³⁷⁰ Idem.

familiares. Esse argumento foi recorrente em petições que os tutores buscavam justificar a evasão de menores tutelados.³⁷¹

Devemos também considerar que o ato de seduzir citado no anúncio pode ser atribuído ao crime de sedução, que incluía o defloramento e estupro. De acordo com os juristas da época, o espírito da mulher transformava-se com a promessa de casamento. Apenas no matrimônio as mulheres poderiam vivenciar a sexualidade feminina, mediante a formação de uma família e a ter filhos. Qualquer prática desviante disso deveria ser duramente punida. Martha Abreu demonstrou, em sua pesquisa sobre crimes de sedução, que o julgamento desses casos mobilizava uma série de representações sociais sobre honra, honestidade e moralidade, e quase sempre colocava as vítimas como réus: elas deveriam provar diante de juízes e advogados que estavam em consonância com os papéis sociais esperados para as mulheres nesse período. Ao utilizar esse argumento, o tutor de Maria Augusta pode demonstrar as contradições das expectativas de moralidade no período pois, por mais difícil que fosse a comprovação de crimes de sedução, essas categorias poderiam ser facilmente mobilizadas para garantir determinados interesses, como a captura da menor.³⁷²

No caso de Maria Augusta, muitas perguntas podem ser feitas a partir do que nos é informado no anúncio. Diferente de outras fontes, encontramos a menção de sua mãe na notícia, o que revela que foi estabelecido, na verdade, um acordo entre a mãe da menina e seu tutor, no qual Maria Augusta deveria aprender a ler e escrever, em troca de desempenhar serviços domésticos. A entrega de meninas para outras famílias era geralmente acompanhada por um pedido para que fossem ensinadas as primeiras letras e que não saíssem de casa.³⁷³

Podemos supor, então, que a fuga da menor possa significar que esse acordo foi violado de alguma forma, o que causou o abandono dela da casa de seu tutor. Sabemos que durante a escravidão, a fuga foi, muitas vezes, o “não quero” dos escravos. Longe de serem vítimas passivas subitamente acordadas pelos abolicionistas, os negros e negras atribuíram sentidos políticos às suas ações de rebeldia, assumindo, entre si, uma consciência de classe e raça através de fugas, assassinatos, revoltas coletivas nas fazendas e manifestações violentas nas cidades.³⁷⁴ Desta forma, ao recuar para a bibliografia do período da escravidão, estabelecendo conexões com as pesquisas pós-abolição, compreendemos que a fuga foi, para os menores, uma forma de

³⁷¹ CASTILHO, M. H. O. Desejos de liberdade: tutelas, fugas e a fundação da colônia orfanológica de Pindamonhangaba/SP (1888-1892). *Revista Ágora*, [S. l.], v. 31, n. 2, p. e-2020310207, 2020. DOI: 10.46812/e-2020310207. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/30314>. Acesso em: 24 fev. 2021.

³⁷² ESTEVES, op. cit.

³⁷³ PEÇANHA, op. cit., 2018.

³⁷⁴ AZEVEDO, Cecília Maria Marinho. O "não quero" dos escravos. In: AZEVEDO, Cecília Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

rejeitar um projeto de mundos do trabalho que estava pautado na precarização e subalternização.
375

Muitas motivações e expectativas das crianças também deveriam estar presentes no ato da fuga, como seus desejos pessoais e conquistas cotidianas. No entanto, é muito difícil ter acesso a essas expectativas, já que a documentação que não traz o depoimento das meninas, nem suas razões em optar pela fuga.

Os casos de fuga que envolviam outras pessoas eram intitulados como acoitamento. Muitos dos anúncios revelam uma certa preocupação com essa prática, denominando de "sedução" e "encobrimento" à prática de auxiliar as pequenas na fuga. Não raro encontramos menções de recompensas para quem denunciasse o paradeiro das meninas, ainda que fosse aquele ou aquela que a auxiliou na fuga. É o caso da menor Maria Chrispiniana:

Da casa n.32, à rua da Poeira, desapareceu, ontem às 10 horas da manhã a menor Maria Chrispiniana, de 13 anos de idade, de cor preta, e no momento trajava um vestido de cretone cor de rosa e calçava chinelas. Pede-se a quem souber de seu paradeiro, a favor de comunicar, que será gratificado, assim como se protesta de acordo com a lei contra quem a houver ocultado.³⁷⁶

O anúncio acima foi replicado nove vezes consecutivas no *Diário de Notícias*. Podemos considerar que devido a essa continuidade, a menor não tenha sido encontrada pelo seu tutor. Ele informa aos leitores do jornal o que a menor vestia quando fugiu, o que calçava, e o horário em que desapareceu. Curiosamente, nesse caso observamos um diferencial aos outros anúncios, que é a premiação de quem denunciar o paradeiro de Maria Chrispiniana.

A oferta de uma gratificação para quem soubesse do destino das meninas fugitivas foi uma característica presente nos anúncios de fuga. Apesar de o anúncio não indicar o valor ofertado, é possível supor que essa recompensa variasse de acordo com o tempo em que a menina estivesse fugida. Assim, quanto maior o tempo de fuga, maior poderia ser o preço que o tutor pagaria. Esse aspecto também nos sugere a dificuldade de captura das menores que, uma vez "fugidas", deveriam ser prontamente capturadas. A recompensa funcionava como uma forma de chamar a atenção de pessoas que pudessem auxiliar na captura. Essa oferta estava estendida a todo indivíduo que lesse o anúncio. Pedestres e autoridades policiais também poderiam atuar nesse sistema de captura das menores fugitivas. Além deles, também civis que estivessem dispostos a conseguir dinheiro capturando as meninas fugitivas, o que nos sugere

³⁷⁵ OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (Orgs.). Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. Disponível em <https://bit.ly/2Xe4omk>.

³⁷⁶ *Diário de Notícias*, 07/02/1913.

que talvez a busca pelas menores tenha funcionado, para alguns, como uma possibilidade de obtenção de renda.

Para quem capturasse a menor Maria Delfina, por exemplo, a recompensa era de quinhentos mil réis. A menina fugiu da casa de seu tutor, na rua Carlos Gomes, em março de 1902. Um valor relativamente alto, se comparado ao custo de vida na época. A título de comparação, tomando como exemplo os já discutidos contratos de trabalho, se uma menor recebia como vencimento dez mil réis mensais, apenas com sua captura uma pessoa poderia lucrar cinquenta vezes mais do que a quantia recebida por ela mensalmente - isso se ela fosse remunerada, que não era regra.³⁷⁷

Diferente das menores citadas, Hilda Baptista infelizmente não conseguiu escapar. Após terminar seu serviço, um oficial de polícia retornou a casa, localizada na ladeira do Cabula. Antes de entrar em casa, ele viu uma menina aflita, de pele escura, indagando a quem passava por ali onde ficava a estrada de ferro. Julgando pelo modo sobressaltado em que ela estava, o policial interrogou-a, que prontamente respondeu: “[...] estou fugida.” Ele rapidamente cumpriu seu dever, e levou a menina a força para a delegacia de Santo Antônio, deixando-a, finalmente, à disposição da autoridade que logo a devolveu para seu tutor.³⁷⁸

A estrada de ferro, em sua primeira etapa de construção, partia da cidade de Salvador e percorria a costa do mar em direção ao norte, alcançando a cidade de Alagoinhas, atravessando o rio Joanes, Pojuca, Jacuípe e Catu, importantes áreas produtoras de café e açúcar. A partir de 1909, a Companhia Viação Geral da Bahia, resultado da junção de interesses dos antigos arrendatários, Alencar Lima e Honório de Carvalho com o engenheiro Miguel de Teive e Agollo, buscou favorecer o controle dos negócios ferroviários da Bahia para consolidar um monopólio. A partir desse novo contrato, a malha ferroviária baiana se ampliou, originando a Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco e o Ramal de Timbó, a Estrada de Ferro Central da Bahia e a Estrada de Ferro de Nazaré, conforme pode ser visualizado abaixo³⁷⁹:

Imagem 7.

Linhas Ferroviárias do Estado da Bahia (1892-1909)

³⁷⁷ *Diário de Notícias*, 17/05/1911; p. 7.

³⁷⁸ *A Notícia*, 20/10/1915.

³⁷⁹ SOUZA, Robério Santos. Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pósabolição. (Bahia 1892-1909). Salvador; São Paulo: Ed. UFBA; Fapesp, 201.

A experiência de deslocamento para outras cidades e até mesmo outros estados marcou a trajetória de muitas meninas trabalhadoras. Sempre devemos considerar que essa possibilidade de trabalho significou para muitas famílias uma forma de oferecer melhores condições de vida aos seus filhos, uma vez que muito foi prometido: alimentação, roupa, moradia e em certos casos vencimentos. Muitos apostaram nisso como uma forma de proporcionar uma vida melhor as suas crianças.

Ao mudaram de cidade, além dos inúmeros infortúnios que poderiam acompanhá-las nessa experiência, podemos supor que a solidão, frente à precariedade, aos maus tratos e exploração, pode ter se somado aos outros fatores na decisão da fuga. Afinal, ao se mudarem, muitas meninas estiveram sozinhas em ambientes completamente estranhos, sem contato com seus familiares, amigos e outras pessoas, estando à mercê da família em que deveriam trabalhar. Maciel Henrique Silva nos demonstra que essa mão de obra emergiu como um recurso barato e seguro para diversas famílias brancas terem sempre serviços no interior dos lares, uma espécie de trabalhadora associada à docilidade, como um tipo de escravo jovem recém-chegado, não ladino.³⁸¹

A fuga das meninas das casas de seus respectivos tutores não passou despercebida pelos escritores. Retornando ao romance *Jana e Joel*, é possível visualizar a privação da protagonista, Jana, de sua própria liberdade; essa é a centralidade da narrativa. Isso aparece, por exemplo, nas alegorias entre a menina Jana e um pássaro preso numa gaiola-viveiro, murado, como uma prisão.

É uma casa grande, repartida em vastos compartimentos de rico aspecto, com vista para uma rua larga e calçada, por onde rodam carros troantes, dia e noite. Os fundos, em vez de simples tapume como porteira, tem um jardim murado, caramanchões vestidos de trepadeiras, piso de conchas ligadas em argamassa, um portão de ferro gradeado que deixa ver uma praia muito limpa, e distante, no mar, imensidade de vapores, barcos, saveiros, lanches e escaleres em contínuo tráfego. Por esse portão sai e entra, às vezes ao serviço da senhora, um homem de rosto baço e nariz imponente, sempre a bater as pestanas. Há sempre mais no jardim, ao longo do muro, uma gaiola-viveiro, com aves de espécies e cores várias, periquitos, canários, sabiás, uma bela colhereira de plumagem rósea, negras graúdas contrastando com a vestidura branca, tão singela, de uma das garças que os filhos da Madrinha trouxeram da ilha dos frades.³⁸²

³⁸¹ SILVA, Maciel Henrique Carneiro. Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910). 2011. 373 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p. 61.

³⁸² MARQUES, 1983, p. 65.

A praia, evocada no romance como um símbolo de liberdade, do idílico, é o que remete a Jana sua família, sua avó, seu pai e mãe, irmãos, amigos e seu amante, Joel. O mar é distante, e Jana, protegida pelos grandes muros da gaiola-viveiro que é a casa de sua madrinha-tutora, chora todos os dias desejando retornar para sua casa.³⁸³

A garça, tão presente no desenvolvimento do romance, é uma metáfora sobre prisão de Jana na casa da Madrinha. Constantemente nos deparamos com as palavras “viveiro e cativo” associadas a casa em que ela trabalha. Ao retratar a casa como uma grande e imponente jaula, com enormes grades, ferros e muros, o autor mostra que a menina não poderia sequer sair da casa de seus patrões, devido ao medo de uma possível fuga e da contaminação da menor com os perigos da rua. Como vimos, de acordo com a moral da época, uma vez que à Jana era reservado o cuidado com as crianças da família, ela deveria ser “limpa” das contaminações físicas e morais do espaço público.³⁸⁴

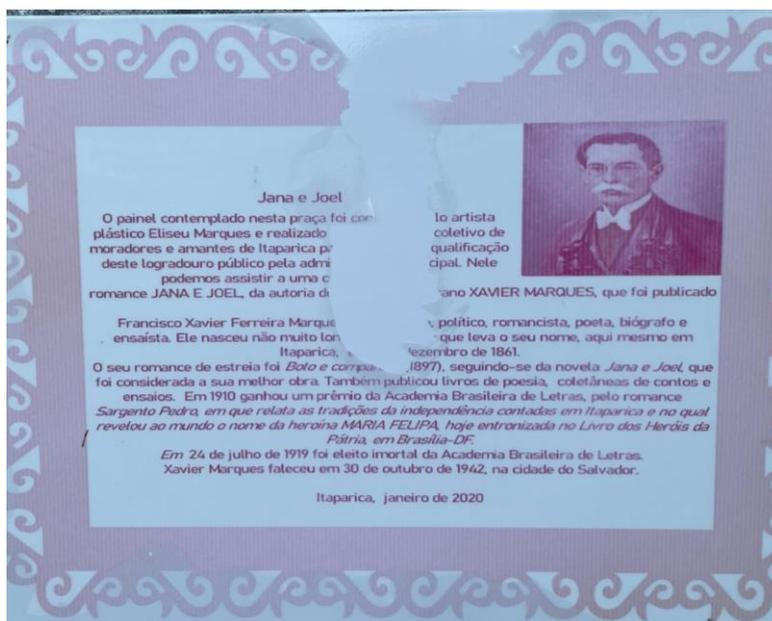
O ato de Jana fugir revela a importância da criação de uma rede de solidariedade que envolvia familiares e amigos. Por mais que a menina tivesse medo da fúria de sua Madrinha, quando reencontrou seu amigo Joel não pensou muitas vezes e fugiu de imediato para sua casa. Ela descreve com muito pesar sua estadia na casa de seus patrões, e, com o auxílio dele, articula uma fuga e não retorna nunca mais a Salvador.

Imagem 8.

Praça Xavier Marques, Painel Jana e Joel feito em 1980

³⁸³ Ibid.

³⁸⁴ Ver: FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937. Afro-Ásia, n. 21-22, 1998.



Fonte: Acervo Pessoal.

O painel acima é uma reprodução da primeira capa do livro *Jana e Joel*, e retrata os dois protagonistas após o momento da fuga. Na imagem, observamos diversos elementos que estão presentes no romance: as garças, como uma alegoria a liberdade que foi duramente conquistada, bem como o cajueiro que, para Jana, era um dos símbolos que remetiam a sua casa e a sua família. Os barcos, longínquos, se perdem na totalidade de mar, e Salvador é praticamente imperceptível aos olhos das duas personagens.

Xavier Marques, um escritor que se consolidou através de sua atuação na imprensa, certamente teve contato com o abundante número de anúncios de fugas das menores presentes nos jornais. Diferentemente de outras obras como *As Voltas na Estrada* e *O Feiticeiro*, onde os elementos relacionados ao pós-abolição aparecem de forma mais delineada e, no caso do primeiro livro, ocupam um lugar central, *Jana e Joel* não deixa de apresentar a interpretação do escritor e da sociedade em que ele estava inserido sobre a relação entre trabalho, infância e pós-escravidão.³⁸⁵ Curiosamente, na interpretação do escritor Xavier Marques, as ruas não significavam um espaço de desordem e imoralidade; na verdade, essa representação não aparece. O que encontramos é uma oposição entre cidade e ilha, que parece ser sido um reflexo do que se discutia no movimento literário da época.³⁸⁶

O caso narrado no romance de Xavier Marques nos remete a trajetória da exposta Gabriela de Mattos. Em março de 1919, Deonilla Bittencourt escreveu para a Santa Casa da Misericórdia uma correspondência informando a situação da menor que havia contratado nove meses atrás para serviços domésticos, que se chamava Gabriela Mattos e tinha 10 anos de idade, de cor mestiça. Relatou a contratante que

[...] há nove meses luto para regenerar Gabriela, aconselhando-a, tentando encaminha-la para o bem, sem encontrar resultado nenhum, pois a criatura é de má índole; assim sendo, é me impossível continuar com ela, fiz ver a ela que deveria se apresentar a V.S e de forma nenhuma ela se conformou, disse-me que se eu a mandasse levar, que do caminho tomaria seu destino; Retirou-se hoje para se empregar, disse que havia lugar melhor para ela estar; que preferia a moléstia do que minha companhia, penso que ela não encontrará.³⁸⁷

Quais os motivos que levaram Gabriela, assim como outras menores, a fugirem da casa de seus patrões, e preferirem a “moléstia a sua companhia”? É possível que ela tenha sofrido maus tratos, sob o pretexto de ser “encaminhada para o bem”? De acordo com sua tutora, Gabriela de Mattos teria se ausentado de casa para buscar um novo trabalho, que era “um lugar melhor para ela estar”. Apesar de grande parte dos expostos serem órfãos, muitos deles

³⁸⁵ OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Xavier Marques Entre os Intérpretes do Brasil: Raça e Nação na Primeira República*. 2013. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

³⁸⁶ “[...] a última década de Primeira República brasileira revelou-se fértil na configuração de movimentos, grupos e indivíduos que buscaram interpretações para o Brasil e tentaram, por conseguinte, delinear aspectos da identidade brasileira.” (SOUZA, op. cit., p. 62); “Dentro do contexto das discussões e debates ora apresentados, acredito que Xavier Marques propôs uma contribuição baiana tanto ao processo da formação do Brasil, quanto da constituição da nacionalidade brasileira e que sua participação está articulada com os debates entre modernistas e regionalistas. Sendo que o autor era essencialmente avesso às “estrangeirices” propostas pelos modernistas e foi um nacionalista convicto e militante, à sua maneira [...] ele dialoga fortemente com os regionalistas “nordestinos”, dando uma versão baiana sobre o processo de formação brasileira e sobre a raça que melhor representaria a síntese do brasileiro do futuro, bem ao contrário do que defendia Freyre e seus adeptos.” (SOUZA, op. cit., p. 70).

³⁸⁷ AHSCMBA, Termo de Entrega da exposta Gabriela Mattos. Salvador, 20 de março de 1919.

possuíam tios, avós, primos e até mesmo relações de amizade que eram construídas com outros expostos da Santa Casa da Misericórdia: a exposta Maria Joaquina de Mattos, de pele preta, 20 anos, se desligou da Santa Casa da Misericórdia para viver com sua colega, a exposta Basília Joana de Mattos, casada com Januário Martins da Fonseca. A exposta não teve direito ao dote.³⁸⁸ Assim como ela, Maria Luiza de Mattos, de 17 anos, pediu desligamento para viver em companhia de sua família, perdendo, também, o direito ao dote.³⁸⁹

Não era incomum que as expostas se ausentassem da casa de seus tutores. Não raro encontramos evidências na documentação da Santa Casa da Misericórdia demonstrando que a fuga foi uma importante estratégia utilizada por essas meninas. Em 30 de outubro de 1893, a menor Elisa Maria de Mattos, de cor preta, ausentou-se da casa de seu tutor, o senhor Pedro Andrade Guimarães. O motivo não foi revelado, tampouco se ela foi encontrada, contudo, pelo fato de a exposta não ser mais mencionada nos documentos da Santa Casa, e ter recebido a sanção de não receber seus ordenados, tampouco o dote, subentende-se que ela não foi encontrada pela instituição e seu tutor.³⁹⁰

A cor da pele foi fundamental para hierarquizar as experiências de trabalho na Santa Casa da Misericórdia, uma vez que meninos e meninas brancas eram isentos de alguns serviços, como determinados trabalhos domésticos. Essa modalidade de trabalho significou para muitas crianças o fim de qualquer tipo de liberdade, uma vez que em meio a castigos físicos e psicológicos, é possível que muitos órfãos pardos e negros tenham sido submetidos a regimes de trabalho intensos, com códigos sociais e morais bem definidos. Logo, argumentamos que a fuga foi uma possibilidade de reconquistar a autonomia sobre sua própria vida, sobre suas próprias escolhas.³⁹¹

Os contratos de trabalho doméstico da Santa Casa de Misericórdia possuíam caráter restritivo da mobilidade das menores na cidade de Salvador, objetivando evitar abandono dos postos de trabalho sem aval da instituição. Muito embora fosse considerado como trabalho livre, o serviço doméstico executado pelas meninas estava longe de trazer a liberdade almejada pelo trabalho. Sobretudo porque na casa dos patrões, devido ao grande controle e vigilância a que

³⁸⁸ AHSCMBA, Termo de Sahida da exposta Maria Joaquim de Mattos. Salvador, 29 de abril de 1898.

³⁸⁹ AHSCMBA, Termo de Sahida da exposta Maria Luiza de Mattos. Salvador, 29 de abril de 1898.

³⁹⁰ AHSCMBA, Termo de Sahida de Entrega da Exposta Elisa Maria de Mattos. Salvador, 30 de outubro de 1893.

³⁹¹ CERQUEIRA, Alan Costa. De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889). Dissertação de mestrado em História (UFBA), 2016. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em:

https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2016.cerqueira_alan_costa.de_orfaos_a_trabalhadores_trajetorias_das_criancas_expostas_do_asilo_nossa_senhora_da_misericordia_1861-1889_0.pdf. Acesso em 08 jun 2023.

estavam submetidas, não poderia ser concebido qualquer atributo relacionado aos sentidos de liberdade, que era muitos e variaram ao longo do tempo.³⁹²

No final do século XIX, o Brasil testemunhou uma reformulação nas relações de trabalho livre. Embora historicamente relacionados ao avanço do liberalismo, esses acontecimentos no cenário laboral brasileiro não podem ser diretamente vinculados à influência da ideologia liberal. Um exemplo notável foi a iniciativa da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, que estabeleceu contratos elaborados em uma época em que as relações de trabalho ainda eram predominantemente baseadas em acordos verbais. Esses contratos desempenharam o papel de regular os termos para a prestação de serviços domésticos por parte de adolescentes e jovens órfãs que residiam no Asilo dos Expostos. Apesar do caráter religioso da irmandade, ela incluía em seus quadros de funcionários trabalhadores livres, libertos e escravos. A singularidade dos contratos da instituição torna-se ainda mais intrigante diante do fato de que somente em 1886 a Câmara de Salvador aprovou medidas para regulamentar a relação entre os trabalhadores e seus empregadores.³⁹³ Aproximadamente dezesseis anos antes da regulamentação do trabalho doméstico em Salvador, a Santa Casa da Misericórdia começou a formalizar os chamados serviços "porta adentro". A análise desses contratos, estabelecidos pela instituição de caridade, é um tema de estudo recente, iniciado pelo historiador Maciel Silva. De acordo com o autor, "o elemento fundamental que molda todo o contexto de um mercado de trabalhadores domésticos é a precariedade ou ausência de laços familiares com pais e mães".

394

O propósito religioso e educacional por trás do contrato estabelecido pela Misericórdia visava empregar jovens domésticas em lares considerados "respeitáveis". Essas moças, ao se envolverem na troca de serviços, buscavam adquirir experiência e atributos idealizados que moldavam o perfil desejado para uma mulher cristã, indo além do valor monetário envolvido na transação. No entanto, para além da idealização do modelo de mulher e das famílias que as acolhiam, o dinheiro desempenhava um papel como incentivo para manter esse comportamento. Apesar do salário ser relativamente baixo, sendo a maior parte destinada à Santa Casa da Misericórdia, especialmente quando a exposta ainda era menor de idade, ele era depositado em um fundo que, teoricamente, proporcionaria condições para que a exposta se sustentasse por

³⁹² CERQUEIRA, op. cit., 2018; Ver: RAIANE, Maihara Marques Vitoria. Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostas na santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23403>. Acesso em 08 jun 2023.

³⁹³ CERQUEIRA, op. cit., p. 149.

³⁹⁴ CERQUEIRA, op. cit., p. 151.

um breve período ao se desvincular da irmandade. Conforme observado por Alan Cerqueira, esse grupo heterogêneo, unido pela ausência dos pais e pelas adversidades da vida, constituía um tipo peculiar de trabalhadoras domésticas.³⁹⁵

O contrato de locação para as menores exibia características que evidenciavam a natureza limitadora da liberdade delas, impondo repreensões às tentativas de fuga não autorizadas pela Santa Casa da Misericórdia, em uma abordagem que compartilhava semelhanças com o sistema escravista. Nos contratos de trabalho, uma cláusula nos chama atenção em alguns documentos: “A Santa Casa continuará a zelar por esta menor”. A proteção oferecida pela Santa Casa da Misericórdia às meninas é bastante complexa; primeiramente, ela obedecia a legislação vigente e aos regimentos internos da instituição, que estabeleciam que a menoridade deveria ser até os 21 anos. Se uma menina permanecesse na instituição até depois dos 21 anos, ela estava sob sua proteção, porém, se decidisse sair, ela perdia esse apoio, e dependendo das condições não tinha direito nem mesmo ao dote recebido.³⁹⁶

O que significava a proteção determinada pela Santa Casa da Misericórdia nos contratos de trabalho das meninas? Até que ponto isso significou, também, uma forma de controlar a liberdade delas? Podemos supor que a instituição buscou diferenciar as expostas de outras mulheres que trabalhavam em casas de família, pois a representação social destas trabalhadoras domésticas era o perfil antagônico do que era exigido para suas expostas.³⁹⁷

O locatário deveria alimentar, vestir e calçar a exposta. Em caso de moléstia, a menina deveria ser encaminhada para o Hospital da Misericórdia. A maioria dos contratos determinava que a menina prestasse serviço na casa de seus tutores por, no mínimo, um ano, até a maioridade. Mas nem sempre isso aconteceu, afinal, os termos contratuais não todas as vezes foram cumpridos e, além disso, as fugas realizadas demonstraram que esse tipo de trabalho não era necessariamente o desejo das meninas. Por mais que não seja possível ter acesso à voz delas, sua ação, seja através da fuga ou da resistência demonstrada em seus comportamentos, evidencia o que elas pensavam sobre seus tutores e contextos de trabalho.

O nosso estudo demonstra que muitos tutores e patrões se apropriaram indevidamente da mão de obra infantil. A exploração sobre a mão-de-obra das meninas pode ser percebida nas entrelinhas dos anúncios de fuga, dos casos de suicídio, bem como nas denúncias que eram realizadas contra os seus patrões. Esses gestos de resistência reforçam a idéia de que, muito embora tais crianças tivessem sido inseridas em regimes de trabalho livre, a liberdade não era,

³⁹⁵ Ibid.

³⁹⁶ Ver: CERQUEIRA, op. cit., p. 39.

³⁹⁷ CERQUEIRA, op. cit., p. 154.

de fato, sua condição real, uma vez que deviam obediência aos patrões, e se submeter, em certos casos, a situações de violências, abusos e violações sexuais, conforme já discutido

Assim, concluímos que a fuga das meninas no período analisado, que corresponde ao pós-abolição no Brasil, foi um gesto complexo e multifacetado, marcado por uma série de desafios sociais e econômicos enfrentados pela população negra recém-liberta da escravidão. A abolição da escravidão, formalizada em 1888, trouxe consigo a promessa de liberdade, mas a realidade para muitas meninas negras não correspondeu completamente a essa expectativa.

A falta de regulamentação adequada e a ausência de mecanismos de proteção social tornaram essas meninas vulneráveis a situações de exploração e abuso, levando algumas a buscar a fuga como uma forma de escapar dessas condições adversas. Além disso, instituições como a Santa Casa da Misericórdia, mencionada anteriormente, estabeleciam contratos restritivos que limitavam a mobilidade das jovens orfãs, impondo represálias às tentativas de fuga. Esse tipo de restrição reforçava uma dinâmica de precarização da experiência das meninas.

3.2. Suicídio

Em 12 de fevereiro de 1904, um caso de furto seguido de suicídio envolvendo uma menina deixou a cidade de Salvador estarecida. A menor Maria Ferreira, 12 anos, parda, tentou roubar seus patrões e, em seguida, incendiou a casa deles. Quando foi retida no distrito policial, Maria Ferreira informou que se encontrava sem alimentação e sem assistência, o que a motivou ao atentado em 12 de fevereiro de 1904. Após ouvir seus patrões, a polícia determinou que a menor fosse obrigada a retornar a casa deles; semanas depois, em 3 de março de 1904, o mesmo jornal noticiou seu suicídio.³⁹⁸

Os periódicos no pós-abolição noticiaram com certa frequência uma série de casos de suicídio que ocorriam na capital da Bahia e em seu entorno. Esse interesse pelo tema acompanhou o crescimento dos discursos científicos, que passaram a encarar o atentado contra a própria vida como um caso de higiene pública. Embora seja o oitocentos o período em que o suicídio começou a ser discutido de forma mais ampla, foi somente a partir do final do século XIX que essa prática começou a ser frequentemente observada, noticiada e analisada pela imprensa e por outras instituições e discursos.³⁹⁹

³⁹⁸ *Diário de notícias*, 12 de fevereiro de 1904.

³⁹⁹ LOPES, Fábio Henrique. O suicídio sem fronteiras: entre a razão e a desordem mental. Dissertação (Mestrado). São Paulo/Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências

Nesse mesmo período, encontramos interpretações e classificações de casos de suicídio como casos patológicos, intitulados como "alienação" e loucura, reproduzidos por médicos que estudavam esses casos no campo científico. De acordo com Jackson Ferreira, foi nos finais do século XIX que a loucura começou a ser utilizada para justificar ou condenar o ato e o sujeito.⁴⁰⁰

Para a comunidade científica da época, existia uma série de interpretações sobre suicídio. Baseada nos estudos de Durkheim, alguns médicos e criminologistas consideraram esse atentado como uma manifestação de diversas doenças mentais. Dentre elas, destacavam-se a melancolia, a obsessão e a compulsão. Certos casos de suicídio poderiam ser cometidos em nome de uma filosofia, de uma religião ou de uma causa patriótica, a partir da alienação mental.⁴⁰¹

De fato, certos estudos realizados por médicos relacionavam estritamente o suicídio a loucura e a melancolia. Dentre eles, destacam-se as pesquisas de Bossier e Balme, que produziram teorias sobre a melancolia suicida; estas circularam entre as teses produzidas pelos médicos da Faculdade Bahiana de Medicina. Logo, ao considerar essa prática o resultado de uma doença mental, cabia aos médicos prevenirem seus efeitos.⁴⁰²

Foi a partir da década de 1840 que os médicos formularam três importantes conceitos de saúde sobre o suicídio. A primeira, a de Esquirol, determinava que todos os suicídios dependiam de uma alienação inespecífica. A segunda, apresentada por Bourdin, ligava todos os suicídios a uma doença mental específica: a monomania suicida. Finalmente, o terceiro, que prevaleceu no Brasil, dividiu os suicídios entre diferentes causas, sendo a alienação muitas vezes reconhecida como a mais frequente e por vezes a principal entre muitas causas. Rapidamente, os médicos tentaram compensar a falta de análise detalhada das razões do suicídio, combinando dados estatísticos e análises de processos de investigação judicial. Gustave Etoc Demazy, aluno de Ferrus e médico-chefe do manicômio de Sarthe, publicou em 1844 um levantamento estatístico localizado no distrito de Le Mans, na França, abrangendo o

Humanas, 1998; FERREIRA, Jackson. 'Por hoje se acaba a lida': suicídio escravo na Bahia (1850-1888). Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 31, p. 197-234, 2004. O perfil dos suicidas – escravos, livres e libertos – foi discutido no segundo capítulo da dissertação, cujo título é “Ao correr do tempo: natureza e frequência dos suicídios, e perfil dos praticantes”.

⁴⁰⁰ FERREIRA, op. cit.

⁴⁰¹ “Le fait que Durkheim débute sa revue critique des facteurs « extra sociaux » par les théories des aliénistes n'est pas un hasard. Ce sont en effet les médecins et les aliénistes qui dominent le débat sur la question de l'étiologie du suicide depuis le début du XIXe siècle. Il faut donc effectuer maintenant un bref retour sur ce courant discuté par Durkheim. Dès le XVIIIe siècle en fait, certains ouvrages de médecins mettent directement en relation le suicide avec la folie d'une part, avec la mélancolie de l'autre.” Mucchielli, L., & Renneville, M. (1998). Les causes du suicide: pathologie individuelle ou sociale? Durkheim, Halbwachs et les psychiatres de leur temps (1830-1930). *Deviance Et Societe*, 22., p.9.

⁴⁰² CHEVREY J., 1916, Essai médical sur le suicide, considéré, dans tous les cas, comme le résultat d'une aliénation mentale, thèse de médecine, Paris, n° 128, p. 7.

período de 1830 a 1841. O alienista baseou a sua interpretação etiológica no exame das atas e relatórios redigidos pelos policiais e pelos médicos legistas, protocolados no Ministério Público do Tribunal de Primeira Instância.⁴⁰³

Entre 1856 e 1878, houve um aumento global no número de suicídios. O aumento desses dados fez com que as pesquisas sistemáticas sobre esse tema aumentassem, sobretudo dentro do campo da criminologia e da medicina. Pesquisadores como Durkheim, a título de exemplo, defendiam que o atentado contra a própria vida poderia ser mais frequente em determinadas classes, como no caso dos agricultores, das prostitutas, dos trabalhadores domésticos e de outras profissões liberais. O seu vocabulário é revelador: “são forças muito diferentes que empurram o trabalhador e *raffiné des villes* ao suicídio”. De acordo com a bibliografia, é possível afirmar que a perspectiva defendida pelos estudos da época tendia a incorporar a representação do selvagem versus o homem civilizado, isto é, a tentativa de associar o suicídio a “falta” de civilização de determinados grupos.⁴⁰⁴

Em agosto de 1889, realizou-se em Paris o primeiro Congresso Internacional de Psicologia sob a presidência de Charcot, reunindo os mais conhecidos autores franceses (Alfred Espinas, Théodule Ribot, Hippolyte Taine, Charles Richet, Pierre Janet, Valentin Magnan) bem como as maiores figuras internacionais das ciências humanas do momento (Wil-hem Wundt, William James, Alexander Bain, Cesare Lombroso, Enrico Morselli, etc.). No centro dos debates estão as discussões sobre hipnose, alucinações, espiritismo e todos esses “fatos extraordinários” que fascinam então os psicólogos franceses mais positivistas, como seus colegas ingleses pioneiros neste campo (Richet, 1890, 33). No entanto, entre os ouvintes deste congresso, mencionados nos anais, aparecem em particular Tarde, Durkheim e Freud. Dentre

⁴⁰³ Etoc-Demazy rejeitou a hipótese de que todos os suicídios são insanos, como havia afirmado Esquirol, mas ainda pensava que 2/3 dos suicídios apresentavam desequilíbrio mental (Etoc-Demazy, 1844, 169-180). Esta conclusão foi aprovada por Alexandre Briere de Boismont nos *Annales Médico-Psychologique*, o principal jornal francês de psiquiatria da época (Briere de Boismont, 1844, 496). No entanto, esteve na origem de uma polémica com Claude-Etienne Bourdin, que publicou no ano seguinte uma obra muito discutida tendendo a assimilar todo o suicídio à monomania (Bourdin, 1845). Isto poderia espalhar-se sob a forma de uma epidemia, como foi observado em Étampes e Versalhes (1793), Rouen (1806), Saint Pierre-Mont-Jean (1813) (*ibid.*, 46-47). Embora defendesse a monomania, Bourdin não baseou sua demonstração na constância das lesões orgânicas. Mas a coisa mais importante para os nossos propósitos é provavelmente está: se Bourdin medicaliza Mucchielli, L., & Renneville, M. (1998), *op cit.*, p. 10.

⁴⁰⁴ “Ces catégories populaires se trouvent du reste globalement absentes des analyses de Durkheim. Dans son chapitre sur le suicide anémique, au terme de développements purement normatifs sur la « valeur morale de la pauvreté » et sur la nécessité de « freiner » ou « contenir » les « besoins » humains illimités, Durkheim va jusqu'à écrire cette contre-vérité étonnante (au regard des statistiques dont il disposait) que « la pauvreté protège contre le suicide » (*ibid.*, 282). Nous ne pouvons donc que souscrire au jugement de J.-C. Chesnais (1981, 244) : « au XIXème siècle, c'est aux deux extrémités de la pyramide sociale que le suicide est le plus répandu. Quant Durkheim note que le suicide est exceptionnellement fréquent dans les classes les plus élevées de la société, il s'appuie sur un univers tronqué ; il ne prend en compte que certaines des données [utilisables à l'époque]. Il abandonne le bas de la hiérarchie sociale [...]. Il ne mentionne pas le sort des miséreux ». *Ibid.*, p. 23.

os participantes, destacamos a presença de inúmeros médicos brasileiros, dentre eles Érico Coelho e Francisco Farjado, importantes nomes da psiquiatria no Brasil.⁴⁰⁵

Os estudos sobre suicídio realizados pela psiquiatria francesa foram amplamente difundidos no território brasileiro.⁴⁰⁶ Essas pesquisas, muito menos interessadas em interpretar e dar significado aos dados empíricos, se dedicaram a forjar as consideradas classes perigosas como potencialmente propensas a alienação moral e mental, fator esse determinante para o atentado a própria vida.⁴⁰⁷

A bibliografia sobre suicídio de homens e mulheres escravizados demonstram que essa prática se configurou em determinadas circunstâncias como uma forma de resistir. No livro *Da fuga ao suicídio*, José Olímpio Goulart apresenta essa prática como uma forma de resistência, descrevendo que, para muitos escravos, tirar a própria vida significava uma possibilidade de retorno à África. Numa linha semelhante, Mary C. Karasch concorda que o suicídio foi uma forma de resistência escrava, principalmente tratando-se dos africanos, destacando elementos culturais presentes no ato. Como fonte, ela analisa relatos produzidos pelos viajantes, uma fonte que deve ser vista com cautela, pois os relatos revelam, muitas vezes, certo grau de preconceito e distanciamento em relação à realidade vivenciada pelos escravizados.⁴⁰⁸

A obra *A morte é uma festa*, de João José Reis, também revela importantes questões sobre o suicídio. Apesar de se restringir a primeira metade do século XIX, sua reflexão sobre os mecanismos culturais e mentais relativos à morte na sociedade baiana ocasionaram a revolta popularmente conhecida como Cemiterada. O motivo desse conflito foi a proibição dos enterramentos nas igrejas, que se constituíam em espaços sagrados e privilegiados para a salvação da alma. A concepção de boa morte estava em contraste com o suicídio, que não possui as três características do bem morrer, passando o cadáver e a lama do suicida por diversas proibições.⁴⁰⁹

Em consonância com João José Reis, José Carlos Rodrigues também demonstra que o suicídio sempre está ao alcance do ser humano, e, muitas vezes, significava uma forma de

⁴⁰⁵ CÂMARA, F. P. Introdução da psicoterapia na medicina brasileira: 1887-1889. Debates em Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 36-43, 2013. DOI: 10.25118/2763-9037.2013.v3.335. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/335>. Acesso em: 24 maio. 2024, p. 36;

⁴⁰⁶ Ibid.

⁴⁰⁷ Mucchielli, L., & Renneville, op. cit.

⁴⁰⁸ GOULART, José Olímpio. *Da fuga ao suicídio: aspecto de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972. (Temas Brasileiros); KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 415-20.

⁴⁰⁹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIV* São Paulo: Companhia das Letras, 1991

desafiar o poder estabelecido, em muitos casos, o poder senhorial. Esses embates entre suicidas e normas sociais podem se aplicar a uma série de classes sociais, assim como relações de gênero e raça. Assim, uma vez que os médicos tentaram classificar e regulamentar a prática do suicídio, nos perguntamos até que ponto isso não seria, também, uma estratégia de exercer domínio sobre esses corpos.⁴¹⁰

Jackson Ferreira mapeou diversos aspectos que envolviam o suicídio de cativos (local, método e motivo do ato, bem como gênero, naturalidade e estatuto legal do suicida). Os quadros analisados por ele são de grande valia para compor um quadro dos principais motivos que levaram dezenas de escravos ao suicídio. Muitos preferiam se matar a retornar ao cativoiro. Esse e outros fatores o levaram a visualizar o suicídio como um ato de resistência, a fuga da escravidão.⁴¹¹

As interpretações sobre o ato de suicidar-se discutidas pela historiografia nos levaram a entender que, ao falar sobre suicídio de menores, não tratamos apenas da morte, mas sobretudo da vida: trajetórias e histórias, condições de existência e de sobrevivência. Até que ponto a precariedade e as condições de trabalho da qual as menores estavam inseridas as levou a momentos de desespero e de dor? Investigar esses casos nos permite entender características e a trajetória de determinados grupos.⁴¹²

Muitos médicos brasileiros, baseados nos estudos da psiquiatria veiculados na escola francesa, consideravam que a causa do crescimento de suicídios na capital baiana era a irreligiosidade crescente na população, mas também fatores patológicos, em especial a alienação mental. Não raro os cientistas culpavam o crescimento de adeptos de práticas religiosas afro-brasileiras e africanas como responsáveis pela loucura, pela desordem moral e religiosa da população, que levavam a uma série de problemas, como o suicídio, o roubo e a mendicância.⁴¹³

É importante ressaltar que, diferentemente no que encontramos nos textos da *Gazeta Médica da Bahia*, para os adeptos de religiões afro-brasileiras, o suicídio não é bem-visto, na verdade, é tido como algo abominável. Além disso, não é permitida sua passagem direta para o Órun, pois seus adeptos são e sempre foram adoradores da vida, e o suicídio interrompe precocemente o destino daquela pessoa impedindo que ela cumpra seu destino no ayê. Logo, a

⁴¹⁰ RODRIGUES, José Carlos. Tabu da morte. Rio de Janeiro: Achiame, 1983.

⁴¹¹ FERREIRA, op. cit., p. 221.

⁴¹² Ver: FERREIRA, op. cit., 2004; SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira. Sentidos Possíveis De Maternidades Negras. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Silva Felix Airton. Escravidão e Liberdade: estudos sobre gênero, corpo, memória e trabalho. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: São Paulo, 2023, p. 204.

⁴¹³ FERREIRA, op. cit., 2004.

ancestralidade da pessoa não alcança a evolução espiritual merecida e ela não conclui seu destino.⁴¹⁴

Em 2 de Fevereiro de 1891, os leitores da *Gazeta Médica da Bahia* tiveram a oportunidade de ler um texto que convocava todos os cientistas, em especial os médicos deputados, a realizarem reformas na legislação sanitária e no ensino médico, modificando a insinuação e a organização da higiene pública. Dentre as medidas que deveriam ser adotadas, destacam-se o controle do exercício da farmácia, pois a liberdade comercial de medicamentos estava trazendo uma série de perigos para a saúde moral e pública. Segundo o texto, era de conhecimento de toda a classe médica que não era muito difícil obter em algumas drogarias e farmácias medicamentos ativos e venenosos sem prescrição de facultativos, para fins terapêuticos, ou sob o pretexto de eliminar alguns animais "daninhos". Essa liberdade comercial estava, nos termos do artigo, facilitando o suicídio e o homicídio. Como exemplo, ele cita, ainda, o fato de que era notório para toda a classe médica que as criadas estavam se insinuando como parteiras nas casas de família, exercendo justamente uma atividade da qual elas não compreendiam o funcionamento:

[...] não se limitam a prover em seu fardel obstetrico de orações e outros objetos de devoção com virtudes especiais para todos os casos difíceis, mas de mistura com esses talismãs em geral objetos que se convertem em arma de destruição que trazem perigos para as parturientes e apara a esperada prole.⁴¹⁵

O texto termina ressaltando que para resolver o problema do suicídio, era necessário educar o povo no princípio da ciência e na higiene pública, pois essa ausência moral da educação científica condenava o homem a indiferença, corrupção e a atentar contra a própria vida.⁴¹⁶

De fato, muitos médicos se referem aos anos 1890 a partir de uma ideia de epidemia de suicídio, responsabilizando a higiene e saúde pública por não tomar medidas para a contenção dos casos. Em 1892, *A Gazeta Médica da Bahia* convocou todos os jornalistas a terem cautela na publicação de casos deste tipo, pois essa reprodução, sem responsabilidade, estaria causando uma epidemia de imitação de atentados contra a própria vida. Como exemplo, ele cita o registro obituário na cidade de Salvador do ano anterior que havia registrado 2895 mortes, considerando, que dentre elas, 123 eram casos de suicídio. Esse número era muito maior que o

⁴¹⁴ SOBRINHO, JOSÉ SANT'ANNA. Terreiros Egúngún: Um Culto Ancestral Afro-Brasileiro. NED-New edition, 2. SciELO – EDUFBA, 2021. <https://doi.org/10.7476/9786556304137>.

⁴¹⁵ *Gazeta Médica da Bahia*, 2/2/1891. Link:

⁴¹⁶ Ibid.

ano anterior, com 93 casos a mais que o que foi registrado em 1890, que, por sua vez, registrou mais casos que o ano anterior, 1889.⁴¹⁷

Alguns apontamentos são necessários sobre o registro desses casos. De acordo com Jackson Ferreira, é possível falar de ocultações de possíveis tentativas e de casos de suicídio, sobretudo considerando determinadas classes sociais. Ao analisar ocorrências de suicídios de escravizados, ele nos descreve que muitos senhores tentaram encobrir assassinatos por severos castigos praticados.⁴¹⁸

O fato de os casos de suicídio entre pessoas de cor ter crescido após a abolição da escravidão pode ser explicado por dois fatores. Primeiro, devido ao crescimento desses debates no meio científico, sobretudo entre os médicos da Faculdade de Medicina da Bahia, é possível que o registro desses casos tenha sofrido modificações, uma vez que os casos passaram a ser mais noticiados pela imprensa baiana conforme o século XIX ia se findando.⁴¹⁹

Devemos considerar, também, que foi no final do século XIX que os estudos sobre o atentado contra a própria vida ganharam maior evidência dentro dos estudos da criminologia e da medicina, no campo da antropologia jurídica e da psiquiatria. Caroline Santos Silva, em sua pesquisa sobre o ensino e prática obstetrícia na cidade de Salvador, demonstrou que muitos médicos foram fortemente influenciados por Cesare Lombroso.⁴²⁰ No livro *L'uomo Delinquente*, especificamente no capítulo II: *Suicidi per passione e pazzeschi*, encontramos a diferenciação do ato em dois tipos: o delito por paixão, que acometia principalmente as mulheres nas regiões de Paris e Viena, de acordo com os dados coletados nos registros de óbito; e o suicídio enquanto delito, presente sobretudo em casos de sujeitos com alienação mental, os que se encontravam em situação de miséria e na população carcerária.⁴²¹

Os casos de suicídio envolvendo a população em estado de vulnerabilidade socioeconômica eram os mais comuns entre os classificados como delito. Como exemplo, Lombroso cita o caso de um operário que, não conseguindo alimentar sua família, após vender tudo que possuía, se matou. Ele descreve, também, o caso de uma mulher que possuía uma casa de prostituição e procurou uma instituição de caridade, alegando que não se alimentava havia

⁴¹⁷ Gazeta Médica da Bahia, 18/05/1892. Link:

⁴¹⁸ FERREIRA, op. cit., 2004.

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ SILVA, Caroline Santos. Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2001, p. 12

⁴²¹ LOMBROSO, Cesare. *L'uomo Delinquente*. 5 Edição. Milão, 1897. Ver especificamente o capítulo II: *Suicidi per passione e pazzeschi*.

dois dias. Após ter o pedido negado pela instituição, ela se matou e deixou um bilhete explicando os motivos que a levaram aquele ato: a pobreza.⁴²²

Essa classificação de suicídio era considerada proveniente de uma “doença mental”, portanto, revelava um desequilíbrio do indivíduo, que, dentro da antropologia criminal, pertencia a uma classe social específica. Encontramos uma reprodução dessas ideias em certos textos veiculados neste período no Brasil, com referências a Cesare Lombroso.⁴²³ O que demonstra uma proximidade entre o que era elaborado com relação ao suicídio no Brasil e nos países europeus. A chegada desses estudos em território nacional pode ter desmistificado certas interpretações e estimulado novas formas de registro desses casos.⁴²⁴

Merece ser destacado, também, as interpretações sobre casos de suicídio presentes no livro do mesmo autor, intitulado *L'uomo bianco e l'uomo di colore, letture sull' origine e le varietà delle razze umane*. Essa obra, que teve como centralidade a diferenciação entre homens brancos e homens de cor, apresentou comparações de homens, mulheres e crianças africanas que se suicidaram a espécies de macacos, dentre elas o orangotango.⁴²⁵

Os itinerários de raça e classe, quando atravessados pelos atos de suicídio, nos revelam que para a criminologia e psiquiatria europeia – a mesma que inspirou os intelectuais brasileiros – o ato de tirar a própria vida, ainda que como uma forma de protesto às vulnerabilidades sociais e raciais, eram consideradas locuras, alienação, e até seus sujeitos, se possuíssem uma cor específica, eram animalizados: é o caso da criança africana que tira a própria vida e é comparada com um macaco.⁴²⁶

No caso do Brasil, devemos sempre nos lembrar que a experiência de emancipação da população escravizada engendrou uma série de expectativas com relação a liberdade. Assim, uma vez que não existiu, de fato, nenhuma integração social, devemos considerar que o alto índice dessas mortes podem ser reflexo da falta de integração social e da solidão.⁴²⁷

⁴²² Ibid, p. 915.

⁴²³ De acordo com a pesquisa de Carolina Santos Silva, o famoso médico italiano influenciou a medicina legal produzida no Brasil e na Bahia, em especial os estudos de Nina Rodrigues, do Dr. Alicio Peltier de Queiroz e de outros médicos. Ver: SILVA, Caroline Santos. Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2001, pp. 11-17.

⁴²⁴ Ibid.

⁴²⁵ “Un macaco, scrive Wallace, della stessa età del mio piccolo orango, mostrava più intelligenza, ma questo avca modi assai più somiglianti agli umani. Egli gridava come un bimbo ; cacciava, curiosando, le mani dappertutto : se regalato di cose dolci, si leccava e addentrava le labra, e torceva gli occhi all'alto ; se di cose amare, sputacchiava, sbuffava, e pestava i piedi proprio a mo' di fanciullo di colore. » (The Malay Arch. 1869).” Ibid, p. 146.

⁴²⁶ LOMBROSO, Cesare. *L'uomo bianco e l'uomo di colore, letture sull' origine e le varietà delle razze umane*. 1 Edição. Padova, 1871. Ver especificamente o capítulo L'intelligenza Delle Scimie Si Manifesta.

⁴²⁷ FERREIRA, op. cit., 2004.

O suicídio não pode ser analisado apenas do ponto de vista das estatísticas de relatórios de óbito, mas devem ser contrapostos com depoimentos das vítimas, de seus parentes e vizinhos. Podemos supor que os atos de suicídio foram muito mais que expressões do desespero, mas sim formas de negociar melhores condições de trabalho e liberdade. É o que sugere o caso de suicídio de Maria, trabalhadora doméstica de 18 anos que residia na casa de seus patrões, a família Beck⁴²⁸:

Os que desertam – Entre as Chamas – Na residência da família Beck, a rua da Lapa, n.20, precisamente a 4 mezes que se encontra como criada uma mocinha de 18 anos aproximadamente. De certo tempo para cá, Maria da Conceição (este é o seu nome) mostrava desejo de retirar-se, porém, como a sua genitora não reside na capital a não ser um parente que mora no Garcia, à família onde se encontrava Maria, não a deixava sair.

Ontem os desejos da enlouquecida moça aumentaram, aborrecendo até os seus insistentes pedidos para retirar-se.

Alegava Maria que tinha um parente em S. Pedro n. 3, o que não era exato conforme foi verificado.

Zangada com esta descoberta Maria pela madrugada de hoje, aproveitando a ocasião em que todos dormiam dirigiu-se ao walter-close da casa, trancou-se por dentro e ateou fogo as suas vestes.

No desespero dos terríveis sofrimentos, Maria começou a gritar pedindo socorro.

Com os alarmantes gritos que sobresaltara todos da familia Beck, foram encontrá-la no referido local, em estado já bastante grave.

Comunicando o fato, a polícia imediatamente compareceu ao local com guardas civis, que providenciaram para a remoção de Maria para o hospital de Santa Izabel, onde após a chegada faleceu.

A respeito foi aberto inquerito, tendo comparecido o coronel Ribeiro, autoridade do districto.⁴²⁹

Não nos é informado na notícia qual parente de Maria morava no Garcia. Poderia ser um irmão, tio, primo ou avô. O fato de sua mãe residir fora da capital, pode nos sugerir que a menina, assim como tantas outras, tenha passado pela experiência de deslocamento para Salvador em busca de melhores condições de vida. Teria Maria sido “pega pra criar” sob a promessa de aprender a ler e escrever, alimentação e moraria em troca de trabalhar na casa de seus patrões? A notícia revela, também, que existiria a possibilidade de Maria ter inventado esse tal parente, e poderia estar utilizando isso como estratégia para fugir ou encontrar outra pessoa.

O caso de suicídio de Maria foi classificado como alienação, que era um termo da época para casos de suicídio em que o sujeito “sofria das faculdades mentais”. Em alienação encontramos casos de vítimas que estavam sofrendo de problemas mentais, acompanhando

⁴²⁸ A *Notícia*, 10/10/1914

⁴²⁹ A *Notícia*, 10/10/1914.

expressões como alienação mental, loucura, desarranjo, distúrbios mentais, monomania, mania, histéria, entre outras.⁴³⁰

Assim como Maria da Conceição, muitas menores foram impedidas de sair das casas em que trabalhavam, seja para visitar parentes, familiares ou amigos, seja por qualquer outro motivo. No decorrer da notícia, observamos que ela lutou, de forma insistente, pelo direito de poder sair da casa de seus patrões, fato este que foi de modo veemente negado por eles. Maria mostrava o desejo de retirar-se, mas a ela foi subtraído o direito de decidir sobre sua própria vida e seu próprio destino. Isso a levou a tomar a decisão de acabar com sua própria vida, incendiando-se dentro do *walter-closet* da família.⁴³¹

Em certos casos, tomando como exemplo Maria da Conceição, o suicídio pôde emergir como o ato de tornar-se sujeito. Decidir não mais viver sob as condições de seu patrão pode ser uma resposta em que ela reivindicou sua subjetividade. Em um contexto de busca por liberdade e melhores condições de trabalho, o suicídio pode ser visto como uma forma de autonomia dessas meninas, pois somente elas poderiam decidir sobre a sua própria vida ou determinar sua existência.⁴³²

3.3. Denúncias de Tutores

As denúncias de menores e suas famílias foi uma característica das relações de tutoria no pós-abolição. Durante esses processos, é possível perceber a atuação da família dessas meninas, que, muitas vezes, recorreram a processos para denunciar as infrações cometidas nos contratos acordados entre as famílias. De acordo com Giovana Nunes Gusmão, desde o final século XIX a legislação vigente determinava três tipos de soldada: testamentária, legítima e dativa. Era considerada testamentária quando o pai indicava no testamento quem seria o tutor de seus filhos, ao passo que a legítima determinava que quem iria criar o menor era um parente próximo; já a dativa era imposta pelo magistrado a um cidadão considerada respeitável. Dentre os processos de tutela analisados por ela, é notório que a grande maioria no período que se estendeu entre 1871 e 1900 eram tutelas dativas (85,3%). Ao examinar os 82 processos de tutela, ela constatou a presença de 136 menores, dos quais 116 (85,3%) foram submetidos à tutela

⁴³⁰ FERREIRA, op. cit., 2004.

⁴³¹ KILOMBA, Grada. Suicídio. In: KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, pp. 187-191.

⁴³² Ibid.

dativa, enquanto 20 (14,7%) foram atribuídos à tutela legítima. Não foi identificado nenhum caso de tutela testamentária durante a sua análise.⁴³³

Também demonstra Gislane Azevedo que caso os progenitores estivessem vivos e apresentassem um "comportamento irregular" caracterizado por carências "morais" ou sociais, o Juiz de Órfãos teria a possibilidade de retirar-lhes o poder parental, transferindo a responsabilidade sobre a criança para outra pessoa. Essa medida também poderia ser aplicada caso os pais alegassem não ter condições de cuidar da criança e, conseqüentemente, solicitassem aos juízes que outra pessoa assumisse essa responsabilidade.⁴³⁴

De acordo com Gislane Azevedo e Giovana Nunes, além das medidas de tutela, outro acordo feito para empregar a mão de obra infantil no final do século XIX e início do século XX era o contrato de soldada. Este instrumento foi estabelecido no início do período imperial com o propósito de formalizar o emprego de filhos de imigrantes. Consistia em um contrato de aluguel de serviços de crianças estrangeiras para trabalhos domésticos, mediado pelo juizado de órfãos.⁴³⁵

Conforme Gislane Azevedo destacou, à medida que as restrições à escravidão foram sendo aplicadas, o contrato de soldada passou por alterações legais, deixando de se aplicar exclusivamente aos filhos de imigrantes e passando a abranger todas as crianças em situação de pobreza.⁴³⁶

Sobre os contratos de Soldada, as Ordenações Filipinas nos informam que:

O juiz dos órfãos fará lançar pregão no fim de suas audiências, em que digam que tem Órfãos para se darem por soldada.

Os Expostos de côr preta dados a criar fora das Casas de Caridade também se devem dar a soldada, com as precisas cautelas para não serem escravizados.

Os Índios também podem ser dados á soldada.⁴³⁷

⁴³³ NUNES, Giovana Ferreira. Histórias de ingênuos e órfãos tutelados na Bahia (1871/1900). Orientadora: Isabel Cristina Ferreira dos Reis. Dissertação de Mestrado em História (UNEB), 2016. Universidade Estadual da Bahia, Santo Antonio de Jesus.

⁴³⁴ AZEVEDO, Gislane Campos. De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917). (Dissertação de Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995

⁴³⁵ NUNES, op. cit., 2016; AZEVEDO, op. cit., 1995.

⁴³⁶ Ibid.

⁴³⁷ ALMEIDA, Cândido Mendes de (com.). Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. 14ª ed. RJ: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. p. 211.

No contexto da tutela no Brasil, a norma estabelecia que seriam considerados tuteláveis apenas os órfãos completos ou aqueles privados do pai, uma vez que a mãe não detinha o poder paternal. Entretanto, o juiz de órfãos tinha a prerrogativa de conceder tutela legítima à mãe ou à avó de um menor, na ausência do pai e do avô, desde que renunciassem aos benefícios e a todos os outros privilégios concedidos às mulheres por direito. Isso ocorreria no caso de não viverem de maneira honesta ou se casassem novamente, perdendo assim a tutela, que não seria restabelecida mesmo em caso de viuvez. A legislação vigente no Brasil restringia ao máximo o poder das mulheres brancas sobre seus filhos, e essa limitação era ainda mais acentuada no caso das mulheres negras.⁴³⁸

De acordo com a legislação vigente, as crianças eram incapazes de conduzir-se, portanto, o magistrado necessitava constituir um tutor para os órfãos, pois, caso fossem abandonados a própria sorte, poderiam tornar-se moradores de rua e criminosos. No que se refere aos processos de tutela e soldada, é possível perceber que a narrativa que prevalecia entre as autoridades, incluindo juízes, curadores e escrivães de órfãos, assim como entre os cidadãos interessados em assumir a tutela de crianças provenientes das camadas mais desfavorecidas, especialmente aquelas que saíram do cativo, era orientá-las na valorização do trabalho.⁴³⁹

O caso já citado da menor Maria Theodora Albuquerque nos demonstra a predominância desse discurso. No dia 14 de novembro de 1904, com o apoio de sua tia, ela denunciou seu tutor alegando que ele não lhe oferecia alimentação, vestimenta e remédio como prometido em acordo com sua família. Não é revelado com qual de seus familiares é feito esse acordo, mas, uma vez que a menor é classificada como órfã pelo processo, podemos supor que talvez seus avós, primos e até mesmo sua tia que realiza a denúncia fossem os responsáveis pelo contrato. Quando a menor é submetida a um inquérito policial, ela alega que quer sair da casa do seu tutor e morar com sua família. Seu tutor argumenta no inquérito que estava ensinando-lhe um ofício e dando educação compatível com suas forças, considerando seu estado de penúria. No entanto, parece que seus argumentos não foram suficientemente capazes de convencer o juiz, que poucos meses depois concede à tia de Maria Theodora Albuquerque sua tutela.⁴⁴⁰

Em 1891, uma denúncia é feita no Jornal de Notícias, intitulada “Tutor a Pulso”. Na referida matéria, uma menor é mantida contra sua vontade como tutelada na casa de um homem

⁴³⁸ NUNES, op. cit., 2016.

⁴³⁹ Ibid.

⁴⁴⁰ PETIÇÃO de tutoria de Maria Theodora Pedrosa de Albuquerque. Salvador, 31 de outubro de 1908. Localização: 01/15/61.

descrito como muito influente na cidade de Salvador, cujos amigos, juízes e médicos, não irão permitir que a menina “ganhe a questão”:

[...] o seu tutor quer a pulso continuar na tutela [...] e diz publicamente que tem a certeza de ganhar a questão, por que conta com o juiz e médicos que são seus amigos, e mesmo para a relação tem força especial; e que tal? A que está reduzida esta terra! Viva o soborno! Viva o escândalo!⁴⁴¹

A notícia termina da seguinte forma: “Espera-se que os honrados cidadãos a quem esta afeta não se subornem para não dar prova de verdade ao que antecipa o tal tutor.”⁴⁴² Muito embora a autoria da denúncia não seja declarada, é possível que algum familiar tenha procurado o redator para fazer denúncia como forma de pressionar o juiz do processo em questão. Apesar disso, o nome da menina não é revelado, apenas que se trata de uma menor de 10 anos, de cor preta, cuja proximidade com a abolição da escravidão pode nos sugerir que, talvez, trate-se de espécie de “escravidão camuflada”, ou seja, uma tentativa desesperada da classe senhorial para manter os filhos das ex-escravizadas sob seu domínio e mão de obra, uma vez que diversas crianças ingênuas foram submetidas à tutoria por serem órfãs, por concessão dos pais ou por orientação de curadores e juízes de órfãos.⁴⁴³

O fato de o tutor dizer publicamente que iria ganhar o processo, juntamente com o fato de que esta notícia foi replicada no *Jornal de Notícias*, revela que se tratou um caso de grande circulação na época, devido ao fato de que o tutor era uma pessoa com uma posição social bem consolidada.

Não podemos deixar de mencionar, também, que o fato de a menor enfrentar esse tutor, descrito como uma pessoa influente na sociedade baiana, mostra a importância que sua busca por liberdade tinha, frente aos riscos e perigos de realizar essa denúncia. O fato de o jornal dizer, com ironia, “viva ao escândalo” e “viva ao suborno”, pode significar que o trabalho de menores tutelados na época, muito embora fosse amplamente disseminado, nem sempre era bem-visto, dependendo das condições.

O caso descrito pelo jornal é semelhante ao já citado caso de Leopoldina Maria Moreira, 16 anos, cor parda-escura; muito embora tenha acontecido anos depois, em 31 de outubro de 1908. Seu tutor também possuía influência na sociedade baiana, a julgar pelo seu apelido de Coronel. Através do irmão dela, Antonio Cassiano Moreira, foi realizada uma denúncia contra José Belmiro por maus tratos, em específico endereçada à cônjuge dele, que a agrediu. Quando

⁴⁴¹ *Jornal de Notícias*, 18/04/1891.

⁴⁴² *Jornal de Notícias*, 18/04/1891.

⁴⁴³ SALMASO, Ana Elisa. *As Ações de Tutela e a "infancia desvalida" na segunda metade do século XIX em Campinas*. Orientador: José Flávio Motta, São Paulo, Campinas, 2016.

submetida a um inquérito, Leopoldina disse que não recebia vestimenta como havia sido combinado quando foi entregue, e que quando se queixou com seus tutores, foi agredida pela cônjuge do Coronel, que a chamou de ingrata.

O processo de Leopoldina e das outras menores apontam importantes indícios sobre o que era exploração no período, sobretudo considerando os termos dos contratos de tutela. Essa relação deveria considerar, em muitos casos, a ideia de uma educação voltada para à formação profissional no período, que deveria ser remunerada a partir da ideia de troca entre sustento e trabalho, que, de acordo com as Ordenações Filipinas, estabelecia o direito de obter os serviços dos menores a quem os tivesse criado na infância. Devemos considerar que, no final do século XIX e começo do século XX, a ideia de infância era um conceito em disputa, atravessado por diversos itinerários sociais, raciais e de gênero.⁴⁴⁴

O caso de Leopoldina nos demonstra a participação cotidiana dos menores no provimento de suas casas. As crianças participavam de forma ativa na economia familiar exercendo funções domésticas ou prestando serviços contratados em acordo com sua própria família, como é possível perceber nos casos em que as mães entregaram seus filhos a outras famílias ou para mestres de ofício mediante a formalização de um contrato de soldada ou ação de tutela. Deste modo, os casos analisados nos permitem problematizar as relações de tutela estabelecida pelos contratos de soldada, que, em certos casos, acabou por possibilitar, de forma institucionalizada, a exploração da mão de obra infantil.⁴⁴⁵

3.4. Gestos de desobediência

Quando uma menina fugia da casa de seu tutor, ele poderia recorrer aos jornais para anunciar sua fuga, e poderia também oferecer uma recompensa àquele que a devolvesse ou auxiliasse sua busca. Não sabemos ao certo quem realizava a busca das meninas fugidas: diferente do período escravocrata, em que os "capitães do mato" e o exército realizavam essa procura, não encontramos uma definição exata para o período estudado.⁴⁴⁶

⁴⁴⁴ AZEVEDO, op. cit., 1995; SALMASO, op. cit., 2019.

⁴⁴⁵ Salmaso, op. cit., 2019.

⁴⁴⁶ Para o período escravista, Machado de Assis escreveu um importante conto, intitulado *Pai contra Mãe*. O texto conta a história de um homem pobre que precisa levar sustento pra seu filho, e, para isso, ele captura escravos fugidos. No caso descrito, ele captura uma mulher escravizada que, ao ser entregue ao seu dono, perde o filho mediante a violência usada em sua captura. Machado de Assis escreve que: "Pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. Não será nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia rijo para pôr ordem à desordem."

Em diálogo com os anúncios de fuga, bem como com as notícias de menores apreendidas, podemos supor que os próprios oficiais de polícia pudessem realizar essas tarefas. Não podemos deixar de considerar que, com as redefinições econômicas entre os espaços da cidade e do campo, trabalho livre, espaço público e espaço privado, provocadas pelo fim da escravidão, pode ser que tenham surgido pessoas que, de modo independente, tenham passado a se interessar por essa procura: poderiam ser pobres em busca de sustento, policiais, enfim, o fato dos anúncios aparecerem com certa frequência nos permite entender que existiu uma certa circulação desses casos na cidade de Salvador.

O anúncio de fuga é, inicialmente, uma reação do patrão à fuga da menina. Ele, ao perceber a fuga, recorre à imprensa e descreve a menor com uma série de características que envolvem o tipo físico, moral e intelectual, não omitindo detalhes como marcas de varíola ou de castigos físicos, a roupa usada no momento da fuga, acordos feitos com a família, a existência de mães, tios, avós, amigos e até mesmo namorados. Descobrimos, mediante essas descrições, estruturas sociais e valores morais dentro da sociedade pós-abolicionista explicitados pelos senhores.

Dentre os significados presentes nos anúncios de fuga, argumentamos que as expectativas sobre o papel desempenhado pela menor trabalhadora são bem explícitas. A fala das meninas é muito difícil de ser acessada, e quase não aparece quando se trata dos anúncios de fuga. Elas não possuem um lugar de enunciação enquanto sujeitos, portanto, sua fala é contida, não aparece; quando vem à tona, é traduzida pelos patrões na relação estabelecida com o Estado, com a política e com a imprensa. Logo, as meninas são reduzidas ao silêncio, mas elas falam a partir de outros atos simbólicos. Argumentamos que a fuga é um desses atos, é um gesto de desobediência que provoca a escrita, um texto no qual as meninas são ditas, e não apenas isso: ganham corpo e estrutura.

A fuga produz uma série de sentidos, e se encontra na encruzilhada entre a imprensa, o código, a lei e o discurso literário. Essa encruzilhada resulta no surgimento das meninas enquanto sujeitos ativos na sociedade pós-abolicionista e não apenas uma mão de obra explorada dentro dos muros das casas de família. As meninas emergem como sujeito histórico, a partir do silêncio dos seus gestos, e do que é escrito a partir disso pelos seus patrões.⁴⁴⁷

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. "Pai contra mãe". Relíquias de Casa Velha (1906). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 2, p. 121.

⁴⁴⁷ Para nós, a ideia de agenciamento se baseia no conceito de *agency*, de Edward Palmer Thompson. Essa noção considera as capacidades das pessoas de criarem, a partir de suas vontades, suas próprias histórias. Essas mesmas pessoas podem, mediante seus próprios gestos e atos, superar as limitações impostas por determinada circunstância. Muitos historiadores sociais tem dialogado com esse conceito para discutir a escravidão afro-brasileira. Nesse trabalho, o referencial de agenciamento são as meninas trabalhadoras, que conseguiram desafiar

Após a análise desses anúncios, argumentamos que através das descrições feitas é possível identificar qual o lugar que as meninas ocupavam dentro da sociedade, suas características, suas relações construídas, as expectativas de seus familiares, amigos e relacionamentos amorosos, bem como os lugares em que elas circulavam e o que pensavam sobre liberdade e mundos do trabalho.

O fato de serem nomeadas, também, é importante para marcar sua ação consciente e sua constituição como sujeitos de suas próprias histórias. A partir do nome, são evidenciadas outras relações estabelecidas por elas com indivíduos da sociedade, como também os lugares em que elas circulavam ou poderiam circular. Deste modo, os anúncios de fuga de menores revelam, em suas entrelinhas, a existência de contradições presentes na sociedade no período em questão: existe a construção das meninas enquanto um objeto que deve ser protegido dos perigos das ruas, da sua própria sexualidade, da sua própria cor e de sua índole; ao passo que, no mesmo acontecimento, observamos a existência do surgimento de sujeitos historicamente determinados.

Como foi visto ao longo do trabalho, os saberes médicos contribuíram, de certa forma, para a precarização do trabalho doméstico, contribuindo para o surgimento de novas formas de vigilância, com a finalidade de controlar a liberdade das meninas trabalhadoras. Não apenas os debates médicos, mas também as discussões dos juristas acabaram influenciando a criação de contratos de trabalho que institucionalizaram a precarização da mão de obra, ao estabelecer a péssima remuneração como salário para o trabalho doméstico e infantil.⁴⁴⁸

Logo, argumentamos que o trabalho das meninas, por ser mal ou não-remunerado, por possuir estratégias de controle definidas pelos saberes médicos e pelas leis da época, cumpriu um papel fundamental na reorganização da economia capitalista pós-emancipação, definindo uma mão de obra de baixo custo para as famílias baianas.

Não podemos deixar de mencionar que a infância se tornou um grande problema para a cidade soteropolitana. Os textos da *Gazeta Médica da Bahia*, a literatura infantil e os manuais de criminologia demonstram que resolver esse tema era, também, dar conta do que era considerado o grande problema do Brasil: o elemento racial.⁴⁴⁹

suas próprias condições e agiram, como puderam, dentro do sistema que limitava, pressionava e subjugava. THOMPSON, E. P.. Agency and Choice – I. A Reply to Criticism. From *The New Reasoner*, N.5, Summer, 1958, pp.89-106.

⁴⁴⁸ Ver: CERQUEIRA, op. cit., p. 88.

⁴⁴⁹ Sampaio, Gabriela dos Reis; Albuquerque, Wlamyra Ribeiro de. De que lado você samba? (Coleção História@ Ilustrada). Editora da Unicamp. Edição do Kindle. Ver, especialmente, capítulo 4.

De fato, muito se produziu sobre a infância no pós-abolição. Aos poucos, os intelectuais iam forjando um conceito de infância que reservou diferentes lugares raciais para os pequenos e pequenas: enquanto a infância branca foi considerada um momento especial da vida humana, a criança pobre e negra deveria trabalhar, e, para alcançar esse objetivo, era necessário que as instituições legitimassem essa prática, contribuindo para a consolidação da mão de obra infantil como uma possibilidade para as famílias baianas, especialmente as de elite.⁴⁵⁰

Esse mercado de trabalho infantil era bastante precarizado: além da má remuneração e do enclausuramento “portas adentro”, existiam, também, os castigos físicos, uma vez que as relações entre patrões e empregadas foram bastante cruéis, marcadas pela impessoalidade, mas também por castigos rígidos, espancamentos, ofensas morais e importunação sexual.

Nos textos dos jornais, da literatura, dos processos e dos contratos, encontramos a existência de familiares e de amigos que muitas vezes lhes auxiliaram a fugir e a denunciar seus tutores. Talvez algumas promessas pudessem ter sido feitas para que as meninas se dispusessem a trabalhar nos lares, saindo, assim, de sua própria casa em busca de oportunidades de emprego, de melhores condições de vida. Essas mesmas meninas pareceram estar atentas às violações desses acordos, e apostaram em diversos gestos para demonstrar seu descontentamento: fugas, suicídios e processos cíveis.

O significado dos gestos de desobediência das meninas trabalhadoras foi a centralidade dessa dissertação. Acreditamos que, frente às normas médicas e jurídicas presentes nos cotidianos das menores, alguns exemplos importantes de descontentamento podem ser explorados como possibilidade de investigação. As fugas, suicídios, rebeliões e atitudes individuais revelam muito sobre as instituições, sobre o trabalho, sobre os conflitos, tensões e projetos de vida das menores.

"E não sou eu uma mulher?". A intervenção de Sojourner Truth na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, nos Estados Unidos em 1851 pode ser, também, com suas devidas ressalvas temporais, contextuais e espaciais, o questionamento de muitas meninas pesquisadas, e tantas outras meninas que não aparecem nesse estudo. E acaso não sou eu uma criança? Questionaram elas, talvez, ao se depararem com os discursos presentes na sociedade republicana que forjaram a infância como um momento especial no desenvolvimento de homens e mulheres, mas que, contudo, isso não se aplicava a elas.

De fato, embora as expectativas geradas em torno do que era ser criança na sociedade republicana não se aplicassem à infância negra que, desde tenra idade determinava que meninas

⁴⁵⁰ CERQUEIRA, op. cit.

negras e pobres deveriam trabalhar para ajudar no sustento das suas famílias, é possível afirmar que muitas delas atuaram reconstruindo seus contextos, reinventando a liberdade e as práticas de luta que lhes garantissem liberdade e cidadania.

EPÍLOGO

Em dezembro de 1897, a menor Maria Domingues de Jesus, de 12 anos, descrita como mulata clara, filha legítima de José Júlio dos Santos, natural de Palmares, foi enviada para a cidade de Salvador, juntamente com sua irmã Maria de S. Pedro, 10 anos, também de mesma cor. No relatório do Comitê Patriótico da Bahia⁴⁵¹, nos é informado que ambas foram desvirginadas pelo soldado José Maria, do 25 batalhão de infantaria.⁴⁵²

As duas irmãs, juntamente com os menores sobreviventes da guerra de Canudos Maria Carolina, 8 anos, Maria, 6 anos, Mariasinha, 5 anos, Maria Jesuína de Paula, 9 anos, Júlio dos Santos, idade não informada, foram enviados para a cidade de Salvador após o fim da guerra, e possuíram destinos diversos. Enquanto algumas crianças foram tuteladas por famílias baianas, outras tinham como destino os orfanatos da cidade, como a Santa Casa da Misericórdia, o Convento São Francisco, Asilo Filhas da Ana, Asilo de Mendicidade, entre outros.⁴⁵³

O Comitê Patriótico da Bahia tinha como principal missão evitar a reescravização das crianças vítimas da guerra de Canudos, que foram distribuídas, em grande número, a pessoas que, nos próprios termos do Comitê, eram “inescrupulosas” e que “[...] se recordavam com saudade dos cativeiros, e que só visam na aquisição destes menores a desfrutação gratuita e irresponsável do trabalho”.⁴⁵⁴

No relatório do comitê, alguns casos de trabalho compulsório das crianças vítimas da guerra são descritos, em condições análogas a escravidão, como, por exemplo, o Sr. Cortes, na cidade de Queimadas, que possuía uma criança em sua casa realizando atividades de criadagem. Quando interrogado pelo comitê sobre a procedência do menino, ele argumentou que

o menino era dele, estava com ele: não tinha que dar satisfação a ninguém, que pouco importava que o pai ou a mãe, ambos fossem judas ou o diabo; a questão é que o menino lhe tinha sido dado pelo general e disto havia passado recibo para maior garantia: não o entregava, pois, a ninguém nem tinha que se responsabilizar por coisa alguma!⁴⁵⁵

⁴⁵¹ O Comitê Patriótico da Bahia foi uma associação criada por membros da elite soteropolitana e sustentada por doações para auxiliar as forças republicanas durante a 4ª. Campanha de guerra contra Canudos. Esta organização respondeu de início às necessidades do Exército, mas, no pós-guerra, este comitê tornou-se defensor dos sobreviventes belomontenses e porta voz da consciência da elite baiana ante os crimes de guerra cometidos em Canudos pelas forças legais. Ver: PIEDADE, Lelís. Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901). Salvador: Portfolium, 2002.

⁴⁵² PIEDADE, Lelís. Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901). Salvador: Portfolium, 2002, XXII.

⁴⁵³ Ibid.

⁴⁵⁴ Ibid, p. XIV.

⁴⁵⁵ Ibid, p. XIV.

Esse caso, descrito como uma situação de extrema gravidade, foi muito mais comum do que podemos imaginar. Ao longo das 288 páginas do relatório do Comitê Patriótico, nos deparamos com relatos de escravização das crianças que sobreviveram à guerra. A alternativa do comitê foi enviar as meninas e meninos para as mais diversas cidades da Bahia, a orfanatos e casas de família, em regime de tutela. Como já observamos, essa condição de trabalho nem sempre estava distante da precarização, dos maus tratos e da violência. Podemos supor que se tratava, então, de assimilar esses órfãos no mercado de trabalho, juntamente com tantas outras experiências analisadas ao longo dos capítulos anteriores.

A trajetória de Maria Domingues de Jesus, de Maria de São Pedro e de tantas outras crianças analisadas ao longo das páginas desta dissertação nos permite entender de forma bem profunda os frágeis limites entre escravidão e liberdade no pós-abolição. Para as meninas, a liberdade tutelada muitas vezes cheirava a grilhões. Numa sociedade que havia recém abolido a escravidão, e que demandava cada vez mais um montante de trabalhadores domésticos, a mão de obra infantil foi uma das estratégias de suprimento dessa demanda, um pressuposto assumido pelas famílias baianas sem muito constrangimento.

FONTES

APEB - Arquivo Público da Bahia: Seção Judiciária: inventários, testamentos, processos-crimes e cíveis.

- Solicitações de Entrega do Menor/Termo de Soldada (1897-1929) – Processos Cíveis (caixas): 47; 2593; 2554; 2514; 2669; 2673; 2646; 2646; 2580; 2492; 2492; 2685; 2068; 3002; 2068.
- Ações de Tutela (1981 – 1927) – Processos Cíveis (caixas): 15; 1; 4; 11;

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia: Jornais e Obras Raras (Literatura).

Literatura

- Obras Raras: Mosaico Infantil (1911); Oração às Crianças (1913); Mestra e Mãe (1929);

Imprensa

- Jornais: O Imparcial (1910-1918); A Notícia (1914-1929); Cidade de Salvador (1897-1913); Correio do Brasil (1905); Pequeno Jornal (1890); Gazeta de Notícias (1913-1930); Diário de Notícias (1900-1930); Jornal de Notícias (1897-1898);

AHSCMBA - Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Bahia – Internato Nossa Senhora da Misericórdia

- Livro da Roda ou Registro de Admissão dos Expostos: 1890-1930;
- Livro de Termo de Locação de Serviço, Saída dos Expostos (unidade) – 1890-1930: 1;2;3;4;5;6;7;8.

Literatura

- XAVIER, Marques. Praieiros. São Paulo: GRD, 1983.
- LOBATO, Monteiro. Negrinha. São Paulo: Ed. da Revista do Brasil, 1920.

Relatório do Comitê Patriótico da Bahia

- PIEDADE, Lélis. (Coord.) OLAVO, Antônio (Org.) Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897 – 1901). Salvador: Portfolium Editora, 2002, 288 p.

Digitais/Avulsos

- Jornais/Periódicos: Memória do Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 14 setembro de 2024.
- Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP (Universidade de São Paulo). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos--Brasileiros/lei-do-ventre-livre.html>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- Lei do ventre livre: Collecção das Leis do Império do Brasil de 1871, Tomo XXI, Parte I, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1871, p.148.
- Presidência da República Casa Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em 20 de jan de 2020.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Meninas Perdidas In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*, 2000.
- ALLEMANDI, Cecilia L. “El servicio doméstico en el marco de las transformaciones de la ciudad de Buenos Aires, 1869-1914”. *Diálogos*, Maringá, vol. 16, n. 2, p. 385-415, maio-ago., 2012.
- AMICIS, Edmondo de. *Coração*. São Paulo: CosacNaify, 2011.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAUJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 168.
- ARAUJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 168.
- BARRETO, Marina Leão. Gênero e raça no trabalho doméstico livre em Salvador em fins do século XIX: o surgimento de uma classe fatalmente segmentada. *Mundos do Trabalho*, v. 10, n. 20, p. 81-102, 2018.
- BARRETO, Marina Leão. Gênero e raça no trabalho doméstico livre em Salvador em fins do século XIX: o
- Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP (Universidade de São Paulo). Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-do-ventre-livre.html>>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- BRITO, Lemos. *Oração às crianças*. Salvador: Livraria Catilina, 1913.
- CERQUEIRA, Alan Costa. *De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889)*. Dissertação de mestrado em História (UFBA), 2016. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2016_cerqueira_alan_costa_de_orfaos_a_trabalhadores_trajetorias_das_crianças_expostas_do_asilo_nossa_senhora_da_misericordia_1861-1889_0.pdf. Acesso em 08 jun 2023.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2018
- CRUZ, Lisiane Ribas. “Precisa-se de uma menina de 12 anos de idade para cuidar de criança”: *O trabalho Infantil na Primeira República (Porto Alegre/RS)*. *AEDOS*, v. 7, n. 17, p. 303-321, 2015.
- DAMASCENO, Alberto; VIEIRA, Carlos Eduardo. *Discurso republicano e o debate sobre a formação do povo brasileiro na trajetória de Virgílio Cardoso de Oliveira*. *Cadernos de História*

da Educação, Uberlândia, Brasil, vol. 22, pp. 163. Disponível em: <https://doaj.org/article/82eb67c37c224451b486fe40989bf685>. Acesso em 08 jun 2023.

DAMASCENO, Karine Teixeira. Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2019.

DAMASCENO, Karine Teixeira. Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2019.

DAMASCENO, Karine. Mal ou bem procedidas: Transgressões de regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, Bahia, 1890 - 1920. EDUFBA, Salvador, 2022.

DANTAS, Carolina V. (2010). O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos: Rio de Janeiro, 1903-1914. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937. *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998.

FERLA, Luis. “Cuerpos extraños en la intimidad del hogar: las empleadas domésticas en el Brasil de la primera mitad del siglo XX”. In: VALLEJO, Gustavo e MIRANDA, Marisa (directores); *Derivas de Darwin: Cultura y política en clave biológica*, Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2010.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A Educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GRAHAM, Sandra L. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. 237 p.

HANSEN, Patrícia Santos. Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

HELBER, Renato Medeiros. Lemos Britto e a Questão dos Menores no Brasil (1920-1963). XIX Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, p.1, Setembro, 2019. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600452710_ARQUIVO_85e09389dcefc5163d2d22503760ab5e.pdf. Acesso em 08 jun 2023.

HICKS, Anasa. Hierarchies at Home Domestic Service in Cuba from Abolition to Revolution. Florida State University, 2022.

Lei do ventre livre: Collecção das Leis do Império do Brasil de 1871, Tomo XXI, Parte I, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1871, p.148.

Lei do ventre livre: Collecção das Leis do Império do Brasil de 1871, Tomo XXI, Parte I, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1871, p.148.

- LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.
- LIMA, Tatiana Silva de. “Crias da casa, domésticos e servos: Interfaces dos mundos do trabalho no Recife de 1837 a 1870”. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/eventos/historias-do-trabalho-no-sul-global>. Acesso em: 08 jun 2023.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. O filho da escrava (Em torno da lei do ventre livre). *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 8 nº 16, pp. 37 – 55, mar. 88/ago. 88, p. 39.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- Mucchielli, L., & Renneville, M. (1998). Les causes du suicide: pathologie individuelle ou sociale? Durkheim, Halbwachs et les psychiatres de leur temps (1830-1930). *Deviance Et Societe*, 22, 3-36.
- OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. *Mosaico infantil*. Bahia: Livraria Catilina, 1911.
- PEÇANHA, Natália Batista. “Precisa-se de uma menor para pequenos serviços de uma casa”: a mão de obra infanto-juvenil no serviço doméstico carioca (1880-1930). *Mundos do Trabalho*, v. 10, n. 20, p. 103-123, 2018.
- Presidência da República Casa Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em 20 de jan de 2020.
- RAIANE, Maihara Marques Vitoria. Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostas na santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890). 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23403>. Acesso em 08 jun 2023.
- REIS, Meire. *As mulheres negras trabalhadoras em salvador entre 1888 e 1916*. Anais do 30º Simpósio Nacional de História da ANPUH – Brasil. Recife: Anpuh, 2019.
- RIZZINI, Irene. *Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: Loyola Editora PUC-Rio, F. Terre des Hommes, CIESPI, 2003.
- RIZZINI, Irene. *Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: Loyola Editora PUC-Rio, F. Terre des Hommes, CIESPI, 2003.
- ROCHA, Mateus Vinícios Afonso. Como a poesia das laranjeiras: o projeto político e pedagógico da intelectual Júlia Lopes de Almeida. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.
- RODRIGUES, Amélia. *Mestra e mãe: Educação cívica e moral*. Bahia: Typ. Salesiana, 1929.

- RODRIGUES, Andréa da Rocha . A infância esquecida. Salvador 1900-1940 . Dissertação de Mestrado. UFBA,1998
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. De que lado você samba? (Coleção Históri@ Ilustrada). Editora da Unicamp. Edição do Kindle.
- SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador (1900-1950). 1998. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013
- SANTA BARBARA, Reginilde Rodrigues. O caminho da autonomia na Conquista da Dignidade: Sociabilidades E Conflitos Entre Lavadeiras Em Feira de Santana – Bahia (1929-1964). Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Caroline Santos. A Escritora Amélia Rodrigues Através das Páginas de Mestra e Mãe. VII Simpósio Nacional de História Cultural, São Paulo, p. 1. Novembro, 2014. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Caroline%20Santos%20Silva.pdf>. Acesso em: 08 jun 2023.
- SILVA, Caroline Santos. Representação e Subjetividades Infantis nos Livros para Crianças em Salvador no Início do Século XX. 2017. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185396>. Acesso em 08 jun 2023.
- SILVA, Maciel Henrique Carneiro. Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910). 2011. Orientadora: Valdemir Donizette Zamparoni. 373 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SILVA, Maciel Henrique. Nem mãe preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador. Jundiaí: Paco Editorial, 2016
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*, 2ª edição, Editorial Estampa, 1993.
- SOARES, Aline Mendes. *Precisa-se de um pequeno: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro 1888-1927*. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 39.
- SOARES, C. B.; BONETTI, A. DE L.. Marcadores sociais da diferença na experiência escolar de jovens estudantes negras. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 21, n. 3, p. 370–379, set. 2021.
- SOARES, Cecília Moreira. Mulher negra na Bahia no século XIX. 1994. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Famílias abandonadas: Assistência à criança das camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – Século XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.
- ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2003.